

SEMINÁRIO

FAMÍLIA (S) – POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: PRÁTICAS E DESAFIOS

ATAS

2015

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

SEMINÁRIO

FAMÍLIA (S) – POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: PRÁTICAS E DESAFIOS

ATAS

2015



Antes de imprimir este documento
pense se é mesmo necessário.

Proteja o ambiente!

Poupe energia e recursos.

TÍTULO

SEMINÁRIO FAMÍLIA (S) – POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: PRÁTICAS E DESAFIOS
ATAS 2015

ORGANIZAÇÃO

INSTITUCIONAL

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

TÉCNICA

CÁTIA PINHEIRO

CRISTINA MOREIRA

LEONOR BATISTA

COORDENAÇÃO

EZEQUIEL ARAÚJO

ORADORES

LEONOR BATISTA

MARGARIDA CABRAL

PAULO SOUSA

CÁTIA PINHEIRO

VÂNIA CHAVES

GRAÇA MORAIS

VITÓRIA FURTADO

JOÃO BATISTA

PAULO RESENDES

CRISTINA MOREIRA

MODERADORES

NELSON SILVEIRA

MIGUEL MARQUES

NÉLIA FIGUEIREDO

GRAVAÇÃO DO SEMINÁRIO

IÚRI DIAS

VILA DO PORTO, 2016

ÍNDICE GERAL

NOTA INTRODUTÓRIA.....	6
PAINEL I - CONTEXTOS DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL.....	11
CONFERÊNCIA I - NOÇÕES E CONTEXTOS DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL.....	14
CONFERÊNCIA II - CONTEXTOS E DESAFIOS DA POBREZA INFANTIL EM SANTA MARIA: O CASO DAS CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO	26
CONFERÊNCIA III - INTERVENÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS EM SANTA MARIA.....	44
CONFERÊNCIA IV - REINSERÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL.....	54
PAINEL II - MEDIDAS DE POLÍTICA E ESTRATÉGIAS DE COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	63
CONFERÊNCIA V - POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DE “CRISE”: NOVAS ABORDAGENS, NOVOS DESAFIOS	66
CONFERÊNCIA VI - PROGRAMAS DE OCUPAÇÃO DE EMPREGO NA INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS DESFAVORECIDAS.....	76
CONFERÊNCIA VII - ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA	86
PAINEL III - BOAS PRÁTICAS DE COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	99
CONFERÊNCIA VIII - LIONS CLUBE VILA DO PORTO SANTA MARIA	102
CONFERÊNCIA IX - CLUBE MOTARD DE SANTA MARIA.....	108
CONFERÊNCIA X - GRUPO SÉNIOR DE SANTA MARIA.....	116
SESSÃO DE ENCERRAMENTO.....	122

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

NOTA INTRODUTÓRIA

Como forma de assinalar o Dia Internacional da Família na ilha de Santa Maria o Município de Vila do Porto promoveu a 2.^a edição do Seminário *FAMÍLIA (S)*, subordinado ao tema da pobreza e exclusão social, no dia 16 de maio de 2015.

Constituía objetivos do evento o conhecimento e divulgação das diversas práticas e desafios na intervenção com a Família em situação de pobreza e exclusão social, no sentido de proporcionar um espaço de partilha de práticas, saberes técnicos e científicos demonstrando a realidade mariense neste contexto, bem como outras realidades externas ao contexto da ilha, de um ponto de vista científico acessível.

Também era objetivo, à semelhança do ocorrido no seminário de 2014, compilar as diversas intervenções proferidas no Seminário, a fim de se manter e divulgar os assuntos expostos, proporcionando a sua consulta futura à população em geral.

Todas as exposições foram transcritas. Os textos aqui presentes correspondem ao discurso dos oradores. Alerta-se para o facto de alguns discursos não corresponderem exatamente ao proferido no dia do evento, uma vez que foram alvo de edição por parte dos seus autores. Ressalva-se que não foram transcritos para este documento os períodos de debate e contributo do público.

O documento encontra-se dividido em 4 partes: a sessão de abertura, o conjunto das conferências do painel I, do painel II e do painel III e a sessão de encerramento.

A gravação original do Seminário poderá ser consultada na Biblioteca e Arquivo Municipal de Vila do Porto.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

SESSÃO DE ABERTURA¹

CARLOS RODRIGUES

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Bom dia a todos.

Em primeiro lugar obrigado por mais uma vez estarem aqui presentes... as caras, são quase sempre as mesmas nesta questão... neste tema, quando se trata da ação social e da...destas áreas da exclusão social, nestas áreas sempre muito complicadas onde a maioria que está nesta sala trabalha todos os dias.

Portanto, a Câmara Municipal através destas meninas que se encontram aqui: estas duas que estão há minha direita... aquela *rechonchudinha* que está ali na primeira fila, tem vindo a desenvolver um trabalho nesta área que até então não era possível. A Câmara está... a fazer parte, além dos apoios que poderia eventualmente dar e que passava muitas vezes pela logística e pelo financeiro, mas penso que estava desligada dessa área por razões óbvias. O capital humano é para mim o mais importante, quer seja de uma instituição quer seja de uma empresa. As empresas podem ser muito grandes e muito boas, mas sem capital humano valem muito pouco.

Bom dia.

De qualquer forma... o Seminário do ano passado teve como tema a família e... a família e um outro olhar. Depois falarei um pouco do documento que foi compilado. Vocês já perceberam que estes micros não estão aqui para amplificar o som, mas sim para tentarmos mais uma vez gravar o que for aqui dito e depois compilar num documento final que servirá para... como instrumento de trabalho sempre. Não é dona Leonor? A intenção é essa.

O que eu vos gostava de dizer, do tema deste ano penso que não virá mais nada a propósito que a pobreza e a exclusão social. Não vou aqui fazer discursos pessimistas, não é a minha forma de estar na vida, mas estamos a atravessar efetivamente um período de muitas dificuldades para as famílias, derivado de tudo aquilo que vocês conhecem, que agente ouve todos os dias, embora noutros lugares já o cenário comece a mudar gradualmente, muito lentamente.

Nós aqui temos muitas dificuldades com a nossa economia é muito débil, vivemos dependentes de serviços e de alguns setores. Dois setores muito importantes: a

¹ Texto conforme o discurso oral.

agricultura e pecuária e a pesca. E a pesca não tem ajudado muito... é uma atividade que absorve muita mão-de-obra. Quando há muitas dificuldades nas outras áreas na ilha, a agricultura, essa mão-de-obra deriva muito para a atividade piscatória, nomeadamente a safra do atum e da... que é uma pesca, embora, de pouco valor acrescentado, mas atendendo às quantidades gera sempre alguma riqueza que depois mantém as famílias com algum desafogo anual. Infelizmente não é... não é este caso.

A pobreza, não venho aqui dar aula nenhuma porque venho mais para aprender do que para ensinar, mas a pobreza tem definitivamente a ver com a falta de recursos. A exclusão social é uma questão de cidadania, as pessoas perdem os direitos e perdem a maioria...perdem primeiro os deveres, quase sempre, também, os direitos.

A nossa... queria-me centrar um pouco sobre a nossa atividade e sobre aquilo que nós tentamos fazer desde a primeira hora que chegamos ao Município. Tentamos centrar muito a nossa atividade também nas pessoas. Nas pessoas, nas famílias e fomos ao longo do tempo o contributo de muita gente, de uma forma direta ou indireta, tentando estar presentes em quase tudo o que se passa na ilha.

Vocês sabem logisticamente a Câmara está presente em todas as atividades que se fazem por estas bandas, sejam elas lúdicas, sejam elas de cariz social, político, desportivo, porque entendemos, todas elas estão interligadas. Quanto mais gente nós conseguimos ter no desporto menos problemas vamos ter certamente. Quanto mais gente tivermos ocupados menos tempo vão estar nas tascas e noutras... a praticar outras atos menos próprios, mas também nesse capítulo julgo que, derivado a este quadro que todos nós sabemos... e penso que nós estamos a atravessar talvez, é a minha...isto é a minha análise, digamos, sem estudos científicos e sem falar muito com as pessoas que estão diretamente envolvidas nestas áreas, mas penso que há aqui dados... dados não... eu vejo pela janela do meu gabinete, todos os dias a atividade que gira à volta daquele jardim municipal e com dias muito próprios. Parece que há dias específicos para o exercício de captação de clientes. Vou dizer assim para ser mais simpático.

E isso é uma preocupação enorme porque eu acho que a escola, e não gosto de mandar dizer por ninguém, gosto de dizer as coisas à frente das pessoas e se amanhã alguém disser que foi eu que disse, foi eu que disse. Acho que a escola nesse aspeto não está a dar o contributo que devia dar, cumprindo a parte que lhes cabe. Eu estou a falar agora, mais focado na juventude.

A escola foi criada... foram feitos grandes melhoramentos... foi feita uma grande intervenção na escola para a virar ao contrário. Os mais antigos aqui sabem que a frente

da escola era para a Avenida e foi feito uma grande obra para colocar a escola para a parte de trás, com controle de entrada e de saída. Tem que se passar quase por uma recepção, etc...

Mas o que nós constatamos é que a porta oficial da escola continua a ser aquele portão da frente e constatamos também é que no refeitório que podia servir duzentas refeições ou trezentas, está preparado para isso, e sei que a escola se esforça para que isso aconteça, mas almoçam na escola por dia, não sei se á volta de vinte. Vinte pessoas. Entre elas professores. Portanto, devem almoçar meia dúzia de alunos. E há aqui um paradigma que me deixa muitas vezes confuso é as dificuldades que as pessoas tem... eu não vinha propriamente para fazer um discurso desta natureza, vinha só vos dar as boas vindas e pouco mais, mas eu acho que isto é importante depois... e vocês vão estar aqui durante o dia a debater certamente estes temas. Penso que muitos que aqui estão isto não será novidade nenhuma.

Mas o que eu constato todos os dias é que o maior refeitório da escola é atrás das casas de banho municipais, frente à Câmara Municipal. Eles vão ao SolMar, vão aos supermercados que existem e comem batatas fritas, tiras de milho, aqueles sacos de plástico que ainda por cima para o ambiente são excelentes, são amigos do ambiente. E já vemos miúdos com, sei lá, onze, doze anos... e muitos deles de famílias que eu sei e conheço que tem muitas dificuldades. Portanto, eles podem comer na escola, penso que por sessenta cêntimos. Uma sopa, mais alguma coisa. Sei que a escola está preparada para isso todos os dias.

Penso que o maior problema aqui vai cair obviamente na família. Os pais. Os alunos, no meu tempo era assim, porque também andei por aquelas bandas. Os alunos para saírem da escola tinham de ter uma autorização dos pais. Portanto, eu não sei. Eu quando disse há pouco que a escola não cumpria a sua parte, não estou a acusar aqui ninguém do Conselho Executivo nem... portanto, na sua globalidade, porque eu acho que os pais também fazem parte da escola, mas infelizmente isto foi-se tornando um hábito.

A escola é um guarda-fato, a prática desportiva será outro. Vão para lá de manhã e vão-se embora à noite. As carrinhas vão busca-los a casa e vão levá-los. Às vezes deixa um aqui e a cinquenta metros vai levar o outro porque se não a mãe amanhã não deixa vir atuar nem deixa vir para o desporto.

Portanto, foi-se criando aqui alguns maus hábitos que no tempo do nosso Vereador Ezequiel, que foi o pai do desporto em Santa Maria, para quem não sabe, eu não me canso de dizer isso, isso não acontecia. Ele nunca deixou que os clubes tivessem

carrinhas. É um fato que as pessoas de fora do centro urbano tem que ter transporte, mas acho que...eu acho que toda esta... esta falta de algum rigor e de alguma exigência por parte de quem paga facilita um pocado as coisas e as pessoas depois já começam a achar que, é um fato, que a nossa missão de todos nós é tentarmos sempre ajudar os outros, mas também nos estamos, penso que quando fazemos este trabalho, “epá...agente esforçou-se mas valeu a pena” e isso constata-se ao fim de alguns anos e sabe muito bem quando nós tentamos ajudar alguém e passado uns tempos sempre “olha, tivemos sucesso. A cem por cento é difícil, mas tentamos”.

E pronto, e eu não vou entrar muito mais por esse... por esse caminho. Deixo-vos para vocês, para os oradores. Temos um painel mais uma vez riquíssimo para falar sobre todos esses temas.

Gostava só de acrescentar...com licença... falar um pouco para aqueles que não estão muito inteirados que quando falei da missão do Município...nós temos feito um esforço enorme para tentar, dentro das nossas possibilidades, ajudar os que precisam, no fundo as mais variadas partes: em parcerias com instituições, em parcerias com... com... sei lá, com os mais variados serviços. Isto sempre focados... Eu posso-vos dizer que neste momento a Câmara tem cento e cinquenta e cinco pessoas. Noventa e duas são do quadro. Sessenta e três são dos programas do governo. Isto dá uma ideia de mais ou menos da situação atual. Das dificuldades que as pessoas têm.

Tirando os estagiários que estão ainda a... portanto a... os estágios fazem parte da sua formação, os outro são pessoas que não têm emprego e estão ao abrigo dos programas onde o Município também faz um esforço enorme para manter essas pessoas, porque tem... tem os seus encargos. Mas todas elas acrescentam muito valor também à nossa atividade. É importante também que se diga que sem eles nós não conseguíamos fazer metade das atividades que fazemos. Nem metade do trabalho que fazemos e se calhar com a qualidade, também, que fazemos.

Portanto, temos feito um esforço no sentido de, como vocês sabem, o tema não tem muito a ver com isso, mas tem a ver com... penso que está ligado obviamente à pobreza e às dificuldades. A habitação não é uma área do Município. A recuperação da habitação social e da construção de casas e gerir essa... não é uma competência dos Municípios, mas nós criamos uma figura que apoia as famílias até ao valor de cinco ordenados mínimos para pequenas reparações e posso-vos dizer que, para quem não sabe, temos feito autênticos milagres, porque essas obras, quase sempre, algumas delas, ou são feitas por familiares ou pelas pessoas que também sabem fazer alguma coisa e Câmara fornece os materiais. Daí a multiplicação e o aproveitamento dessa disponibilização e

outras são feitas por pequenos empreiteiros que o custo da mão-de-obra é praticamente aquilo que eles ganham ao dia, ocupa pouca gente, mas temos resolvido a nível sanitário problemas que eu às vezes nem fazia ideia de que ainda existiam.

Nós temos, posso-vos dizer, que em Vila do Porto, problemas de graves que temos a esse nível com a mordica quantia de trezentos mil euros resolvíamos tudo. Trezentos mil euros. Pode parecer, assim, um disparate de dinheiro, mas não é.

Os problemas de habitação a nível de Vila do Porto, para tornar todas as casas da freguesia com as condições dignas de um bem-estar razoável precisava-mos de trezentos mil euros. Para obras de fundo. Aquelas obras que a Câmara não consegue chegar lá. Mas temos cá a Dra. Cristina Almada que... a nossa parceira nessa área, mas ela sabe esses valores.

Porque a nossa intervenção é em áreas mais... obras menos, menos dispendiosas. Recuperação de casas de banho, telhados, portas, janelas, acessibilidades, nomeadamente nos idosos. Portanto, temos praticamente isso tudo identificado, certo? Quase tudo.

Reforçamos em muito... não sei quantas vezes multiplicamos, mas isso também não é relevante, portanto, o apoio às Juntas de Freguesia. Posso-vos dizer, para terem uma pequena ideia, havia freguesias que recebiam cinco mil euros em 2009 e hoje recebem perto de quarenta mil. Portanto, tentamos tornar as nossas Juntas de Freguesia mais fortes para... são elas que estão junto das populações e depois fazemos aquelas coisas que pouca gente sabe que é, também em parceria com as Juntas, que é... quando se fala em acessibilidades, normalmente as pessoas associam muito a circular dentro de casa ou as escadas da casa.

Em Santa Maria, devido ao nosso povoamento tradicional muito disperso, nós temos uma casa em cada três alqueiros de terra ou para cada três mil e seiscentos metros, para quem não sabe o que é um alqueiro. E depois é preciso chegar lá a ambulância, porque as pessoas começam a ficar com mobilidade reduzida e... e isso é um trabalho de todos os anos, não sei identificar nem precisar neste momento quantos fazemos por ano, mas fazemos alguns todos os anos. E... e tem sido sempre nessa base, tipo de bombeiros. "Olha agora temos que acudir ", porque as pessoas vão envelhecendo e esse trabalho é preciso tornar... criar condições para essa gente.

Também faz parte de estar junto das pessoas e das famílias e elas sentem um conforto completamente diferente, sabendo que a qualquer hora podem ser transportadas, ou pela ambulância, ou por um familiar. O carro vai chagar à porta. Se calhar a família vai

a ver mais vezes e os táxis disponibilizam-se para ir buscar, porque há zonas da ilha que eles se recusam. Pura e simplesmente recusa-se.

Felizmente cada vez temos menos problemas com essa... com essa... com essa área.

Muito bem. Portanto, o nosso tema do ano passado “A Família, um olhar”. O que foi dito ficou gravado e transcrito e já vi que tenham cuidado com o que dizem porque elas escrevem tudo. Eu já estive aqui a ver a minha intervenção e não fica nada para trás. Portanto, o ano passado também um painel muito bom e eu quero agradecer às pessoas, aos oradores que vamos ter aqui nesta sala e durante o dia de hoje, a disponibilidade que demonstraram e posso só lembrar... eu já tive isso aqui, já desapareceu, que o ano passado tivemos como oradores, portanto, o ano passado a Cristina e a Leonor é que organizaram outra vez o Fórum, o Verador Ezequiel, que não gosta de estar nestas coisas e então passa-me sempre esse sermão. Muitas vezes nem pergunta se posso ir, diz “o Sr. Presidente é que vai”. E... este ano temos mais uma cara nova, ali a Cátia e... ela já está connosco já há algum tempo.

Portanto, o ano passado tivemos o professor Carlos Cruz, estou admirado de não estar cá, que ele está sempre presente e é um homem com uma disponibilidade fora de série, que eu aproveito para deixar aqui um agradecimento muito especial, porque ele está sempre disponível.

A Dra. Lissa Figueiredo.

A Dra. Cristina Almada. Dra. Diana Ferreira, que não está cá.

O Dr. Pedro Gomes, um amigo. Meu aluno de há muitos anos, do século passado e um jurista da praça de São Miguel muito reconhecido. E um... foi escolhido porque ele é uma das pessoas que preza muito a família. Aliás conheço muito bem... acompanhei o crescimento quase deles aqui.

O nosso Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Baptista e a Dra. Joaninha Loura, que faz também um... é muito nossa amiga e é uma simpatia, é uma das pessoas que tem muita facilidade em falar e isso também é... ajuda.

E depois tivemos como moderadores o nosso Vice-presidente e o Sr. Rui Arruda que é o Presidente do Conselho de Ilha que também, vocês todos já conhecem. O Conselho de Ilha é um órgão pouco conhecido, mas que graças ao Presidente que tem, e eu tenho que dizer isso, tem feito um trabalho extraordinário. O Conselho de Ilha reúne uma data de gente ligada aos demais variados setores da ilha, desde as atividades económicas e agora com a nova... a nova... com a nova organiza ainda vai ter uma abrangência maior. E o Conselho de Ilha fez um trabalho muito interessante que muitos de vós também

devem ter, com certeza, assistido a essa apresentação e que foi tentar perceber o que é que cada um faz na ilha e compilou isso tudo num documento e foi um trabalho que chegou ao fim e nos diz que “falta qualquer coisa”.

Agora é importante também que se diga que há dez anos atrás, há quinze anos atrás havia muito menos do que o que há hoje. Portanto, a maior parte da juventude que está aqui nesta sala veio trazer... veio acrescentar um valor que não é mensurável, que não se consegue medir e eu não me canso de dizer que os governantes e quem tem esse poder de decisão tem que fazer um esforço enorme para os manter, porque e... a desempenhar a atividade que vocês desempenham para não recuarmos outra vez aquilo que já avançamos.

Aproveito, também para, na presença do Sr. Presidente do *Lions Clube*, que é também uma associação que os mais jovens talvez vocês não, não... quando se fala nos Lions muitas vezes... há muita gente que pensa que é um grupo de elite, umas pessoas que se juntam aí para fazer uns jantares e uns almoços.

Os *Lions* têm tido um papel preponderante, também na nossa ilha e tem sido um parceiro da Câmara muito importante, porque as instituições, nomeadamente a Câmara Municipal, com estas coisas das Troikas, ficamos todos muito “amarrados”, ou seja aquilo que se fazia com uma simples assinatura há quatro anos ou há cinco anos atrás, alguns despachos de boca, hoje tem que se fazer um procedimento, porque se não amanhã vem os inspetores, reviram aqueles papeis todos e o Presidente da Câmara tem que trabalhar seis meses para pagar as multas. Porque quando se faz coisas boas o Presidente da Câmara aparece pouco, mas quando se faz coisas más aí ele sempre “leva na cabeça” e se tiver que pagar é ele que paga.

De maneira que os *Lions* tem-nos ajudado muito nesse sentido e aproveito também para... eu não vou fazer agradecimentos especiais, mas o nosso amigo, Subcomissário Romana. A PSP tem sido um... eu acho que temos tido uma, pelo menos esforçamo-nos para isso, uma... temos tido a colaboração de todos vós e temos, dentro das nossas possibilidades, só não acudimos quando não podemos, ou não ajudamos quando está fora do nosso alcance.

O Centro de Saúde temos tido, também, uma ótima relação e só dessa forma é que é possível ajudar mais pessoas e ajudar melhor as pessoas.

Dra. Vanda. Sei lá vocês todos. Eu não vou enumerar, mas vocês sabem do que é que eu estou a falar. E se alguém nesta sala, ou lá fora, além daquilo que é feito e além de todo o trabalho que tem sido... que vocês conhecem, se tiverem outras ideias que venham ao encontro da possibilidade da sua execução e que esteja ao nosso alcance,

não tenham problema nenhum de subir as escadas da Câmara Municipal. A minha porta está sempre aberta. A secretária está lá até às cinco, mas eu fico lá até às sete, oito. É só bater à porta. O meu telefone toda a gente tem e proponham. “Olha, com meia dúzia de euros, se calhar com podíamos fazer isto, ou fazer aquilo, ou ajudar isto, ou resolver”.

E, em suma, era isso que eu vos queria dizer. Não era tanto. Só vinha dizer duas ou três coisas. Só... eu não vou... não li o documento. Foi o resumo do trabalho do ano passado. A Leonor entregou-me isto à pocadinho, pediu-me para fazer uma pequena abertura na sessão. Eu penso que isto depois vai ser disponibilizado, mas eu penso que... está um trabalho interessante. Temos aqui muita matéria que pode sempre servir como um documento de consulta, de ajuda para algumas entidades futuras. Eu estive a ler e muitas coisas que foram ditas... estive a ler aquilo que eu disse e o que eu disse o ano passado é quase o que eu disse este ano.

Temos dado passos, mas as exigências são cada vez maiores.

Olha, eu vou terminar. Eu gostava de dirigir a cada um de vós em particular, mas quero agradecer à Paulinha do Clube Asas do Atlântico por estar aqui, pela disponibilidade, sei que não lhe pagam horas extraordinárias para estar aqui ao sábado. À Luciana. Isto é muito importante, porque à muitas coisas que se fazem e a mensagem... a nossa mensagem não passa tão bem como a mensagem de outros porque nós não temos um jornalista para cada um de nós e quando acabasse aqui de falar já estava a “voar” para as redes sociais o que eu disse. Mas não é essa a nossa missão. Nós não gostamos muito de parecer, gostamos mais de ser.

E muito obrigado. À Luciana, também.

À Dra. Aida Tavares, um beijinho muito especial. Andou sozinha aqui muitos anos a fazer trabalho que hoje é feito por muita gente.

A nossa... ali... aqui... a nossa Enfermeira Almada, não é do vosso tempo, mas estão aqui dois médicos. Aquela senhora... ela e outras que passaram, eram os médicos de Santa Maria muitas vezes, porque ou não havia médicos ou eles estavam para a pesca e chagava uma senhora para ter um menino. Ela é que ajudou a tirar a minha filha cá para fora. Mas eu também dei uma ajudinha.

Portanto, muito obrigado e desejo-vos um bom dia. Um bom trabalho.

Obrigada.

PAINEL I

CONTEXTOS DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

(PERÍODO DA MANHÃ)

MODERADOR

NELSON SILVEIRA

ORADORES

LEONOR BATISTA

NOÇÕES E CONTEXTOS DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

MARGARIDA CABRAL

CONTEXTOS E DESAFIOS DA POBREZA INFANTIL EM SANTA MARIA: O
CASO DAS CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

PAULO SOUSA

INTERVENÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS EM SANTA MARIA

CÁTIA PINHEIRO

REINSERÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

ORADORA

LEONOR BATISTA

Licenciada em Serviço Social pela Universidade dos Açores, em 2013.

Frequentou cursos de formação relacionados com segurança e higiene no trabalho e planificação, gestão e avaliação de projetos educativos. Participou em inúmeros seminários, congressos, palestras sobre serviço social, terceira idade, pobreza e exclusão social, igualdade de género, entre outros temas.

Efetuiu o estágio curricular no âmbito da Licenciatura em Serviço Social no Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, Serviço de Deslocação de Doentes, no ano de 2012. Efetuou estágio no gabinete de Serviço Social, em regime de voluntariado, na Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria em junho de 2013.

Desde 2013 é Assistente Social na Sociedade de Desenvolvimento Municipal da Ilha de Santa Maria, no âmbito do programa Estagiar L.

Sócia da Associação dos Profissionais de Serviço Social desde 2013.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

CONFERÊNCIA I

NOÇÕES E CONTEXTOS DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL²

Bom dia a todos.

Quero agradecer a vossa presença, principalmente num sábado de manhã.

Quando idealizamos este Seminário, delineamos esta conferência como uma forma de clarificar alguns conceitos e algumas noções e de mostrar os contextos da pobreza e da exclusão social.

Num breve enquadramento do fenómeno, podemos perceber que durante grande parte da história a pobreza não estava no centro da preocupação de governos, de políticos ou de teóricos. Era vista apenas como uma ausência de riqueza e uma anomalia na evolução normal das sociedades que não precisava de qualquer intervenção por parte do Estado. Acreditava-se que seria solucionada, em condições normais pelo crescimento económico, ou em situações pontuais, por ações de tipo caritativo ou assistencial.

Havia a crença de que os países ricos estavam livres deste flagelo ou que tinham conseguido recuar até níveis considerados civilizados e que os países pobres apenas tinham de imitar os bons exemplos dos países ricos.

Ainda no decurso dos trinta anos gloriosos de crescimento, do século XX, surgem os primeiros trabalhos sobre pobreza e exclusão social, numa época em que já existia um mau estar crescente devido à constatação de que os problemas da pobreza e da exclusão social se tinham vindo a agravar nas últimas décadas.

Estes trabalhos servem para denunciar este fenómeno. Posteriormente, estes temas surgem nas agendas políticas nacionais e internacionais e passam a integrar cimeiras e reuniões consideradas de alto nível cujo principal objetivo era encontrar estratégias comuns para as preocupações da altura. Contudo, estas ações não tiveram os resultados esperados.

Este despertar de atenções permitiu aprofundar o conhecimento sobre a pobreza que era analisada superficialmente apenas como baixo rendimento ou ausência de

² Texto revisto pela oradora.

rendimentos e permitiu, assim, um maior rigor, fundamentação e discussão destes próprios conceitos.

Desta forma, foi possível reconhecer que o fenómeno da pobreza e da exclusão social não era apenas característico dos países pobres e foi possível identificar a heterogeneidade de situações entre os países e dentro dos países.

Em Portugal, apenas em 1985 surge a primeira obra sobre pobreza. Contudo, na altura este problema não era visto como um problema social. Era encarado como uma realidade com a qual se convivia, quase como se de um fenómeno natural se tratasse. Provavelmente este pensamento era influenciado pela própria religião.

Normalmente os conceitos de pobreza, de exclusão social e de precaridade confundem-se muitas vezes nos discursos, tanto de políticos como das próprias políticas sociais. Há autores que referem que podemos olhar para estes conceitos por níveis, ou seja, gradual.

A precaridade caracteriza-se pela incerteza, pela aleatoriedade ou irregularidade de recursos e pela fragilidade que irá levar à insegurança na vida familiar, quotidiana e social.

A insegurança económica faz crescer os riscos e as vulnerabilidades aos acontecimentos. Assim, a participação fragilizada ou incerta na vida económica faz com que aja uma diminuição dos rendimentos ou da sua regularidade. Esta situação pode ser o resultado de vários tipos de incidentes: do desemprego, da doença, dos despedimentos, de um divórcio ou por situações precárias, como é o caso dos salários baixos ou dos estágios.

A pobreza caracteriza-se pela rareza e pela insuficiência de recursos que não permitem aos indivíduos participar no conjunto dos modelos de vida que são socialmente reconhecidos como normais.

A falta de recursos está intimamente ligada com a dependência de formas extraordinárias de ajuda, que estão muitas vezes ligadas às transferências sociais, como é exemplo o rendimento social de inserção, as pensões, entre outros.

A pobreza também pode vista ao nível da privação quando as necessidades humanas básicas não estão satisfeitas e aí, neste caso, requer uma solução imediata, com caráter de emergência.

Podemos olhar para a pobreza em termos absolutos ou relativos.

A pobreza absoluta ou severa parte do princípio de que os grupos, famílias e indivíduos cujos rendimentos materiais, sociais e simbólicos são tão escassos que não garantem a eficiência física ou a satisfação das necessidades humanas básicas.

A pobreza absoluta é igual em qualquer período da história ou em qualquer contexto geográfico e desta forma podemos dizer que tem validade geral. Este conceito justificou a necessidade de cálculo de uma linha de pobreza que quantificasse o custo do cabaz mínimo de sobrevivência. Em Portugal o Instituto Nacional de Estatística refere que em 2013 o limiar da pobreza encontrava-se nos 411 euros mensais.

A pobreza relativa está mais ligada à exclusão ou à diferença social. São pobres os indivíduos, grupos ou famílias cujos rendimentos são tão escassos que se encontram excluídos dos modos de vida minimamente aceitáveis.

Ao contrário da pobreza absoluta, a pobreza relativa varia consoante o tempo e o espaço e depende dos modos de vida de cada sociedade.

Se olharmos para a sociedade enquanto um conjunto de sistemas sociais, podemos referir que existem alguns sistemas sociais que são considerados básicos ou essenciais. Desta forma, as famílias, os indivíduos e os grupos podem estabelecer uma relação com estes sistemas sociais que pode ser forte, fraca ou em estado de rutura. Uma pessoa pode ser considerada excluída em relação a alguns sistemas e não em relação a outros.

A exclusão irá concentrar em si os efeitos extremos da pobreza e da precaridade, afetando assim vários domínios da existência dos indivíduos. A exclusão pode ser vista como um processo de perda progressiva de integração ou participação na sociedade e aqui estamos perante o conceito de cidadania ativa: o indivíduo deixa de poder participar na sociedade gradualmente. É um processo.

A exclusão vai de formas e graus mais superficiais para formas e graus mais abrangentes e profundos. A forma extrema corresponde à rutura com todos os sistemas sociais básicos, que já vimos anteriormente, de que os sem-abrigo são, normalmente, o exemplo mais referido.

Os conceitos de pobreza e de exclusão social, apesar de serem distintos podem se verificar conjuntamente, na medida em que a exclusão social funda-se na pobreza, mas não se resume a esta. Ou seja, há pobres que são excluídos socialmente e há excluídos que não são pobres do ponto de vista material e aqui nós podemos dar o exemplo dos idosos.

Tanto um conceito como o outro visam traduzir um conjunto de desvantagens em relação a uma determinada norma da sociedade.

Associado ao conceito de precaridade, pobreza e exclusão temos o conceito de risco. A produção de riqueza é sempre acompanhada pela produção de riscos e isto leva... ou seja, isto leva ao aumento exponencial da produtividade humana, acarreta sempre incertezas e ameaças potenciais que são verificadas a um nível sem precedentes e aqui poderemos também englobar o conceito da globalização: O que hoje nos afeta localmente provavelmente nos vai afetar globalmente. O que poderá acontecer na Alemanha daqui a uma semana poderá ter várias consequências semanas ou meses depois em Portugal, por exemplo.

Cada indivíduo tem um crédito pessoal de risco que utiliza na construção do seu projeto de vida consoante as suas expectativas e as suas ambições. Este crédito pessoal de risco engloba fatores como a condição socioeconómica de origem e esta condição socioeconómica de origem irá afetar todas as oportunidades que o indivíduo irá ter ao longo da sua vida, quer seja ao nível da educação, da habitação, entre outros.

Ulrich Beck, um sociólogo alemão, na sua teoria A Sociedade do Risco refere que os riscos funcionam a partir de um efeito boomerang, ou seja, os riscos geram situações de perigo social que afetam as diversas camadas da sociedade de forma diferente, mas há uma tendência para prejudicar tanto os menos poderosos como os mais poderosos. Nesta perspetiva, qualquer indivíduo, grupo ou família não está livre, entre aspas, de cair numa situação de pobreza ou de exclusão social.

Existem algumas categorias que podemos identificar como sendo mais vulneráveis aos fenómenos da pobreza e da exclusão social. Estas categorias são construídas a partir das características do conjunto de indivíduos que as compõem e segundo Luís Capucha nós podemos identificar três grupos: os grupos com *handicap* específico, os grupos desqualificados e os grupos á margem.

Nos grupos com *handicap* específico temos, então, a pessoa com deficiência que além de acumular todas as limitações também é vista pela sociedade de uma forma negativa. Normalmente é vista de uma forma negativa, não quer dizer que seja a regra em todos os casos. Associado a este contexto, a sua inserção no mercado de trabalho é relativamente difícil, não havendo, por vezes, muita abertura por parte das empresas.

Temos, também, os imigrantes. O fato de ser imigrante não é por si só um indicador de exclusão social, contudo é uma categoria que está mais vulnerável, muitas vezes, pelas

baixas qualificações que tem ou então pelas qualificações que tem, mas que não consegue colocar no mercado de trabalho.

Quanto aos grupos desqualificados, temos os desempregados de longa duração. O trabalho, nas nossas sociedades, assume uma importância acrescida. É dada muita importância ao trabalho. O trabalho é que dá estatuto à pessoa. Quase que é que dá valor à pessoa. E quanto mais tempo um indivíduo passar desempregado, na condição de desempregado, menor será a probabilidade de se reverter esta situação, segundo as investigações.

Os trabalhadores com qualificações baixas ou obsoletas. Quanto menores são as qualificações de partida, menores são as oportunidades, os rendimentos e a própria vontade de investir na sua própria educação.

Quanto aos idosos, estes apresentam grandes vulnerabilidades, principalmente quando a esta situação se associa a perda de autonomia, o isolamento, as próprias redes familiares que muitas vezes não funcionam ou os serviços que estão destinados para os idosos, os recursos sociais, não tem vagas para receber estes mesmos idosos.

As famílias monoparentais, que são as constituídas por um adulto e crianças. Existe uma dificuldade acrescida em conciliar o emprego com a vida familiar. Normalmente é apontado pelas várias investigações que as famílias que são compostas por um adulto do género feminino são mais vulneráveis ao fenómeno da pobreza.

Quanto aos grupos à margem. Temos, então, as pessoas sem-abrigo, como já referi, pela rutura com todos os sistemas sociais básicos.

Os toxicodependentes e ex-toxicodependentes, pela sucessiva rutura com praticamente todas as instituições sociais. Restam, por vezes, no final apenas os laços com os consumidores ou os próprios traficantes.

As crianças e jovens em risco, pelas características que lhe são próprias, mas também pela própria vulnerabilidade que às vezes está associada aos progenitores. Nas crianças e nos jovens temos uma situação melindrosa: eles não conseguem ter meios de subsistência. São menores, não podem trabalhar.

Quanto aos detidos e ex-reclusos. A própria passagem pelas prisões é por si só um fator de exclusão.

Quis trazer aqui um pouco das estatísticas atuais relativamente ao fenómeno da pobreza e da exclusão social e como podem observar, pelo índice de miséria da

Bloomberg, Portugal é a 10.^a economia em que será mais rigoroso viver e trabalhar em 2015, num conjunto de cinquenta e uma economias, as consideradas “mais importantes”.

Quanto à posição de Portugal no contexto da União Europeia dos 28 países, este encontra-se no 12.^o lugar com uma maior percentagem de pessoas em risco de pobreza.

Relativamente aos dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística que remontam ao ano de 2013, podemos identificar os homens como o grupo com maior vulnerabilidade à pobreza, apesar disto não se ter verificado nos anos anteriores.

Relativamente ao grupo etário, verifica-se que os menores de 18 anos são os que tem um maior risco às situações de pobreza, com uma percentagem de 25.6, que é muito elevada.

Quanto à condição perante o trabalho, observa-se que os desempregados são altamente vulneráveis ao contexto de pobreza. De todos os desempregados, cerca de 40.5% estão numa situação de risco.

Quanto à composição do agregado familiar, fazia aqui destaque para as famílias constituídas por um adulto com pelo menos uma criança e as famílias com dois adultos com três ou mais crianças que tem um risco de pobreza elevadíssimo, comparado com os outros agregados familiares. Observa-se, também, que as famílias que são constituídas apenas por um adulto também têm um risco de pobreza superior à média de Portugal. Normalmente, os agregados familiares que têm crianças dependentes têm um maior risco do que aqueles que não têm crianças dependentes.

Quanto às transferências sociais, é possível observar que desde 2010 os valores aumentam. Olhando apenas para 2013, antes de qualquer transferência social (estamos aqui a falar, como já disse, do rendimento social de inserção, das pensões, dos complementos solidários e inúmeras políticas sociais), observamos que cerca de quase metade da população portuguesa tem um risco de pobreza elevado se estas prestações não existissem. Esta vulnerabilidade desce para os 19.5% quando há estas transferências sociais. Imaginem se não houvesse, como é que o nosso país estaria?

Quanto à taxa de privação material, que é um indicador utilizado para medir a exclusão social. Este indicador diz-nos que para existir privação material tem de haver uma ausência de pelo menos 3 dos 9 itens que estão ali assinalados. Em Portugal, cerca de 25.7% da população encontra-se em privação material em 2013.

Quanto ao número do Rendimento Social de Inserção, por ilhas, e aqui no contexto da Região Autónoma dos Açores, porque não consegui encontrar dados recentes quanto aos outros gráficos que já tinha mostrado para caracterizar a região. Coloquei aqui o Rendimento Social de Inserção porque supostamente são os mais pobres dos pobres. É possível observar que em dezembro de 2013, nos Açores, cerca de 7.50% da população recebia o RSI que correspondia a 18 416 açorianos. Em Santa Maria, em 2013, temos cerca de 2.27% de recebem o Rendimento Social de Inserção, ou recebiam, que corresponde a 208 processos.

Quanto ao Município de Vila do Porto, no ano de 2014 foi efetuado dois levantamentos de informação. O objetivo não foi medir ou analisar a pobreza e a exclusão social no município. Foi destinado a outros públicos, tinha outros objetivos. Contudo, eu trago aqui alguma informação que eu achei que estaria, de certa, forma relacionada com esta apresentação.

O Projeto de Identificação, Monitorização e Acompanhamento de Idosos Sós teve como objetivo identificar a população com 65 ou mais anos, que vivia sozinha em Santa Maria até dezembro de 2013. Esta recolha de informação decorreu entre janeiro e julho de 2014 e tivemos o auxílio de várias entidades que nos sinalizaram os nomes para este projeto.

Foram inquiridos cerca de 86 idosos, a maioria mulheres e é possível observar que a maioria destes encontravam-se entre os 200 e os 300 euros de rendimento líquido mensal (rendimentos menos as despesas). Contudo, é necessário olhar para a questão da terceira idade não apenas para o fator económico porque estão associados muitos outros riscos. Como já tinha dito anteriormente, a própria exclusão social: uma pessoa pode ser excluída socialmente e pode até nem ser pobre do ponto de vista material.

Quanto à perceção do idoso quanto ao sentimento de solidão, a maioria diz que se sente sozinho. Contudo, é necessário vermos que independentemente do contexto que o idoso vive, associado ao isolamento geográfico está muitas vezes muitos casos em que a própria pessoa tem um estilo de vida solitário e é necessário olhar para a solidão não como sinónimo do isolamento social, porque muitos idosos referiram que até tinham ajuda nas suas atividades de vida diárias, até mantinham contatos regulares com outras pessoas, mas sentem-se sozinhos, na mesma.

Quanto à participação comunitária, observa-se que a maioria não participa em atividades da comunidade. Nós aqui identificamos apenas os grupos de convívio, a ginástica sénior, o voluntariado ou apenas o trabalho, porque muitos deles trabalhavam.

Não incluímos outras atividades porque estas estão mais destinadas para este grupo. E dos que participam, a maioria participa nos grupos de convívio, quer seja da Câmara Municipal, quer seja da Casa do Povo de Almagreira, da Salvaterra ou da Junta de Freguesia de Santo Espírito.

É possível constatar que a terceira idade, apesar de haver todas as quebras de relações entre os familiares, entre os vizinhos, existem muitas perdas, a alteração de rotinas e a saída da zona de conforto, das quatro paredes da sua casa, é muito difícil. Muitos deles não participam em atividades, principalmente nos grupos de convívio sénior, porque tem medo, não sabem o que se faz lá, tem receio do desconhecido, basicamente.

Quanto ao Projeto de Sinalização e Apoio aos Alunos do Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico. O objetivo foi identificar as crianças que provinham de famílias economicamente desfavorecidas. A recolha de informação, também, decorreu entre janeiro de 2014 e julho de 2014. Também foram várias as entidades que auxiliaram na sinalização dos nomes para este projeto.

Foram inquiridas 55 famílias que integravam cerca de 74 crianças. Quanto às famílias monoparentais, a maioria encontrava-se desempregada, à data do contato e a capitação mensal encontrava-se entre os 50 e os 100 euros. A capitação mensal corresponde aos rendimentos menos as despesas a dividir pelo número de elementos do agregado familiar.

Quanto às famílias nucleares, recompostas e alargadas, a maioria tinha pelo menos um elemento do casal a trabalhar. Encontramos, também, várias famílias em que ambos os elementos encontravam-se desempregados, à data do contato. Tal como nas famílias monoparentais, a capitação mensal encontrava-se entre os 50 e os 100 euros.

Foi questionado o grau de dificuldade que as famílias percecionavam em relação a determinadas despesas. Coloquei aqui as despesas inesperadas, porque é um dos indicadores da taxa de privação material e a questão da poupança. É possível observar que a maioria das famílias diz que é muito difícil resolver as situações, no caso de surgir alguma. Aqui estamos a falar, principalmente, da compra de óculos, a compra de eletrodomésticos que são considerados básicos, como os frigoríficos, esse tipo de material. Algumas famílias referiram que se alguma situação inesperada acontecesse era impossível fazer face a essa despesa.

Quanto à questão da poupança, a maioria referiu que era impossível poupar. Esta fora de questão. Não conseguiam.

Para terminar a minha apresentação, vou ler aqui um pequeno excerto. Espero que, de certa forma, vos faça refletir neste assunto.

Passo a ler.

“Nunca houve tanta riqueza e tanta capacidade de produzir bem-estar, nunca as «misérias do mundo» foram tão conhecidas pelas massas, nunca foi possível ultrapassar tantos limites que a natureza impôs ao homem, nunca o homem teve na sua mão tanta capacidade de escolha. Não obstante, a pobreza e a exclusão continuam a crescer, não apenas nos antípodas dos países mais ricos, mas no interior do seu próprio tecido social; os desequilíbrios entre os que têm em abundancia e os que têm em escassez persistem e aumentam; a ideia de individualismo ganha novo vigor; a intervenção da esfera pública na proteção social retrai-se, e aprofunda-se a ideia do trabalhador, e não do cidadão, como sujeito de direitos”

Penso que muitas vezes o desafio será olhar para a pessoa e valorizá-la enquanto pessoa e não enquanto trabalhador, enquanto máquina de trabalho.

Obrigada.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

ORADORA

MARGARIDA CABRAL

Mestre em Psicologia Educacional, pelo ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. Doutoranda em Psicologia Educacional, com tese na área de Reabilitação Cognitiva na Demência no ISPA.

Possui pós-graduação em neuropsicologia, pela Universidade Católica Portuguesa, em Pedagogia do *e-learning*, pela Universidade Aberta, em Estudos sobre as Mulheres pela Universidade Aberta e em Multimédia e Audiovisual pela Universidade de Metz (Bruxelas).

É Formadora de sistemas de educação presencial e a distância.

Integrou, de 1994 a 2010, o quadro de pessoal da Universidade Aberta, desempenhando atividade diversificada na carreira técnica superior no contexto do ensino superior universitário.

Desde maio de 2014 desenvolve funções no Núcleo de Ação Social do Instituto da Segurança Social dos Açores, em regime de mobilidade interna, sendo técnica superior do quadro do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

Atualmente é a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila do Porto.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

CONFERÊNCIA II

CONTEXTOS E DESAFIOS DA POBREZA INFANTIL EM SANTA MARIA: O CASO DAS CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO³

A comunicação não é mais do que um convite que nos é feito como cidadãos. De alguma forma sensibilizar a participar, à vossa maneira, naquilo que é a atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e já vamos ver por quê.

Deixem-me só dizer uma coisa. Obrigada à Dra. Leonor que conseguiu... assim fez o enquadramento da situação e, portanto, nós podemos ir apenas à situação das crianças e à questão das repercussões da pobreza e da exclusão social no caso de crianças e jovens. Há um aspeto muito, muito importantes que é... desculpem... que é o da dimensão psicológica, porque... quando nós... no caso das crianças e dos jovens há uma questão que atravessa o nosso trabalho e que é muito complicada.... E agora como é que eu vou... onde é que está aqui o menu... deixem-me só passar isto aqui... Eu dizia, há uma... vamos precisar aqui do apoio do lúri... muito simpático, que nos dá apoio na CPCJ.

Á uma dimensão psicológica que é muito importante. Porquê? Porque as crianças e jovens tem essa desvantagem que é: estão inseridos em meios familiares que são a única... que são a sua envolvência... e portanto, não tem alternativa, sobretudo... imaginem o que é uma criança crescer numa família que tem um modo de socialização muito próprio, um modo de interação, muitas vezes, que não é nada... não tem nada em consideração àquela criança, àquelas necessidades. Eu não estou a culpabilizar os pais. É a condição. É assim. Temos de perceber o porque, o que temos de fazer para alterar isto e esta criança não tem uma alternativa e, portanto, é prisioneira desse modo de aprender as coisas. Quando muitas vezes tem uma alternativa para olhar as coisas de um modo diferente (isto acontece aos 4, 5, 6 anos) e ainda não tem os instrumentos, ou, agora vou provocar, se calhar já não tem os instrumentos para poder ter capacidade para olhar as coisas de um modo diferente.

O que é que isso significa? Significa que essa dimensão psicológica, de alguma foram, atrapalha todo o nosso trabalho de intervenção ao longo da vida, porque as repercussões desta condição são uma baixa autoestima, baixam as expetativas em relação ao futuro e se há uma coisa que é difícil de trabalhar, a nível psicológico - porque

³ Texto conforme o discurso oral.

os psicólogos que aqui estão sabem, os médicos contatam com as coisas diretamente – é a mudança de expectativas em relação às pessoas. É muito difícil trabalhar expectativas nas pessoas e portanto, trabalhar com alguém que acha que não vale nada, como uma criança interioriza que não vale é... não é fácil. Quer dizer, não é fácil trabalhar em contexto algum, mas quando nós falávamos aqui do que é que se passa hoje em dia – falava o Sr. Presidente da Câmara do Município do que é que se passa hoje em dia com os nossos adolescentes, com as nossas crianças – é um pocadinho... Há essa dimensão que nós exigimos também, houve um pocadinho esta coisa de crescer sem haver uma contrapartida, mas o não exigir ou a ausência de contrapartida é uma espécie de negligência.

Pronto. Eu queria só fazer esse apontamento, porque essa dimensão psicológica é estruturante da personalidade de alguém. Ela é determinante, depois, para o bem-estar desta pessoa e tem imensas repercussões depois na forma como nós vamos... no sucesso que nós vamos ter com as pessoas em diferentes contextos.

Muito bem.

Portanto, isto aqui era uma... digamos esta nossa conversa vai ser um pouco, então, um convite a que participem nesse processo.

Quando vim para Santa Maria... isto rapidamente, para mudar de ritmo, e perguntavam-me “Porque é que vais?”, “Para mudar de ritmo. É uma ilha bonita. Uma dimensão de cinco mil e tal pessoas.” Eu trabalhava em bairros. Fazia intervenção social em bairros que tem... que tinham 12 000 pessoas... isto com cinco mil e tal pessoas é coisa... não... tem os mesmos problemas que tem os bairros todos, naturalmente, mas o problema é a dimensão, não é? É a dimensão do problema e eu acho que não estou a exagerar se eu disser, porque as pessoas conhecem melhor Santa Maria do que eu, que é bastante grave perceber que há numa... nós dissemos há pouco que há 2.2%, eu tomei nota, se me permite a Dra. Leonor...eu penso que esses 208 processos de RSI são processos, portanto, podem ser famílias, não é? Isto propriamente em termos de população as famílias podem ser cerca de 2 000, não chega, 1 600 famílias, nos últimos censos, acho eu... por aí... por aí. Agora não sei. Sei o número de pessoas, de famílias não sei.

Mas, portanto, a dimensão é muito maior... do problema é muito maior. Os beneficiários de RSI, apesar daquele valor que ali está, em termos de população isso representa muito mais. São 208 processos, alguns podem ser individuais, mas são famílias, não é? Portanto... vamos lá ver... e portanto é uma dimensão... ali escrito no placard está

escrito Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil e eu estava aqui há pouco... estava a falar com o Sr. Presidente e eu olhava para lá e dizia precisamos mesmo é de um plano municipal de emergência, mas do ponto de vista social, não é? Em relação às pessoas. E é para muitos jovens eles não sabem o que é que querem. O grande problema é esse. Nós falamos com os jovens e os jovens... as crianças ainda não dizem, não aprenderam, mas já podiam ter aprendido. Algumas não aprenderam, outras sim. O grande problema das crianças é esse: as questões de negligência, as questões da violência que as crianças ainda não se queixam, não é? Ou queixam-se de formas diferentes daquelas... para nós é mais difícil perceber.

Os problemas de negligência são, em relação aqui a Santa Maria... portanto, as situações, os motivos que levam uma criança a ser sinalizada à comissão são sobretudo, nas idades mais novas (até oito, dez anos) as questões da negligência, a exposição a modelos desviantes de comportamento: alcoolismo, violência doméstica, etc. E mais tarde é a questão do absentismo escolar, mas quando nós falamos, alguns jovens que tem... ou seja, já tem faltado há algum tempo, ou seja, já tem processo na Comissão. A questão é, eles sabem o que é que tem que fazer para alterar a sua situação, mas acham que não vale a pena. "É para quê?" Portanto... e isso é que é dramático. É a questão das expectativas. É o futuro. E isso é muito, muito... isso é muito grave, eu acho, porque a dimensão do problema se calhar é mais grave ou as repercussões disso são daqui a 5 ou 10 anos.

Pronto. E então o convite é este e eu, se calhar, aqui com esta conversa não fui muito apelativa. As é assim... "O que é que são as comissões?" São instituições oficiais, não judiciais que estão inseridas na sociedade desde há muitos anos. Em 90 e pouco... não, em 81 as primeiras... a primeira legislação e depois... 92 foi aqui, Vila do Porto, creio eu, que foi criada a comissão de Vila do Porto em 92. Portanto, em 81 foi o primeiro decreto de lei, a primeira legislação, mas desde 2001, janeiro de 2001, portanto, com a Lei 147/99, de fato criaram... criou-se um novo enquadramento e uma nova... e a possibilidade de uma nova dinâmica ao nível das comissões de proteção de crianças e jovens.

E portanto, estas instituições que funcionam na comunidade para defender os direitos das crianças... em Vila do Porto nós temos recentemente, de acordo com os censos de 2011, 600... desculpem, estou sem óculos... 640 crianças até... crianças e jovens até aos 18 anos. O conceito de criança vai até aos 18 anos e as comissões, portanto, tem crianças e jovens até aos 18 anos e depois podem ter até aos 21, eventualmente se aos

18 anos o jovem pedir o prolongamento da medida, a continuidade da medida, pode acontecer ser até aos 21.

Mas dos 0 aos 18 temos estes valores, portanto, 640... 640 crianças e jovens existentes na ilha de Vila do Porto. Metade delas... menos, cerca de 40% tem até 10 anos e as restantes tem até 9 e as de 10 aos 18 anos.

Portanto, em relação aos processos que existem neste momento, nós temos... podemos considerar que temos cerca de... não é 5%, mas... ou seja, se considerando nos últimos 5... se considerarmos nas crianças esta... esta... esta... digamos esta janela, este intervalo etário, temos consideradas as crianças que foram acompanhadas, não é? Temos cerca de... talvez 3, 4% das crianças... eu na altura fiz... eu acho que apesar de tudo é muito.

De qualquer forma, a comissão como é que funciona. Isto é, porque o convite é-vos dirigido e, portanto, vamos conversar sobre... ainda que rapidamente. As comissões só devem intervir depois de esgotadas a intervenção das instâncias de primeira linha, ou seja, quando a escola já pôs em marcha mecanismos necessários para resolver o problema do insucesso daquele jovem, quando o centro... a saúde já mobilizou recursos para resolver o problema da falta de comparência às consultas médicas da criança, etc... E só quando as situações já não são... estas situações de risco existem na sociedade, instancias que tomam conta delas, não é?

Mas só quando isto já não é possível, quando se torna uma situação de perigo é que devem ser, digamos, competência da comissão de proteção. Isso às vezes não... nem sempre acontece, ou seja, pode haver uma... uma... uma tendência para poder não esgotar os recursos iniciais ou de primeira instância, mas tem sempre consequências negativas, porque se eu à partida envio para... e não faço até ao fim, se não esgoto as minhas possibilidades até ao fim e mando para uma comissão isto... isto tem um inconveniente. Depois de entrar na comissão o processo, a comissão também tem um período de tempo em que pode trabalhar aquele caso e esse período de tempo, que são 12 meses mais 6, eventualmente, não é? É delimitado e portanto, após esse período, se nós não temos sucesso, se um conjunto de pessoas de recursos que a comissão contempla, já vamos ver, não tem a capacidade de... de resolver a situação em conjunto com a família, não é? Porque a grande questão é isto é em conjunto com a família.

Portanto, o que se faz são acordos com as famílias e tem que existir o consentimento da família para a intervenção para tentar resolver o problema. Se este consentimento não existe, não se pode intervir. Mas se nós... se é feita a intervenção, então nós temos

uma *deadline*, um período e durante aquele período, naquele máximo de 18 meses, se a situação não é contornada no contexto da comissão ela já não pode ser resolvida e, portanto, ela tem que ser remetida ao Ministério Público.

Por isso é que nós víamos aqui esta pirâmide. Esta pirâmide... de alguma forma são as instâncias de primeira linha e só depois o Ministério Público. Portanto, e acontece outra coisa, que a criança ou o jovem quando vem, quando está sinalizado numa comissão vai mais tarde... imaginem que é sinalizado e o problema até se resolve. Imaginem que é um adolescente com uma questão de absentismo escolar típica, que é o mais... mais típico nos adolescentes... a violência... mas absentismo escolar e que ela até se resolve. Faz-se um acordo com o jovem, desde que tenha mais de 12 anos, com a família, com quem intervém. Seja o avô, o tio, seja o recurso, porque a abordagem é sempre uma abordagem sistêmica, não é?

Por isso é que as comissões integram pessoas de várias áreas, não é? E portanto, quando nós fazemos o acordo, se o acordo tiver sucesso, ótimo. Se o problema está resolvido, ótimo. Se a criança... a criança e o jovem deixou de consumir ou recomeça as aulas sem consumir estupefacientes... começa as aulas... ótimo. Ao fim de 8 meses, ao fim de 10 meses a situação está resolvida o assunto está arquivado, não é? Mas se um dia mais tarde, ainda não tendo 18 anos, é reaberto de novo, o tempo de contagem é um tempo cumulativo, não começa de novo. Portanto, aquele processo quando entra numa comissão é contabilizado naquela comissão. Quer dizer, aquela situação de perigo, não é? Que existia na altura, nesse momento está a ser... quer dizer, até o motivo pode ser outro... o motivo pode ser outro, até pode ser a violência ou a toxicodependência... e portanto, é cumulativo o tempo. E, portanto temos de ter muito cuidado.

A intervenção das comissões, não é? Tem de ser... é concertada... tem de ser de acordo com a família, mas só deve fazer-se se estão os mecanismos iniciais que existem na sociedade para resolver o problema. Pronto.

Portanto, o modelo de intervenção... era esse que estávamos a dizer. Há este princípio da subsidiariedade. Primeiro entidades públicas e privadas com atribuições em matéria de infância e juventude. Depois, então, as comissões de proteção e em última instância os tribunais, não é? Quando a intervenção da comissão não pode ter lugar, ou quando a intervenção da comissão teve lugar e não teve sucesso.

Portanto, mas aqui coloca-se uma questão que é o risco versus perigo, porque essas barreiras são muito ténues. É evidente, uma escola está cheia de problemas. Está cheia

de jovens e de adolescentes e, portanto, é natural que contatem os pais. Os pais não aparecem... manda para a comissão. E aqui á uma barreira... o que é o risco e o que é perigo, ou seja... e esta pedagogia tem que ser feita entre instituições, entre nós, não é? Tem que existir uma conversa sempre... existe, mas quer dizer... de tentarmos negociar estas transições e ver até... até porque a comissão pode ou não acompanhar um caso, mas dar apoio a outras instâncias e o contrário também.

Por exemplo, uma coisa que se tem tentado fazer e que se fez no âmbito do RSI foi há caso de famílias, não é? De processos que são sinalizados (um à parte, qualquer pessoa pode sinalizar, anonimamente ou não um caso que seja uma situação de perigo. Que considere que seja uma situação de perigo, já vamos ver tipicamente quais são) e sinalizado este caso, nós podemos, por exemplo, se em relação aquela família já existe uma intervenção não vale a pela pormos 120 pessoas na casa daquela gente. Portanto, se por exemplo, o programa de... o programa de RSI existe para aquela família, então vamos tentar articular com a técnica que tem a responsabilidade pelo projeto daquele programa e vamos ver se no âmbito daquele programa a situação consegue ser resolvida. Não vale a pena criar um processo na comissão de proteção, já existem uma data de pessoas dentro da casa, não é? Atentar resolver o problema.

Portanto, é esse diálogo que tem que existir e essa forma concertada de intervir que é muito importante para nós podermos criar sinergias e no fundo rentabilizar os nossos recursos, não é? Porque as necessidades são muitas, são imensas, não é?

Portanto, só para acabar esta questão dos conceitos, risco e perigo, ocorre uma situação ou outra. Em princípio risco, e isto é o que está no site da Comissão Nacional. Qualquer pessoa que tenha um dia de insónia, pode lá ir vê isto e fica... portanto, risco são situações que comportam um perigo potencial para a concretização dos direitos das crianças, embora não atingindo um elevado grau de probabilidade de ocorrência com o conceito legal de perigo comporta, a agudização dessas situações pode levar a situações de perigo. As situações de perigo nem sempre advêm de situações de risco.

Morre...morte... morre um pai, morre uma mãe a criança fica só...pronto, esta é uma situação em que a proteção dos direitos não está garantida e não advêm da situação de risco, pode acontecer também. De qualquer forma, nas situações de risco a intervenção circunscreve-se aos esforços para superação daquele problema. É a pobreza, temos a questão dos subsídios que são atribuídos à família, temporários ou não, para tentar que as famílias equilibrem as suas contas, etc.

A intervenção, pedagogia, o apoio que é dado para a gestão dos recursos que têm, monetários e etc. A saúde, uma intervenção importantíssima que faz a todos os níveis em relação ao apoio... em relação ao alcoolismo, que é um problema gravíssimo cá. Nós temos... há casos em que é muito complicado trabalhar as questões do alcoolismo. São muito complicadas, porque... todas elas são... o alcoolismo porque progenitores têm o problema da dependência do álcool e não reconhecem, como é evidente, e muitas vezes a família... a própria família, não é? O conjugue ou os filhos até sabem que o problema existe, tem consequências, mas nós não podemos... uma pessoa não pode ser internada assim "por dar cá uma palha". Se ela não quiser ser não é.

E a alternativa que temos qual é, digam-me. Tirar as crianças à família? É uma alternativa, não é? Se as crianças tiverem em perigo de fato... as crianças, os jovens, não é? A situação é retirá-las à família, não há outra alternativa. Mas é muito complicado, porque às vezes são os próprios jovens... que são as tais prisões... são os próprios jovens que defendem os pais, não é? Que isto é o tal mecanismo psicológico que é difícil mudar. É uma prisão, como a questão da violência doméstica. Exatamente o mesmo processo e, portanto, como é que vamos fazer pedagogia? Como é que vamos trabalhar com aqueles jovens para garantir que enquanto trabalhamos que aquela situação de perigo, de fato, não se transforma. Aquele potencial, ameaça, não é? Não degenera numa coisa muito mais grave, não é? Mas ao mesmo tempo temos situações a resolver. Às vezes temos uma coisa... é um miúdo com 18, 19 anos, que já é maior. Outra coisa é um com 10, não é? Que já é o quarto ou o quinto na fratria.

Pronto. As questões do álcool são muito complicadas, aqui na ilha. É em todo o Portugal, mas aqui a dimensão é aquela que nós vivemos e, portanto, que nos toca a todos diariamente. É muito complicado. A toxicodependência também, embora o álcool tenha outra dimensão.

Nas situações de perigo a intervenção visa remover o perigo em que a criança se encontra, designadamente pela aplicação de medidas de promoção e proteção, que é aquilo que faz a Comissão depois. Essas medidas, como já dissemos, tem que ser negociadas. Sem consentimento, ninguém pode intervir. Portanto, não é o Ministério Público, não é? Em si, determina, manda, mas é uma fase inicial que nós tentamos negociar com as famílias, sensibilizar e negociar formas de resolução daquele problema.

E aí é que entra a grande importância da... desculpem, por exemplo situações de perigo. A diferença para o risco: uma criança estar abandonada ou viver sozinha, ser vítima de abusos sexuais, sofrer maus tratos físicos ou psíquicos, portanto, estas são situações, sem dúvida, que a Comissão de Proteção tem que intervir. Nas outras situações temos

de esgotar aquilo que são... a intervenção que é inerente às entidades de primeira linha. Pronto.

As medidas de promoção e proteção que nós temos é o apoio junto dos pais, é a mais vulgar. O apoio junto de outro familiar, quando não existem pais, ou quando os pais não têm condições para. Confiança a pessoa idónea. Apoio na autonomia de vida, normalmente adolescentes. O acolhimento familiar, o acolhimento em instituição. E ainda á a confiança a pessoa selecionada para a adoção ou a uma instituição com vista a adoção da criança.

O que é que... porque é que se fala da composição da Comissão? Porque se isto é um trabalho transdisciplinar, não é? Portanto, se isto é uma abordagem sistémica, se isto é... quanto mais recursos nós temos melhor. Eu costumo dizer “brincar desde o periquito ou o cão até ao avô, ao vizinho”. E portanto, é esta capacidade de nós gerirmos recursos, não é? E pessoas... e sensibilizarmos as pessoas que é determinante para o sucesso da intervenção.

Portanto, quanto mais entidades nós tivermos... entidades que podem ser individuais, pessoas, não é? Nós tivemos a intervir, melhor. Mais probabilidades temos de sucesso, porque nós temos que ... não nos podemos esquecer que quando estamos a intervir, já estamos a intervir depois de não sei quantas pessoas, não é? E ao fim de não sei quanto tempo que uma criança está habituada a um modo de viver, não é? De estar e ser maltratado. Para ele já é considerado normal, não é? Portanto é aquela questão do “eu não mereço outra coisa”. É a dimensão psicológica e depois é muito complicado dar volta a isso, como toda a gente sabe.

Portanto, a composição é essencial. Nós temos na de Vila do Porto um elemento do Município, e obrigatório. Da segurança social. Há um elemento da educação. Um da saúde, o Dr. Paulo Sousa. Da PSP temos o Sr. Subcomissário ali presente e que está sempre presente nas nossas reuniões. Temos as associações desportivas de pais e da juventude. Temos, também, da Assembleia Municipal 4 pessoas e aqui na Assembleia Municipal... nós poderíamos ter pela Assembleia quem a Assembleia designasse. Podia ser o sapateiro. Pode ser a sra.do caixa do supermercado. Cidadãos que a Assembleia considere que têm perfil para trabalhar nesta área, não é?

Podemos... temos as 2 IPSS que estão lá representadas, que é a Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto e Salvaterra, Associação de Solidariedade Social Mariense... Salvaterra., portanto, a Assembleia Municipal são 4 e há dois elementos cooptados que é uma possibilidade que existe e vai ser um recurso, certamente, aqui

na ilha de Santa Maria, que é a possibilidade de nós convidarmos pessoas que possam querer aderir a este projeto, porque isto é preciso ter espírito de missão, ninguém ganha... quer dizer as pessoas com isso tem que conciliar as suas atividades com outras atividades que tem com a atividade da Comissão de Proteção. Ainda que já esteja contemplado na lei, não é? E por acordos que são feitos, a possibilidade que a afetação das pessoas "x" tempo (podem ser três horas, podem ser 7 horas por semana), mas na prática, à Comissão, às Comissões é uma obrigatoriedade das entidades que estão representadas, mas na práticas as coisas nem sempre funcionam assim, não tem funcionado assim, porque há muitas solicitações e é difícil... e é difícil o técnico responder às várias solicitações que tem.

Pronto. Mas isso não é um problema das crianças, não é um problema da sociedade mariense. É um problema da organização. É um problema da própria Comissão que tem de resolve-lo, não é? É um problema das entidades que estão representadas, que tem que claramente estabelecer prioridades e dizer se estão comprometidas, não é? Na resolução do problema ou então tem que criar as condições para que os recursos humanos estejam lá. As pessoas estão empenhadas, o problema é as solicitações que têm.

E, portanto, em primeira instância é uma exigência que nós temos que fazer, nós sociedade, às entidades que estão representadas, sobretudo aquelas que obrigatoriamente tem que estar representadas e depois temos, que eu acho que tem sido... é em todo mundo, é um movimento generalizado e é a alternativa e é importantíssimo que seja, é fazer, digamos, recorreremos ou socorreremos das pessoas individuais, pessoas da sociedade, que tem um papel importantíssimo nesse processo, que tem imensa experiência em áreas diversificadas, que tem um perfil adequado para trabalhar com crianças, para trabalhar com famílias, para saber dialogar, porque isto é sobretudo... isto é sobretudo uma tarefa de diálogo e de resistência. É preciso ter e ser... e ter capacidade de dialogar, porque as situações são todas muito aborrecidas, toda a gente sabe. Quer dizer, estamos a falar com um jovem que... ou toxicodependente que já se sabe que... ele diz sempre que sim e para a semana aquilo está... é preciso acreditar nas pessoas, é ter essa capacidade de acordarmos todos os dias e termos capacidade de acreditar que as pessoas são capazes, não é?

Pronto. E por isso é que a nossa formação... não é tão importante a nossa formação, podemos ter 24 mestrados, 55 tal... podemos ter 30 anos de experiência profissional. Mas a formação humanística é uma coisa que... não, quer dizer a formação académica é muito importante, mas não é condição para que a formação humanística aconteça,

não é? E há que haver um perfil para isto, dizíamos... não sei se dizíamos... é uma espécie de missão. As pessoas têm que sentir isso, é uma obrigação quase de um cidadão. Mais do que uma obrigação profissional e só assim é que podemos levar isso a bom termo porque não há possibilidade, quer dizer, é muito trabalhar numa área confortável. É muito mais fácil trabalhar numa área confortável. Se calhar até ganhamos bem.

Portanto, aqui é uma questão de cidadania, mas é também uma questão de cumprimento em relação aos compromissos que assumimos... mas a relação dos cidadãos... é sobretudo cidadania, nós temos que saber seduzir, não é? Eu. Cada um de nós. Seduzir as pessoas para esse projeto e é isso que temos.

Neste momento estamos nesta fase. Portanto, as comissões funcionam na modalidade alargada... a tal representatividade de todos os órgãos. Estas comissões deveriam participar... todos nós... na modalidade alargada para se debater as questões sociais, participar, ter um papel ativo social, ativo. Eu penso que tem sido difícil ter, porque de fato os recursos não são muitos, mas temos que dar a volta à questão, porque há Comissões que estão a fazer esse trabalho muito bem feito e já estão a conseguir. Mesmo nos Açores. Um trabalho fantástico. Portanto nós temos de ser capazes de fazer isto.

Ações de intervenção... não se pode fazer as ações de intervenção sem que... ou pode fazer-se, mas em simultâneo nós temos que garantir a atividade da comissão de acompanhamento dos casos é feita, não é? Quer dizer, há aqui dois eixos: há o exterior de sensibilização, angariação de projetos, de pessoas para este projeto, não é? Mas depois em simultâneo os casos estão sempre a acontecer e não podem ser abandonados.

Nós temos, em modalidade restrita, são neste momento, no mínimo por lei são cinco pessoas e aqui em Vila do Porto só existem cinco pessoas e ainda estas cinco pessoas não são suficientes porque estes cinco não conseguem acompanhar casos. Temos três pessoas a acompanhar caso, que é insuficiente, manifestamente.

Portanto e aí temos de dar a volta à questão. Nós temos na comissão restrita membros que são cooptados, não é? Não sei se cheguei a explicar, mas os membros cooptados são membros convidados, são entidades que possam ser uma mais-valia para nós. E há muitas pessoas. Há pessoas que estão reformadas, há pessoas que estão disponíveis, há pessoas que estão desempregadas e que até têm formação adequada, que se calhar não se importariam de vir... de trabalhar duas, três horas por semana, de

colaborar, numa espécie de voluntariado. É uma coisa que não existe nesta ilha, não é? É impressionante. Não existe uma rede de voluntariado, não é? Jovens, não existe uma rede de voluntariado jovem nem de adultos. Que eu saiba. Não, não existe. E os jovens que até são tão generosos, não é? Temos que conseguir... a comissão podia fazer uma coisa destas. Pode ter essa iniciativa junto com outras entidades, seja quem for.

Pronto. Existe um protocolo entre o Município... onde é que está o Sr. Presidente? Não está? Hã! Esta era mesmo para ele. Existe um protocolo... mas ele sabe... existe um protocolo entre o Ministério da Solidariedade e do Trabalho e o... que diz, portanto, que comparticipa financeiramente os Municípios para que eles possam assegurar o apoio logístico às Comissões. A Comissão não tem uma sede. Neste momento a Comissão funciona o Núcleo de Ação Social e é importante que ganhe algum estatuto próprio, não é? Porque a Comissão não é a Ação Social. Não é o Núcleo de Ação Social. É uma entidade representada por várias instituições. Até para os jovens, muitas vezes, já disse isso no outro dia na reunião que tivemos, é um preconceito que nós temos que trabalhar. É um preconceito dos jovens. Mas dizem, com alguma razão, dizem "Mas eu tenho de ir á segurança social?" Porque as pessoas, infelizmente, isto é um preconceito que nós temos que trabalhar, não é? De qualquer modo, isto mostra bem a grande confusão que existe aqui entre o que é uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e o que é a segurança social. Portanto, nós precisamos de espaço, nem que tenhamos de alugá-los, porque as comissões tem algum dinheiro que permite para isto, gerindo bem as coisas.

Portanto. O Município também tem pouco espaço, mas estamos a tentar negociar com o Sr. Presidente o espaço a ver se conseguimos... de qualquer maneira é importante ganhar, é importante ter o espaço próprio. Porque isto também contribui para a visibilidade da Comissão, para tudo o que ela tem, não é? Eu acho que é a única ilha que não tem espaço próprio, disse no outro dia a Sra. Secretária que este problema já está resolvido nas outras ilhas todas. Portanto, temos de resolver cá.

Isto é...em termos de volume processual, rapidamente, nos últimos 5 anos foi assim. O azul são processos ativos em cada ano, porque há entradas, depois há arquivos de acordo com procedimentos que tem de ser seguidos. Pronto. E saídas de processo. Isto é tudo em dezembro do ano em causa, não é? Em dezembro de 2014, em dezembro de 2013.

Tipo de processos entrados. Normalmente se são ou não processos transitados do ano anterior. Como nós vemos, transitados do ano anterior nestes últimos 5 anos que é o

que está em análise, temos vários, não é? Portanto, as questões não são resolvidas logo, mas temos aquela janela temporal dos 18 meses que temos que cumprir.

As saídas são estas. No último ano houve mais... há aqui um valor superior de saídas, porque houve, digamos, um reanalisar de casos se eram ou não situações de perigo. Portanto, se eram ou não situações para estarem na Comissão ou não. Não quer dizer que não sejam casos que precisam de ser acompanhados, mas não são situações de perigo. Não se pode considerar um jovem que esteja á dois anos... quer dizer, se não fizermos nada até ao momento, ou mandamos para o Ministério Público ou então não é lá que vai ficar. O jovem falta á não sei quantos anos, quer dizer não se fez nada, não se conseguiu, é um insucesso, temos todos, não é? Vamos ter vários na vida, mas ou se passa á etapa anterior. Dentro não pode ficar, até que por lei não pode. Passa os 18 meses, esgota tudo.

Pronto. Normalmente as situações de perigo, já falamos, dos 8 até aos 10 anos, 9, 10 anos, e percebe-se, são situações de negligência e de exposição a comportamentos desviantes. Portanto, o que é que acontece? Porquê? Porque é que não acontece depois? Porque depois já se lavam sozinhos, já vestem qualquer coisinha, já comem qualquer coisinha, já pedem ao amigo para comer. Pronto. Por isso é que as situações de negligência depois não aparecem, não é? E porque nós também... E porque nós também, comunidade em geral, somos mais sensíveis, se calhar, à questão da negligência nos miúdos mais pequenos, não é? E também há o processo da saúde, processos através da saúde, portanto... atenção, é preciso dizer, há pessoas que tem feito participações, sinalizações anonimamente, algumas, mas de casos de crianças em perigo.

A Dra. Leonor disse, e muito bem, tipificou muitas situações, etc... Aqui no caso da Comissão, no caso das crianças e jovens há uma particularidade que é muito... eu não vou dizer muito, não vou quantificar, não tenho dados para fazê-lo, mas, diversos casos, não são crianças que venham de famílias pobres, não é? A violência é uma coisa transversal, infelizmente, não é? E portanto nós temos casos que são situações que não existem pobreza, não existem... há negligência, porque as pessoas têm na sua vida todas situações... todas as pessoas têm situações de fragilidade, não é? Todos nós somos capazes de dar a volta á situação, porque emocionalmente estamos bem... estamos mal, na sequência de um divórcio ou porque as coisas se instalam e podemos ter recursos e podemos estar a trabalhar, não é? Mas não cuidamos dos filhos. Ponto final. E os miúdos cheiram mal e os miúdos não vão... e as crianças queijam-se e não comem, estão sozinhos e etc...

Portanto... também há disso e por isso a questão aqui da Comissão e a questão da articulação com as questões da pobreza e da exclusão... aqui nas Comissões de Proteção não é só a pobreza e exclusão. Naturalmente que ela potencia as situações de perigo, de risco, portanto e de perigo, mas não são só. A violência tem um peso muito grande, não é? Em todas as sociedades e na nossa também.

Pronto. As medidas são na maior parte... isto aqui, desculpem está muito grande, mas já agora fica para perceberem são as situações de negligência, são comportamentos que possam perturbar os comportamentos da criança, a violência doméstica, o mau trato físico, absentismo escolar... desculpem, agora tenho isto aqui... não estou a ver, 6 e 1 de 15 a 17 anos... ah, consumo de estupefacientes, comportamentos graves, antissociais, um caso, portanto, catalogado. Isto muitas vezes tem a ver com as categorias que se utilizam noutras situações de perigo. Como vêm em relação á negligencia e á exposição de comportamentos são a violência, etc... são prejudiciais para o desenvolvimento da criança. São a exposição a modelos que comprometem o bem-estar.

Nós temos, apesar de tudo, uma equipa. Aqueles que estão e que aparecem estão empenhados. Há outros casos que a responsabilidade é nossa, temos de fazer com que eles fiquem mais empenhados, quando não estão. E provavelmente a responsabilidade é minha, também, nesse caso, desde há 10 meses essa parte, porque ainda não consegui sensibilizar as pessoas de maneira a que elas possam abdicar do seu tempo profissional e partilhar... portanto, terem este tempo que deve ser afeto... afetado á comissão.

De facto, as dificuldades são essas. Um número reduzido de elementos. Esperamos poder resolvê-lo com os membros cooptados. Convidando pessoas, já discutimos isso na Comissão Alargada, é um consenso generalizado. Convidar pessoas que tem capacidade, que possam estar disponíveis. Não precisam... fica aqui o convite, este é o convite. Não precisam de... se tiverem duas horas ou três por semana, fantástico. É o ideal. Não é o ideal, podem ter 10, mas já é muito bom... já é muito bom. Está bem?

Pronto. Este ano as atividades, nós fizemos uma coisa que esperamos que resolva, que foi, em relação a três casos que estão a ser acompanhados, dos casos complicados, de adolescentes, foi propor a integração deles em programas de OTL Jovem, porque temos e temos que agradecer ali á Joana que está a apoiar a nível administrativo e mais do que isso até a Comissão. A Joana Figueiredo da Câmara e ao Dr. Nelson, já agora, que tem dispensado a Joana, embora seja uma obrigação do Município disponibilizar os recursos. Portanto, mas tem sido muito disponível, sempre... às vezes me cima da hora,

eu esqueço-me... “Ó Joana, amanhã pode ser? Quinta-feira pode ser?” Normalmente é à quinta ou à sexta. E portanto, a Joana disponibilizou-se, também, aí está, como cidadã, porque no fundo é isto, para responsabilizar-se por um dos estágios na Câmara Municipal. Os outros dois estágios vão ser feitos no Canil e outro conosco na preparação de uma colónia de férias que esperamos que se concretize e está a ser, em princípio... A colónia de férias a ideia era fazer duas componentes, diurna e com dormida, mas com dormida este ano não se faz porque é muito complicado do ponto de vista logístico, mas era importante, porque em termos de hábitos para os miúdos, mesmo por a mesa, estar à noite ou levantar e o estarem, de alguma forma, afastados, também é bom. Vem da casa para estarem em socialização com outros, não é? Com os pares. Com meninos de manhã à noite, com meninos da sociedade e organizarem as suas rotinas em grupo de idades semelhantes, em grupo de pares, pronto.

Á um grupo de trabalho “escola de pais”, mais tremido, porque é muito complicado fazer intervenção. Pensar, conceber uma intervenção dirigida á formação de pais. Tem de ser em articulação, evidente, com as entidades... com quem estiver interessado, mas, porque aqui tem que se pensar muito bem como é que se vai abordar... como é que se faz essa abordagem, não é? Como é que se faz essa abordagem. Mas ela é essencial.

Porque é preciso é trabalhar com os pais. É preciso é trabalhar com os pais. Há crianças que tomam conta dos pais. Vocês sabem melhor que eu, não é? Tomam conta do ponto de vista do apoio. Já nem sequer... não é tomar conta... fazer as refeições... mas não é. É... pronto.

E muito obrigada, que não está cá escrito, mas é mesmo. Portanto, obrigada pela colaboração.

Eu... meu deus... mas a responsabilidade foi sua. Você é que disse que às 10:25 era o intervalo.

Pronto. Obrigada. Portanto, fica aqui o convite. Já sabem onde é que estamos por enquanto, no instituto de ação social. Dúvidas, questões, críticas. Ótimo. Críticas. No outro dia estava a jantar e uma senhora dizia assim “Sim, porque esta Comissão não faz nada. Há aí uma comissão de proteção”. Eu disse “tem toda a razão. É verdade. Mas porquê?”. “Sim. Porque a criança tem que ir para o tribunal e a mãe tem de ser internada”. “Sim, mas não se pode internar a mãe sem a confirmação dela e não se pode retirar logo a criança, porque primeiro é preciso dar hipóteses á família”.

Portanto, esse esclarecimento tem de ser feito para nós podermos trabalhar juntamente, não é? Mas temos que nos abrir. Portanto, este trabalho tem que ser feito, porque se não...

Obrigada.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

ORADOR

PAULO SOUSA

Pós-graduação no Curso Superior em Medicina Legal pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em 2002.

Pós-graduação em Hidrologia e Climatologia pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em Janeiro 2004.

Pós-graduação em Medicina Do Trabalho pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em Julho 2005.

Grau de Mestre na área da Psiquiatria (dependências) pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em Setembro 2011.

Auditor da Direção Geral de Saúde, desde Julho 2012.

Representante na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens pela área da saúde da Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria, desde Julho 2014.

Coordenador da área das Dependências da Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria, desde Setembro 2014.

Diretor Clínico da Unidade de Saúde da ilha de Santa Maria , desde Abril 2015.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

CONFERÊNCIA III

INTERVENÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS EM SANTA MARIA⁴

Quando a dra. Cátia... agradeço o convite em nome do Centro de Saúde para estar aqui presente hoje.

Quando a dra. Cátia fez o desafio para as dependências... como sabem as dependências é muito vasto. Temos a do álcool, o tabaco, jogos, café, muita coisa. Resolvemos apresentar o nosso projeto de toxicodependências aqui da ilha.

É um projeto que não é meu. É um projeto que já vem de trás, com a dra. Vanda e com a dra. Lissa, com a Enfermeira Mónica juntamente com a ARRISCA que desenvolveram esse projeto. Estava em banho-maria e eu quando cheguei em setembro abracei este projeto com a ajuda da assistente social, a psicóloga e a enfermeira Marlene, abraçamos este projeto.

O público-alvo do nosso projeto é todos os utentes em situação de dependência sinalizada não só pelo médico de família. Pode ser sinalizado pelos pais. Os pais muitas vezes vêm muitas vezes nos pedir apoio, vêm nos pedir ajuda. Pode ser sinalizado, também, pelos tribunais que nos pedem ajuda para fazer o acompanhamento. Pode ser sinalizado pela CPCJ que também nos pedem ajuda no acompanhamento. Pode ser sinalizado pelas escolas. Não estamos sozinhos nisso. Não é só o médico de família, tudo vem parar ao médico de família. Pode ser os doentes do dr. Carlos, pode ser da dra. Madalena, pode ser da dra. Rosário e depois é encaminhado para mim.

A equipe técnica. A nossa equipe, eu posso dizer que tenho uma equipe de luxo. Uma equipa que me dá uma ajuda tremenda. O meu trabalho é mesmo só trabalho de acompanhamento. Estou eu como coordenador, a Enfermeira Ângela que não está nesse momento porque foi mãe, tem a enfermeira Marlene, que dá um apoio, trabalha comigo todos os dias. Tenho a psicóloga, a dra. Lissa Figueiredo e a assistente social, a dra. Vanda.

Os programas. Nós fazemos programas para aqueles que vão fazer substituição de opiáceos e aqueles que estão livres de droga. Nós acompanhamos os dois e apresentamos os dois e fazemos uma coisa muito bonita que é um contrato terapêutico.

⁴ Texto conforme o discurso oral.

E as más-línguas podem dizer “Ah, mas o contrato terapêutico não tem valor legal”. E eu falei “tudo bem, não há valor legal, mas valor moral.”.

Nós nos deixamos, vou mostrar, o contrato é um contrato em que põe em primeiro artigo a Unidade de Saúde, em que nós damos todo o apoio ao utente. Nós disponibilizamos todos os meses os meios e recurso do Centro de Saúde tem. Disponibilizamos técnicos. Tudo o que for necessário para ele. A garantia da sensibilidade, tudo o que for necessário.

Temos um compromisso de proporcionar o tratamento e reabilitação da dependência, da heroína, acompanhamento psicológico, social, médico, de enfermagem. Proporcionar formação, treino competências. Temos muita coisa, por aí. Fazemos a substituição dos opióides, complementando com a metadona. Fica tudo em contrato. Dizemos como é que vai acontecer as coisas.

Depois tem o compromisso deles. Tem um compromisso de entregar toda a documentação solicitada, por exemplo documentos de identificação, aceitar as prescrições médicas, fazer parte do tratamento global relativo às dependências, dos opiáceos.

A medicação que nós fornecemos a eles são-nos devolvida e a toma é presencial. Eles não levam a medicação para casa. Eles vão comprar medicação, entregam no Centro de Saúde. Quando necessita de um comprimido para dormir eles levam um comprimido para dormir. Só um.

A toma da metadona é presencial. Toda a medicação que eles fazem fica no Centro de Saúde. Eles não levam nada para casa.

Comparecer às consultas médicas, as de psicologia, as de enfermagem, as de assistente social. Assumir uma postura, aqui eu exijo, que eles assumam uma postura de respeito com todos os técnicos e pessoas que estão no Centro de Saúde e isso é um ponto de honra para mim e para a equipa.

Comparecer nos horários. Eles têm horários para comparecer. Antigamente aquilo era das 9 às 5 horas e eles apareciam à hora que queriam, faziam o que queriam. Dormiam até às 2, apareciam às 4, ou então às 9 horas da manhã já estavam lá e nós decidimos ter um horário. Ter um horário das 11 à 1 da tarde. Esse horário, inclusive ao final de semana, não há pensos, eu tirei os pensos, eu tirei tudo nesse horário para chegarem lá... assim que eles chegam, entram, tomam a sua metadona e vão embora para casa. Não há tempo de espera, não há ali tempo para fazer tumulto ou criar qualquer confusão

com outros utentes. Só se chegarem numa urgência num final de semana, tivemos uma urgência, uma evacuação como houve hoje á 1 e meia da manhã, assim às 2 da tarde, agente para tudo e agente temos que aguardar. Aí aguarda e não reclama.

Casos de suspensão e penalização, também. Se não se portarem bem, nós não damos a metadona e eles ressacam e ficam pior. Depois já aprendem a respeitar as pessoas. Temos de ser duros com eles. Não podemos ser molinhos. Eu sou muito... eu sou amigo deles, até as enfermeiras tem uma frase que “são os meus meninos”. Todas elas dizem “Ó, o seu menino está lá fora”, “o seu menino está internado”. Eu já sei do que é que se trata.

Eu tenho muito respeito por eles e eles comigo, mas tem que haver uma relação de confiança e respeito um pelo outro. Isso eu exijo deles.

Tenho tudo aqui documentado e no final assina. Assinamos os dois. Eu assino e ele assina. É um compromisso, não é um contrato legal, mas é um contrato de honra que nós temos.

Os dados atuais que nós temos. Em maio de 2015, 5 utentes do sexo masculino estão em tratamento com cloridrato de metadona. Quando eu cheguei eram 8, eram à volta de 8 a 9 que estavam em tratamento. Já estamos em 5. Em maio, também, dois utentes do sexo feminino estão em tratamento com buprenorfina, que é um comprimido que agente... é um substituto da metadona, para começar a deixar de fazer a metadona.

No primeiro trimestre de 2015 dois utentes concluíram o tratamento com a metadona. Estão livres das drogas. Passaram da substituição de opioides para o contrato livre de drogas. E temos um que foi inserido agora em maio, com o apoio da Câmara Municipal, numa comunidade terapêutica. Está a fazer um tratamento fora da ilha. Está no Continente.

O programa livre de drogas é a mesma coisa. É um contrato que é assinado. Visa mais ou menos a mesma coisa, só que diz “livre de drogas”, a identificação, todo o contrato é igual. Os objetivos que nós temos, a vertente dos comportamentos aditivos. Tudo isso é lido, tudo isso é discutido antes deles assinarem. Eles assinam em plena consciência do que estão a fazer. Mais ou menos o contrato é ele todo igual.

A minha intervenção. A intervenção aqui do médico é mais uma intervenção de ver o estado, de como é que ele está naquele momento. Vamos ver os parâmetros médicos, se está muito magro ou se está desnutrido. Como é que ele está? Vamos fazer análise pela primeira vez. Esse ano arranquei com análise a todos. Todos eles fizeram análises.

Uns acharam bem, outros acharam menos bem. Os que acharam menos bem eu ameacei com tribunal e eles fizeram análises. E fiquei um pocado aflito. Levei o caso a secretaria e estamos a começar a fazer o tratamento deles todos. Para começar, já tenho 4 em tratamento, faltam-me 2 ou 3 para entrar em tratamento. Vamos ver se agente consegue metê-los em tratamento em junho.

Ver a monitorização das atualizações terapêuticas. Ver se eles se estão a se dar bem ou se não se estão a se dar bem com os tratamentos. Se conseguem dormir, se não conseguem dormir. Se ressaca, se não ressacam. Que nós vamos também, com esse acompanhamento médico, vamos baixando as doses de metadona. Nós baixamos uma média de 2.5 de 15 em 15 dias. Uns aguentam, outros não aguentam. Outros pedem para ficar só 1, outros 1.5 e vamos tentando corrigir. Outros param os 5 e fica ali 5 durante muito tempo. E depois tentam baixar e não conseguem. É um jogo. Aquilo vai-se jogar com as doses de metadona e vamos vendo como é que se vai passando.

A intervenção da enfermagem. Aqui também é importante a enfermagem... tem que estabelecer uma relação de confiança. A enfermeira vai com eles e está com eles todos os dias. Todos os dias vai estar com ele. Vai tentar recolher dados pessoais deles, porque muitas vezes eles falam mais com as enfermeira do que connosco, com os médicos. Desabafam mais com as enfermeiras do que com os médicos.

Fazem uma vigilância da saúde, uma monitorização terapêutica deles. Ela é que dá a medicação, ela é que prepara a medicação para o final de semana.

Ela é que faz todo um apanhado dele a gente ter uma noção do que se passa com ele. É ela, também, que faz os testes. Eles fazem testes, quem está no contrato de substituição de opioides, faz teste todas as semanas. Uma bateria com 10 testes que vem da ARRISCA. Nós fazemos testes todas as semanas. Estes testes, eles não são avisados daquele teste. Pode ser uma segunda, pode ser uma sexta, pode ser um sábado, pode ser um domingo. É quando calhar. Eles nunca sabem quando é que é o teste. É surpresa e muitos deles são apanhados, às vezes, nesses testes de surpresa. E eles fazem urina presencial. Eles não vão para a casa da banho fazer urina. Fecha-se a porta, a enfermeira muitas vezes me chama "doutor Paulo esse tem vergonha" e eu vou lá com eles e eles urinam na minha frente ou de costas para a enfermeira mas presencial. Não levam urina. Não fazem nada.

A intervenção social. Como eu disse que era uma equipe de luxo, aqui está a dra. Vanda que é o meu braço direito. E digo isso com toda a alegria porque é a pessoa que eu recorro mais vezes. Não só da parte das toxicodependências, mas ela também está na

intervenção precoce juntamente com a dra. Rosário. Ela também está na parte dos transportes. Como não tenho qualquer problema, a dra. Vanda é meu pronto-socorro, é meu bombeiro. É a pessoa que eu chego ali e “Olha Vanda, eu tenho um problema e você tem que me resolver” e ela diz “agora não” e eu digo “agora já” e ela lá para tudo para fazer e ... o que é que ela vai fazer? Vai garantir o adequado acompanhamento social, a integração do utente com a família. Ela quantas vezes é que recebe os pais? Ela quantas vezes é que recebe utentes? É o padre da freguesia, como costumo a dizer. Desabafam todos com ela. É com ela que contam todos os problemas. Se tem dinheiro, se não tem dinheiro para comprar a medicação. Se tem casa, se não tem casa para morar. Como é que moram, como é que não moram. Faz a inserção social do utente. Auxilia o utente na respetiva família a enfrentar o medo da melhor maneira das possíveis mudanças. A situação de problema social... é um complemento de coisas que ela faz de grande maneira. É pequenina, mas tem muita força. Ela tem muita força ali.

A intervenção psicológica. Aqui já é mais complicado. Aqui com a dra. Lissa “eu não vou correr”, é o meu zen, como costumo a dizer. Ela sempre atenta, acalma. Vamos conversar com calma. É ali que eu começo a relaxar um pocadinho porque ela me põe a relaxar. É o meu zen. Ali. As coisas ali está calmo. Não adianta eu chegar ali a correr que ela não corre. Vamos avaliar... vai fazer ou formular um diagnóstico psicológico.

Avaliar a motivação do utente para a mudança de comportamentos, que é muito importante isso. É a dra. Lissa que vai fazer toda essa motivação, vai fazer todo esse trabalho de ver como é que ele está. Se ele está bem, se ele está mal. Onde é que pode trabalhar, onde não pode trabalhar, se está a fazer bem a adesão á terapêutica ou se não está. Se está a conseguir fazer a eliminação dos consumos, se não está. A vontade de ingressar numa comunidade... todos eles querem ingressar numa comunidade. Passar férias, todos eles querem, mas antes de ir tem que passar várias etapas. Tem que passar pelo crivo da dra. Vanda, tem que passar pelo crivo da dra. Lissa, tem que passar pelo meu crivo. Tem que passar muita coisa para poder... quando vai para uma comunidade terapêutica é porque está mesmo motivado, está mesmo pronto para entrar numa comunidade terapêutica.

Trabalha a motivação do utente no sentido da correta da tomada de decisão dos consumos.

Trabalha na prevenção da recaída, que é um trabalho muito, muito... mesmo depois de sair dos opiáceos, depois de estar sem drogas eles consomem, eles fazem muito THC, que são os charros. Agente tenta trabalhar isso, eles vão a pouco e pouco... mas é um trabalho moroso, de meses, não é fácil.

Trabalha com a família no sentido de otimizar os recursos existentes no contexto da família, o que é que há. Também ela vai muitas vezes... convoca as famílias para falar com elas. É um trabalho... é, como eu digo, muito zen, tem de fazer a coisa com calma, não vale a pena correr, tem de fazer as coisas todas tranquilas.

Vou-me apressar um pocadinho, porque tu me diz para a gente cumprir tempo.

E não trabalhamos sozinhos.

Trabalhamos com a Secretaria Regional de Saúde, que nos dá os apoios para a gente poder ter dinheiro para mandar para fora, se não a gente não tinha.

Com o Ministério Público de Vila do Porto, mais com a PSP que faz toda a... que faz todo o trabalho de, como é que eu vou dizer, de processo dele para enviar para o tribunal, muitas vezes vem ter connosco a pedir uma informação clínica para juntar ao processo para levar ao tribunal. O trabalho grosso disso tudo passa pela PSP de Vila do Porto.

O Ministério Público de Ponta Delgada, porque temos muitos que estão aqui inseridos também precisam de ter informações de como é que eles se estão a portar. Os testes das toxicodependências, para ver se eles estão a consumir ou se não estão a consumir.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Casa dos menores, porque temos vários menores, também, na toxicodependência. Também temos colaboração com eles.

O Núcleo de Ação Social de Santa Maria.

Câmara Municipal do Porto.

A Santa Casa da Misericórdia que está ali, que muitas vezes até connosco e os meninos e olha temos que achar tempo, tenho sempre tempo para eles, tenho sempre uma vaga de uma consulta, estou sempre disponível para fazer as análises, para conversar com eles, para começar, para fazer todo o trabalho.

A Escola Básica e Secundária de Vila do Porto, que muitas vezes “Ó doutor nós temos uma suspeita. Nós queremos ver o que é que se passa”. Com a CPCJ e a CPCJ falou connosco e tentamos fazer ali um trabalho, ver se estão a consumir ou não estão a consumir.

A ARRISCA, que é em Ponta Delgada, que muitas vezes nós mandamos os nossos toxicodependentes para consultas e eles tem que fazer lá. Às vezes não tem avião no mesmo dia, tem que ficar para o dia seguinte e eles precisam de tomar a dose de metadona. Nós mandamos toda a informação para a ARRISCA e a ARRISCA dá-lhes as doses de metadona lá. Fazem o acompanhamento deles. Alguns ficam internados eles vão lá fazer as doses, vão lá fazer a entrega da medicação. Os da ARRISCA, que também vem para cá, às vezes passar férias, eles nos telefonam e dizem “olha, vão dois jovens ai para a ilha. A medicação é esta.”. E eu digo logo, “cuidado que agente tem horário”. Aqui há um horário e eles tem de cumprir um horário.

É esse jogo que nós temos. E a Direção, também, Geral de Reinserção Social, também trabalhamos com eles.

Isso não é fácil. É um trabalho muito complexo. Eu tentei explicar assim o nosso trabalho muito rapidamente. É um trabalho moroso. É um trabalho de paciência. Muitas vezes somos chamados às três da manhã, durante a manhã, que um dos meninos portou-se mal. Embebedou-se porque estava com... fumou charros a mais ou tinham entrado em conflitos.

Toda a vez que eles sabem ali no Centro de Saúde, todos os meninos, os meus meninos quando se metem ao barulho eu sou o primeiro a ser chamado. Eu sou o primeiro a ser chamado, independentemente do médico de serviço. E faço questão disso... para os acompanhar e quero esse acompanhamento muito de perto e também é gratificante ver que nós estamos a conseguir tirá-los... diminuir as doses de metadona, passa-los para um contrato sem drogas e quando cheguei aqui isso era muito complicado... muito complicado.

Eu não tenho todos os jovens aqui da ilha. Esses são aqueles me nos vem pedir ajuda. São aqueles que estão a assumir o compromisso. Tenho conhecimento de mais dois ou três jovens que estão a consumir, mas não mostram um projeto.

Eu não tenho autoridade de chegar ao pé da PSP e dizer “olha eu quero a lista de todos os toxicodependentes daqui, porque eu quero chamá-los todos”. O Subcomissário mandava-me logo dar uma volta. “Olhe meu amigo, saia daqui porque não pode se meter nisso”.

Se tivéssemos isso era bom, mas não temos que jogar com aquilo que temos. E todo esse projeto dá gozo fazer. Dá trabalho. É muito trabalhoso. Mete muita gente. Mete muito pessoal do Centro de Saúde, mas é bom. Eu digo que é bom... e o meu muito obrigado a todos.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

ORADORA

CÁTIA PINHEIRO

Técnica profissional nível III do curso de animação sociocultural e assistente familiar pela Escola Profissional Assistentes de Serviço e Apoio Social em 2008.

Licenciada em Psicologia pela Universidade do Algarve, em 2012.

Mestre em Psicologia Forense e da Exclusão Social pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2014.

Frequentou cursos de formação relacionados com Medicina Legal, Violência Juvenil, Balística, Violência Doméstica, Dependências, Vitimologia, Luto, Tanatologia, *Profiling* Criminal, entre outros.

Participou em inúmeros seminários, congressos, palestras sobre Psicologia Forense, Criminologia, Exclusão Social, Comportamento Desviante, entre outros temas.

Efetou o estágio curricular no âmbito do Mestrado em Psicologia Forense na Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), equipa de Santarém, no ano de 2014.

Desde Janeiro é Psicóloga Forense na Câmara Municipal de Vila do Porto, no âmbito do programa Estagiar L.

Membro estagiário na Ordem dos Psicólogos Portugueses desde 2015.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

CONFERÊNCIA IV

REINSERÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL⁵

Pronto. Como eu estou sob ameaça e coação do nosso moderador do painel, pela rapidez, vou passar a fazer a minha apresentação em pé. Vai ser mais fácil, para nos articularmos aqui mais depressa.

O que eu vos venho trazer hoje... vamos falar um pocadinho sobre aquela que é a nossa resposta estruturada, a nível governamental, para a reinserção social em Portugal. Iremos falar hoje, portando, da Direção Geral da Reinserção e Serviços Prisionais. Para facilitar, se não vou-me estar sempre a repetir, vou-me referir com DGRSP, para simplificar.

A DGRSP, então, tem como objetivo fazer a prevenção da conduta e reincidência criminal e da reinserção social de jovens e de adultos.

Existe desde 1982, sendo que a sua primeira lei foi em 1983. Inicialmente era designada como IRS, Instituto da Reinserção Social. Mais tarde em 2006, com toda a reforma existente na Administração Pública passou a fazer parte integrante do Ministério da Justiça, sendo que em 2013, se não estou em erro, passou a se designado de Reinserção Geral da Reinserção e Serviços Prisionais, ou seja, o facto de ser unido ao Ministério da Justiça passou a contemplar os serviços prisionais na reinserção social.

A DGRSP define, então, e executa políticas públicas de prevenção, criminal e de reinserção, particularmente para a promoção e execução de medidas tutelares educativas e medidas alternativas à prisão.

Tem sido feito um esforço muito grande e numa aposta das medidas alternativas à prisão. Portanto, cada vez mais a reclusão é a última das escolhas.

Em termos dos seus objetivos, temos, então, a promoção dos direitos humanos, a prevenção daqueles que são os comportamentos delinquentes, criar, então, as condições para o desenvolvimento das sanções não preventivas da liberdade e criar estratégias de intervenção do sistema prisional com o objetivo, óbvio, de criar condições de reinserção social aquando da sua liberdade.

⁵ Texto conforme o discurso oral.

A nível de competências. Tem um contributo na definição daquela que é a política dominante, assegura o apoio técnico aos tribunais na tomada de decisões, portanto, o trabalho da DGRSP foca-se muito naquela que é a assessoria dada aos tribunais, que na pré, quer na pós-sentença. Temos, também, a preparação das liberdades condicionais e o respetivo acompanhamento das mesmas. A gestão e execução de medidas de vigilância eletrónica, que são as mais utilizadas e por fim a gestão dos Centros Educativos e outros equipamentos destinados à reinserção social.

Vamos, então, aprofundar aquela que é a intervenção da DGRSP. Sobretudo a DGRSP executa ações e supervisões... bem como o apoio psicossocial.

A sua intervenção tenta sempre ter um foco a nível individual. Portanto, é entre arguido e a DGRSP, se bem que por vezes, em casos, seja necessário trabalhar o contexto onde este individuo se insere, nomeadamente famílias, sendo que esse não é o objetivo principal.

Temos, então, a articulação com as entidades externas à DGRSP. Portanto, podem ser públicas ou privadas. Vamos ver mais á frente, ocorre muito, esta articulação, quando falamos de trabalho em favor da comunidade.

Então, vamos passar às áreas em que a DGRSP trabalha, tendo sempre o lema “Agir para Integrar”.

Vamos falar aqui um pocadinho da vigilância eletrónica. É cada vez mais utilizada. Antigamente não... não víamos os tribunais recorrerem tanta vez a esta decisão. Talvez por ser uma solução menos dispendiosa e por alguns dos crimes não ser uma ameaça direta à nossa segurança pública, tem-se cada vez mais recorrido a essa solução. Existe e está ao dispor da justiça portuguesa, desde o ano de 2002. Serve acima de tudo o objetivo primordial...é evitar realmente a familiaridade com aquele que é o ambiente prisional e proporcionar a manutenção dos laços sociofamiliares, que infelizmente nem sempre é possível manter quando estamos a falar de um ambiente de reclusão, portanto, numa prisão.

Outra das suas áreas de... outra das suas áreas de intervenção é a área tutelar educativa. A área tutelar educativa auxilia na avaliação das necessidades de intervir com jovens entre os 16 e os 21 anos de idade. A elaboração de relatórios, mais á frente vou definir melhor em que é que consiste... no que é que consistem estes relatórios. A avaliação psicológica destes elementos e as perícias acerca da sua personalidade. Educar o jovem e procurar que este assimile os valores as normas e os valores jurídicos e da sociedade e reinseri-lo na sociedade porque infelizmente muitos jovens tem contato

com toda esta... nesta janela de idades infelizmente já estão no limiar da própria exclusão social.

Quando falamos de penas privativas da liberdade, aqui estamos a focar-nos obviamente ao ambiente de reclusão, portanto às prisões... e podem ter uma duração mínima de 1 mês até 25 anos. É prestada, então, uma assessoria técnica e apoio à decisão judicial, portanto, muitas vezes é requerido às equipas da DGRSP que façam uma avaliação, uma perícia psicológica ao indivíduo, que façam realmente um relatório social que tenha a descrição daquela que é o seu contexto social de modo a ajudar a visita... a auxiliar o juiz a decidir que pena e medida é que deve aplicar. Os relatórios sociais e as perícias à personalidade e a reinserção social.

Ainda aqui sobre o ambiente prisional, achei importante referir que Azevedo define três objetivos da reclusão. Portanto, primeiramente punir o criminoso. Numa segunda fase, não permitir que este continue a perpetuar os seus crimes e por fim a recuperação do criminoso.

Infelizmente sabemos que esta última é a que nos deixa mais aquém. Infelizmente este trabalho é muito pouco feito e o pouco que é feito dá muito bom resultado. Portanto, esta é sem dúvida... chame-mos o calcanhar de Aquiles, realmente, da justiça neste momento.

Segundo Gonçalves, o plano estruturado para o indivíduo deve ser feito o plano individual. Ora, se sabemos que há uma escassez de recursos, se sabemos que as nossas prisões estão superlotadas, fica praticamente impossível, realmente, desenvolver um plano individual para cada um deles. A sobrelotação que lá está, realmente, dificulta esta reintegração.

Passemos, então, para a última, no que se refere às medidas não privativas da liberdade que também são mais recorrentes, como é o trabalho a favor da comunidade.

Em que é que consiste este trabalho a favor da comunidade? Ele pode ser solicitado por diversos motivos. Primeiramente, para a substituição de uma pena até dois anos de prisão, isto é, se uma pessoa tiver uma pena que vá nesta janela de tempo até máximo de dois anos pode recorrer e pedir que a sua pena seja feita em meio natural de vida, neste caso convertida em trabalho a favor da comunidade. Pode, também, servir para substituição de pena de multa. Esta, assistimos imensamente a isto: multas de pessoas que são apanhadas a conduzir sem cartas de condução, sob o efeito de álcool, que são aplicadas multas. As pessoas podem requer que realmente... e requerer que este... o pagamento da multa com dinheiro... que o pagamento da multa seja feito então em

trabalho a favor da comunidade. Pode, também, servir para a suspensão da execução da pena de prisão. Pode servir para a suspensão provisória do processo e aqui estamos a falar das penas que são suspensas. As pessoas tem a possibilidade de vir para o meio em liberdade, mas algumas... alguns afazeres cívicos, nomeadamente o trabalho a favor da comunidade. Pode ser, também, aplicável aos jovens entre os 16 e os 21 anos de idade, não do ponto de vista como um trabalho, mas vista como uma reprimenda por alguma situação.

Passemos, então, àqueles que são os instrumentos. Os instrumentos com que a DGRSP trabalha, que podem ser utilizados na pré e pós sentença.

Quando falamos na pré sentença, a autorização é sempre necessária a menos que estejamos a falar de perícias à personalidade. Nesse caso não é necessário...e essa mesmo irá ser a ferramenta chave para a decisão do juiz sobre a pena do arguido, sobre a medida a aplicar. A informação recolhida é através de anamneses, ou seja, de entrevistas e a aplicação de testes, no caso da área de psicologia. Servem então...servem estas entrevistas e esta aplicação para fazer um levantamento da caracterização do individuo, portanto, no meio em que se insere, as habilitações literárias, as... com licença... as competências que adquiriram ao longo da sua vida, os hábitos, como o Dr. Paulo falava há pouco, das dependências, as suas condições, portanto, tudo serve para apurar a sua caracterização social.

Que tipo de documentos é que, então, a DGRSP cria?

Temos os formulários sociais e mais abaixo tem o pedido de informação social. Em que é que diferem? O relatório social é aquele que é feito sobretudo no trabalho a favor da comunidade, que... dando um exemplo prático: se um individuo é apanhado a conduzir sem carta de condução, como vimos há pouco pode pedir a multa passar a ser paga em trabalho a favor da comunidade. Ora um individuo, o arguido, neste caso, pede ao tribunal e se o tribunal aceitar vai contactar a DGRSP, neste caso a DGRSP vai apresentar o relatório social com toda a caracterização do individuo de modo a decidir se eventualmente ele reúne ou não condições para fazer o trabalho a favor da comunidade. Aqui estamos a falar de informação muito especifica que é pedida e tem uma certa minuta para seguir.

Quando falamos de informação social, já não é tão processual e estamos a falar às vezes de respostas simples que o tribunal pede só acerca de um assunto. Portanto é muito mais simples.

Temos então os relatórios às perícias sobre a personalidade do indivíduo, cada vez são mais pedidos para a decisão judicial.

Temos os planos e nos planos referimo-nos aos projetos e aos programas que a DGRSP dispõe aos seus utentes, nomeadamente na área tutelar educativa. Cada vez têm tido mais programas para inserir estes jovens e tentar, realmente, que o Centro Educativo seja a última solução.

Temos, também, as audições. Por vezes os técnicos de reinserção social são chamados a tribunal para clarificar alguma coisa que possa não ter ficado bem perceptível nos relatórios, bem como por vezes temos que ir para negar e alegar que aquilo que o indivíduo passou não é realmente a verdade dos factos. Tudo isto acontece imenso no trabalho comunitário quando se tenta contactar as pessoas e muitas vezes as pessoas não aparecem, nunca dão razão de si e quando vamos a ver chegam ao tribunal e dizem que não, fomos nós que nunca os contactamos, fomos nós que nunca fizemos nada e é por isso que muitas destas audições são requeridas, precisamente para confirmar se é a situação foi a que o arguido alegou.

Então, agora, vamos integrar aqui um pouco a DGRSP naqueles que são os seus pontos fortes e fracos da sua ação. A nível de ambiente interno, os pontos fracos, sem dúvida, a insuficiência de recursos, de técnicos, cada vez mais se nota isso. Se bem se lembram, há pouco tempo vimos nos nossos noticiários que as prisões portuguesas tinham ficado sem psicólogos o que realmente deve ser extremamente assustador. Já para não falar dos guardas prisionais que temos ouvido imenso, que não chegam para a população existente. Esse é realmente um dos maiores pontos fracos da DGRSP, que está interligado com o segundo que é então garantir a eficácia e a eficiência. Se temos as nossas prisões sobrelotadas, se temos escassez de recursos técnicos será impossível que a nossa resposta seja da melhor e maior eficiência possível, como seria desejável.

Temos, então, falta de indicadores longitudinais dos resultados. Isto porque? Por que é muito bonito chamarmos a uma direção geral e de reinserção social e serviços prisionais, só que em termos práticos a nossa reinserção social neste sistema só acontece se o indivíduo está em contato com o sistema judiciário. Se o indivíduo não está em contato com o sistema judicial esta reinserção... felizmente existem outras entidades que o fazem, como a REMAR, como a COMPANHEIRO que felizmente faz um trabalho excelente com os ex-reclusos... que isto é muito fácil de meter as pessoas dentro de quatro paredes e achar que se vai resolver tudo, mas sabemos bem que assim não é. Portanto, esta falta de resultados tem a ver com a falta de acompanhamento.

Existe... a partir do momento em que a pessoa sai do sistema, a partir do momento em que a pessoa conclui a sua medida, realmente não há um acompanhamento para sabermos se os resultados foram atingidos ou não. Infelizmente, o único resultado que podemos medir é quando a pessoa reincide e é aí que vemos que o problema não ficou resolvido e é triste que só tenhamos estas noções. Como é óbvio a conjuntura atual tem uma grande... um grande peso e a DGRSP, sem dúvida, está afeta a essas necessidades financeiras.

Pontos fortes do trabalho da DGRSP. Temos então a capacidade de resposta a todo o território nacional. Temos as equipas da DGRSP no Continente e nos Açores e na Madeira. Portanto, todo o território nacional tem estas equipas.

Felizmente tem-se investido cada vez mais nas medidas alternativas à prisão. Isto não tem nada a ver de acharmos que a prisão é necessária ou vice-versa. Isto tem a ver com o facto de sabermos que nas nossas cadeias não funcionam de uma forma estruturada, de uma forma eficaz e, realmente, se não funcionam assim, por vezes há crimes que as pessoas cometem que não são essa ameaça tão grande para a sociedade e que às vezes é preferível tentar sempre, numa primeira, aplicar uma medida alternativa à prisão, porque lá está, como falamos á pouco, a estigmatização dentro do meio de reclusão é muito complicada e é muito difícil, realmente, de desligar a pessoa daquela dinâmica, até que, por mais incrível que possa parecer, as pessoas, reclusos, fazem de tudo para voltar para dentro da cadeia porque têm, e vêm nas prisões, um conforto e uma estabilidade que não tem nas suas vidas em liberdade.

Temos também a adesão aos meios de vigilância eletrónica, que é cada vez mais recorrente, que faz sentido, o Estado poupa imenso dinheiro, se a pessoa não é uma ameaça à sociedade. Portanto, tem sido cada vez mais pedido.

Tem a capacidade de gestão orientada para os resultados. Infelizmente, os resultados... e aumento das respostas estruturadas. Aqui falamos cada vez mais que a DGRSP tem investido na criação de programas para trabalhar com essas pessoas. Portanto, existe uma estrutura de trabalho para articular com cada uma das suas áreas.

A nível de ambiente externo, aquelas que são as ameaças. Temos, então, que a conjuntura económica tem tendência, infelizmente, de aumentar o índice de criminalidade. Temos o nível de atividade dependente de fatores externos e isto acontece no trabalho a favor da comunidade, em que o trabalho é prestado a entidades externas à DGRSP. Portanto, é necessário que estas entidades estejam despertas e com vontade de colaborar, que nem sempre é fácil, porque estamos a falar de

peças... do tipo de peças que vai desenvolver esta atividade nas entidades. Nem sempre são as peças mais estruturadas, nem sempre estão motivadas para isso e muitas vezes as coisas correm muito mal no trabalho a favor da comunidade. Portanto, a entidade que colabora, obviamente, dependendo se tem ou não uma má experiência e acabam por desistir da colaboração. Isto é realmente uma ameaça porque cada vez mais no trabalho comunitário o número de entidades disponíveis tem vindo, realmente, a reduzir.

As entidades externas cada vez tem feito mais acessória ao tribunal e isto porque a escassez de técnicos não permite que os técnicos existentes consigam dar resposta aos pedidos existentes. Posso partilhar com vocês, quando eu estive na DGRSP em Santarém, que é dividida em duas, entre a de Vila Franca e a de Santo António, só a de Vila Franca, em termos de trabalho a favor da comunidade estavam pendentes 600 processos, só daquele ano, portanto, nem vos falo do número de centenas que estavam dos anos anteriores. Portanto, realmente às vezes é preciso recorrer ao ambiente externo para dar vazão.

Em termos de oportunidades, é uma área complementar aos serviços prisionais, as respostas são mais estruturadas, uma vez que agora se chama Direção Geral de Reinserção e os Serviços Prisionais, funcionam todos em conjunto. Os serviços prisionais ficaram a ganhar com isto, mas...

Temos então a oportunidade da abertura das instituições comunitárias para articulação e cooperação das tais medidas não preventivas da liberdade. É assim uma mais-valia saber que temos entidades a cooperar connosco.

A possibilidade, então, de acesso a conhecimento sustentado na área da delinquência, nomeadamente protocolos com universidades, que cada vez mais desenvolvem as suas investigações e os seus resultados contribuem imenso numa altura mais estruturada da DGRSP.

Agora, para finalizar, gostava de vos deixar com algumas estatísticas para termos noção dos números com que a DGRSP funciona. Portanto, isto são dados de 2013, que é o mais recente que nós temos. Temos, então, 118 mil e 585 pedidos. Para termos noção do género, 69 393 são do género masculino. Portanto, o género masculino é sempre dominante nestas coisas, se bem que o feminino tem vindo a aumentar bastante.

Na área penal, que são divididas em... a ação da DGRSP é dividida nestas duas: a penal e a tutelar educativa. Em termos de penal, temos 112 mil 164 pedidos, que é uma representação de 95% da atividade da DGRSP. 73 753 mil destes pedidos são de

tomada de decisão judicial, ou seja, para auxiliar o juiz a definir qual a medida mais adequada.

Na área tutelar educativa temos 6 421 pedidos, que representa no todo só apenas 5%. Mesmo assim, são menos 15% em comparação com 2012, que é um dado positivo, realmente ter o resultado diminuído. Talvez se reflita nisto pelo facto de se terem criado mais programas de integração para os jovens delinquentes.

Mantendo sempre o foco no número de pedidos iniciais, temos então os relatórios para audições que representam 66% do bolo de trabalho e as penas e medidas, 34%.

Deixo-vos, então, agora aqui no final e para reflexão, a nossa realidade local. Há, realmente, uma escassez de respostas, não só local, mas nacional, mas vamo-nos focar em Santa Maria. Realmente, temos aqui uma escassez de respostas, sobretudo na temática que o Dr. Paulo falou há pouco, porque às vezes as pessoas deslocam-se para fazer os seus tratamentos em comunidades terapêuticas e quando regressam, infelizmente, nem sempre tem uma estrutura que os possam acompanhar e facilitar o máximo possível na sua não-reincidência. Infelizmente nem sempre acontece.

É óbvio que o Centro de Saúde felizmente tem desempenhado e tem-se colocado nesta temática, mas vemos que infelizmente não é suficiente. Temos a falar de toxicoddependência, como poderíamos estar a falar de outra temática qualquer. O mesmo acontece a nível nacional com as nossas prisões. Nós continuamos a achar que a pessoa ao estar determinado tempo em reclusão, os problemas resolvem-se. Cada individuo tem de ser trabalhado de forma individual, sempre com foco daquelas que são as suas características e o contexto em que se desenvolveu e a ação deverá ser o mais particularizada possível.

Deixo-vos, então as questões para reflexão: se justifica-se essa criação de respostas? Que respostas é que poderíamos, então, criar para estas situações? Que entidade... que entidades compete esta formulação de respostas e estarão os profissionais preparados para a criação destas mesmas respostas.

Fica para reflexão.

PAINEL II

MEDIDAS DE POLITICA E ESTRATÉGIAS DE COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

(PERÍODO DA TARDE)

MODERADOR

MIGUEL MARQUES

ORADORES

VÂNIA CHAVES

POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DE “CRISE”: NOVAS ABORDAGENS,
NOVOS DESAFIOS

GRAÇA MORAIS

PROGRAMAS DE OCUPAÇÃO DE EMPREGO NA INCLUSÃO SOCIAL DE
FAMÍLIAS DESFAVORECIDAS

VITÓRIA FURTADO

ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE
POBREZA

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

ORADORA

VÂNIA CHAVES

Licenciada em Serviço Social pela Universidade dos Açores em 2010. A frequentar o mestrado em Ciências Sociais, na Especialidade Envelhecimento, Famílias e Políticas Sociais desde 2013 na Universidade dos Açores.

Frequentou vários cursos relacionados com competências emocionais, comunicação, relações interpessoais, empreendedorismo social e violência doméstica. Participou em inúmeros seminários, ações de formação, conferências, fóruns e congressos sobre terceira idade, consumos e dependências, violência doméstica, igualdade de género, crianças, entre outros temas.

Efetou o Estágio Curricular no âmbito da Licenciatura em Serviço Social na Associação de Promoção de Públicos Jovens em Risco, no Projeto Ponto de Encontro Familiar, na ilha de São Miguel.

Formadora na Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada – Delegação de Santa Maria nos anos de 2010, 2011 e 2013.

Desde 2010 é Assistente Social da Associação de Desenvolvimento e Solidariedade Social Mariense – Salvaterra.

Em representação da Associação Salvaterra é membro da equipa do Pólo Local de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e membro da Unidade de Apoio ao Idoso.

É membro cooptado na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Vila do Porto, em regime de voluntariado.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

CONFERÊNCIA V

POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DE “CRISE”: NOVAS ABORDAGENS, NOVOS DESAFIOS⁶

Muito boa tarde aos presentes,

Eu gostaria, em primeiro lugar, agradecer o convite e dizer que não é muito fácil estar deste lado e sobretudo é mais confortável estar a ouvir do que estar a apresentar, mas vou tentar dar o meu melhor e se tiverem alguma dúvida é só colocarem.

O tema que vos trago relaciona-se com as políticas sociais na atualidade, as novas abordagens e os novos desafios. Os objetivos do trabalho serão contextualizar as políticas sociais no âmbito das políticas públicas; apresentar exemplos de políticas sociais e respostas sociais e refletir sobre os desafios das políticas sociais na no contexto atual.

Esta análise foi realizada, muito em parte, tendo por base os “Working papers” do mestrado que frequento em Ciências Sociais na especialidade Envelhecimento, Famílias e Políticas Sociais. Algumas considerações foram retiradas dos trabalhos de pobreza e exclusão social das disciplinas mudança das sociedades contemporâneas e de políticas públicas e desenvolvimento. Apresento esta reflexão a título pessoal e é como estudiosa que estou a retirar estas considerações.

Em primeiro lugar falemos um pouco sobre a realidade. As taxas de pobreza da Região, infelizmente, são as mais elevadas do país, com cerca de 17.9%, dados relativos a 2009, os mais recentes e publicados no INE. Estão agora a sair os referentes a 2012. A taxa de desemprego da Região é também a mais elevada e superior à média nacional: 16.3% face a 13.9% no ano de 2014. E há maior incidência no desemprego jovem com uma taxa de 41.5%. A par daqueles públicos vulneráveis à pobreza como sendo os idosos sós, os idosos com baixas pensões, famílias monoparentais, famílias numerosas, existem outros grupos que são hoje vulneráveis à pobreza.

A questão que se coloca: quem são estas pessoas?

Em primeiro lugar, são os empregados precários. Estes empregados precários são aquelas pessoas que na sua relação com o trabalho “flutuam” entre o emprego e o desemprego. São indivíduos que apresentam emprego sazonal, muitos deles fruto dos

⁶ Texto revisto pela oradora.

programas ocupacionais, que vem de certa forma, apoiar as políticas de combate à pobreza e à exclusão social, mas a longo prazo não promovem uma atividade laboral duradoura e estável.

Existe um outro público que os estudiosos referem ser os pobres assalariados. Quem são estes? São pessoas que até trabalham, tem o seu salário, estão vinculados, tem um contrato de trabalho, só que fruto do congelamento das remunerações, do aumento do nível de vida, aumento da inflação, não conseguem assegurar um seu nível básico de subsistência.

E por último, subsiste também um outro público que são os jovens à procura do primeiro emprego. Sabemos que os estágios profissionais são uma política de emprego que concede uma primeira aproximação dos jovens ao mercado de trabalho, contudo é um facto que o desemprego jovem nos Açores apresenta uma percentagem substancial: 41.5%, o que são números realmente inquietantes.

Estes dados mostram que vivemos numa sociedade de risco social. Existem inúmeras problemáticas, mas destaquei estas quatro como sendo as que, a meu ver, são muito preocupantes na nossa realidade local: o desemprego, o envelhecimento, as dependências e o endividamento. Estes são alguns dos desafios que o Estado Social é chamado a intervir.

Desta forma o Estado Providencia deverá ser sempre um Estado em transição, isto porquê? Porque se deve adequar sempre aos problemas da sociedade. Sabemos que os problemas de ontem, não são os problemas de hoje, as transformações sociais exigem que as políticas, o Estado Social, e as próprias instituições se adequem às expectativas. E como é que o Estado consegue resolver estes problemas? Através das políticas sociais. Estas surgem como mecanismos de funcionamento de um Estado Social/Estado Providencia.

O conceito de políticas sociais é muito vasto. Por norma a conceção geral está muito associado à questão às políticas de proteção social, porém as políticas sociais não se podem cingir unicamente às políticas de proteção social, o que chamamos designadamente pelos subsídios. O senso comum associa as políticas sociais aos subsídios como as prestações sociais ou as pensões, mas vão muito mais para além desta questão dos apoios económicos.

A proteção social abrange os serviços na saúde, na habitação, na saúde, na educação, trabalho, no emprego, na formação profissional, entre outros e englobam outras áreas que não estas que tem a ver com os serviços e com as respostas sociais: instituições,

creches, amas, CAO's, Centros de Dia, tudo isto são formas de política social que estão no cantinho das respostas, das infraestruturas, das estruturas sociais e são políticas sociais e não meras políticas de segurança social.

Tenho consciência que o nosso desafio é caminhar gradualmente de um Estado de Bem-Estar para um Sistema de Bem-Estar Social.

O que se pretende com este sistema? Sabemos que o Estado, desde sempre e sobretudo com o após 25 de Abril, teve um papel central na resolução das problemáticas sociais, mas o que é facto é que a subsistência do Estado Social se coloca muito em causa, porque o Estado Social não consegue colmatar todas estas dificuldades. E o que é que se procura? Procura-se cada vez mais desenvolver um sistema de bem-estar, que é um sistema que vai muito mais além das questões do Estado: envolve a sociedade civil, as instituições, associações, grupos locais. Abordámos á pouco alguns exemplos, que são modelos de boas práticas e de certa forma figuram o que se espera de um Sistema de Bem-Estar e não só um Estado de Bem-Estar.

Para resumir esta parte, o Estado Providencia promove políticas públicas. Existe na área económica, na área de concertação social e na área de bem-estar. São estas que vou referenciar. Este Estado, por sua vez, cria as políticas sociais, que são políticas de promoção de cidadania social.

Importante será referir que as políticas se baseiam em diretrizes legislativas, ou seja, neste caso baseiam-se em direitos. Temos aqui cinco domínios: o emprego, a educação, a saúde, a habitação e a proteção social. Existem um conjunto de direitos, como o direito ao trabalho, ao ensino, o direito à proteção na saúde, o direito à habitação, o direito à proteção na velhice, na invalidez, no desemprego, etc., que são direitos consagrados e que, por norma, são desenvolvidos e protegidos pelas políticas sociais.

Apresento de seguida alguns exemplos de medidas de proteção social. Na terceira idade temos, entre outras, pensão de velhice, pensão social de velhice, o Complemento Solidário para Idosos, o COMPAMID, que é uma medida regional, apenas desenvolvida nos Açores e constitui uma das principais medidas no combate à pobreza e exclusão social, sobretudo a idosos, porque estes complementos são pagos sobretudo às situações de velhice, de invalidez, de sobrevivência.

Considerarei também, por bem referir o salário mínimo regional, que como todos sabemos é diferente do nacional. O salário mínimo nacional, atualmente são 505 euros mensais e o regional são 530,25. Esta também é uma medida tomada pelo Governo Regional

para, de certa forma, colmatar estas diferenças, porque é uma realidade, é difícil dizê-lo, mas é a realidade: os Açores constituem-se como uma das zonas mais pobres do país e então existem esta tipologia de medidas que tentam compensar esta desvantagem social que existe relativamente às outras regiões do País.

Então, resumindo, os processos de combate à pobreza e exclusão social abrangem medidas de combate no emprego, na formação, qualificação, na habitação, na saúde, na proteção social e numa nova área que é a responsabilidade social. De certa forma é a área que caracteriza o novo paradigma das políticas sociais ativas.

Então, o desafio será olhar e ter a consciência de que estes fenómenos da pobreza e da exclusão social não podem ser resolvidos só com medidas de promoção de política social clássica. Deve existir, e já há, sobretudo a partir dos anos 90 com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, uma outra forma de política social que não passa apenas pelas políticas indemnizatórias, que como o próprio nome indica indemnizam as pessoas, mas políticas que tem muito a ver com o acompanhamento das situações e das respostas sociais e são denominadas de políticas sociais ativas.

As políticas sociais ativas difundidas sobretudo a partir dos anos 90, procuram conceber estratégias para que os indivíduos se insiram socialmente, seja pela integração no mercado de trabalho, ou pela integração em atividades socialmente reconhecidas. São exemplos os programas ocupacionais no mercado social de emprego, empresas de inserção, os contratos de inserção social ou a constituição de redes sociais. Desta rede social são exemplos os núcleos, as comissões, os polos, as equipas multidisciplinares vêm no seguimento das políticas sociais ativas.

Nestes núcleos deverão existir técnicos qualificados. Debatemo-nos com a situação da falta de recursos colocados em instituições que trabalham no terreno. Partilho a ideia de que existem técnicos disponíveis, mas não são técnicos contratados. São técnicos em estágios ou programas ocupacionais provisórios que dão o seu contributo à intervenção comunitária, mas que não prosseguem com o trabalho desenvolvido, por incapacidade do mercado formal de emprego receber nos quadros estes profissionais.

Um exemplo elucidativo: o trabalho que aquele técnico fez durante aquele ano que esteve no estágio foi ótimo, conseguiu melhorar competências ou gerar mudanças em conte. Aquele técnico que estabeleceu a relação de confiança com a família foi embora, saiu da ilha... há muitos colegas meus que resolvem sair da ilha, com muita pena minha, e fica o de investimento e envolvimento inacabado. Queria deixar essa salvaguarda. Eu acho que existem muitos bons técnicos. Agora técnicos contratados pelas instituições,

pelas entidades penso que não existam assim tantos, como deveria ser e isto a julgar, por exemplo, pelo número de processos que acompanhamos. Porque, se calhar, os serviços aos quais eu presto serviço eram necessários mais técnicos que não existem. É uma realidade.

Bem, mas voltando à nossa linha de pensamento. Então as políticas sociais como é que se caracterizam?

Existem três características essenciais para estas políticas sociais ativas que são a abordagem por projeto, uma ação e intervenção descentralizada e uma personalização e contratualização das respostas.

No que se refere à abordagem por projeto, correspondem a um modelo de relação partilhado entre o Estado e a sociedade. Aqui a sociedade estamos a falar das instituições e trazem um conjunto de vantagens à intervenção: a proximidade para com os problemas, uma ação integrada e uma partilha de informação. Isso é visível, sobretudo, nas equipas multidisciplinares e nas equipas que existem localmente nas várias temáticas (idoso, criança ou violência doméstica), existe esta partilha entre técnicos de uma instituição A, B, C, D, que de certa forma trabalham para um objetivo comum que é a intervenção numa única família e há aqui um maior ajustamento à realidade e às mudanças.

A intervenção descentralizada vem neste seguimento e corresponde à partilha de responsabilidades, ou seja, não é só a segurança social ou não é só a educação, não é só a saúde que é responsável, mas é sim... são eles todos mais as entidades do terceiro setor ou as entidades particulares... as instituições, as IPSS's que estão envolvidas neste projeto. Esta metodologia comporta, naturalmente maior eficácia, maior igualdade na aplicação das medidas. Há aqui um mecanismo que é tanto uma vantagem, como uma desvantagem.

Aqui está como uma desvantagem: estamos mais próximos, percebemos mais as situações, mas também é muito difícil trabalhar/intervir onde nascemos e crescemos, a verdade é essa. Trabalhar na nossa terra, e isto para as minhas colegas que também são naturais de cá, é muito difícil. É bom nós conhecermos as pessoas, é bom. Estamos mais próximos, porque a abordagem é diferente. Conseguimos uma abordagem empática com os casos que é positivo. Concomitantemente sente-se o inverso, há um maior desgaste. Isto, porque em termos de neutralidade na intervenção é um exercício constante.

Em termos de individualização das medidas em vez de dispositivos abstratos de aplicação universal os novos programas sociais privilegiam, sobretudo, as questões do *empowerment*, de conceber estratégias para as pessoas sejam autónomas. A ideia é ensinar as pessoas promovendo competências e ensiná-las num futuro, que às vezes não é a curto prazo, a se autonomizarem das medidas sociais e é um processo que é feito pela ativação. A ativação é conceder responsabilidade e conceder deveres a estas pessoas que na prática, se calhar, pode-se pensar que isto fica tudo nas boas intenções, mas não é. Isto existe negociação, trabalho realizado, contratualizado e que é constituído na prática.

Bem, isto tudo para dizer que o Estado Social cada vez se deve transformar num Estado Plural, ou seja, num Estado em que não é só o Estado que tem o papel central na promoção do bem-estar, mas está envolvido com o mercado e com a sociedade civil.

O grande desafio, neste âmbito, será sair daquela bolha que é o Estado Providencia, a ideia de que o Estado é o único responsável por assegurar tudo às pessoas que necessitam, mas não pode ser ele por si só sozinho. Existe uma necessidade de criar uma responsabilidade social a outras entidades. No nosso contexto local nas nossas instituições devem ser valorizadas pois constituem-se como um contributo ativo na solidariedade que acaba por ser uma questão que já não é dos outros, mas é de todos nós.

A crise económica tornou mais visível a sociedade de classes em que vivemos. O mundo tornou-se mais individualista e egoísta. Contudo penso que todos nós temos alguma triste realidade perto de nós..., ou um pai doente, ou temos um filho desempregado ou temos, algum infortúnio, algum divórcio na família, e as questões da pobreza não estão assim tão longe

É por nos sentidos também uma parte do problema, porque não sabemos se um dia também estaremos do lado de lá, no reverso da medalha, as pessoas acabam por ser mais solidárias, mais conscientes dos problemas que existem na comunidade e eu penso que apesar de tudo esse caminho tem sido feito.

Desempenho a minha atividade profissional há cinco anos e perceciono melhorias, embora as mudanças difíceis e vagarosas espero fazer parte desta transformação e colocar em cada um de vós uma semente de mudança.

Bem, queria deixar por fim termos de constatações, só para ficarmos aqui com quatro ideias essenciais.

i) As políticas sociais não são apenas políticas económicas, não são as políticas dos rendimentos sociais, dos pobrezinhos estigmatizados. É errado e é retrógrado pensar que as políticas sociais são só isto. As políticas sociais abrangem hoje estes apoios que já referenciamos, mas abrangem muito trabalho que também é feito muito pelas instituições, e pelos técnicos e pelas equipas que são projetos, atividades, sinalização, acompanhamento, encaminhamento, aconselhamento, mediação institucional, educação e formação de competências pessoais e sociais. E isto é o que eu acho que são as políticas sociais na atualidade.

ii) Por outro lado, a pobreza não se reduz à questão da subsistência. Pode estar relacionada com a exclusão, atividades socialmente reconhecidas, como seja o emprego. Nós sabemos que o emprego tem um papel central nas nossas sociedades. Querendo ou não, uma pessoa desempregada tem um estatuto social desvalorizado pelos outros. Ela sente e os outros também olham para ela de maneira diferente. E é também neste contexto que surgem outros contextos de pobreza: pobreza escondida, pobreza envergonhada. Existirá com certeza, muitas situações que não recorrem aos serviços, ou não procuram as instituições, mas sofrem de carência escondida.

iii) Será utópico pensar que as políticas sociais erradicam a pobreza. Não acabam com a pobreza, melhoram o nível de vida de muitas situações, minimizam os seus efeitos. No combate teremos um longo percurso pela frente.

iv) Caminhamos, apesar de tudo, para uma sociedade, em que o terceiro setor, as instituições, as associações, os particulares, os grupos de ajuda têm um papel ativo, uma sociedade que eu considero ser, sobretudo, mais solidária.

É finalizando que vos deixo esta mensagem.

Muito obrigada!

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

ORADORA

GRAÇA MORAIS

Licenciada em Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores em 2005. Estudos avançados em Ciências Empresariais pela Universidade dos Açores em 2007.

Pós-graduada em Recursos Humanos pela Universidade dos Açores em 2010 e em Administração e Políticas Públicas pela Universidade Aberta em 2014.

Possui curso de empreendedorismo e de primeiros socorros. Frequentou várias ações de formação, seminários, simpósios, conferências, *workshops* relacionadas com empreendedorismo, administração, turismo, recursos naturais, comunicação e relação interpessoal no local de trabalho, entre outros temas.

Efetuiu estágio profissional na Caixa Geral de Depósitos em Ponta Delgada de 2005 a 2006.

Assumiu a coordenação do Serviço de Ilha de Santa Maria da Secretaria Regional da Economia de 2006 a 2011.

Foi Delegada de Ilha da Secretaria Regional da Economia na ilha de Santa Maria de 2011 a 2013. Desde 2013 que é delegada e coordenadora de Ilha da Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial. Desde 2006 até ao presente que é responsável pelo Gabinete do Empreendedor de Santa Maria.

Membro da Ordem dos Economistas desde 2006.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

CONFERÊNCIA VI

PROGRAMAS DE OCUPAÇÃO DE EMPREGO NA INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS DESFAVORECIDAS⁷

Em primeiro lugar quero agradecer o convite endereçado pela Câmara Municipal para estar aqui presente.

Vou falar sobre os programas de emprego. Vou começar pelos programas ocupacionais.

O Programa PROSA tem como objetivo inserir as pessoas no mercado de trabalho. Pessoas que são beneficiárias de RSI; mulheres com mais de 40 anos; homens com mais de 45; ex-reclusos e ex-toxicodependentes. É uma forma de inseri-los na sociedade. São promotores deste programa a Administração Pública Regional, Local e Central, bem como as IPSS's. O apoio que os utentes recebem é o salário mínimo regional, todo ele pago pelo fundo regional do emprego, as entidades têm como custos o pagamento da Taxa Social Única e o seguro contra acidentes de trabalho. Mais nada. Convém referir que este programa tem a duração de 12 meses e pode ser prorrogado por mais 6 meses. Portanto, o máximo de 18 meses. Entre os 12 meses e a prorrogação tem direito a um mês de descanso que é retribuído. Como é um programa de ocupação não tem direito a subsídio de férias nem de natal.

Depois temos os CTT's, ou seja, estas pessoas que terminam o Programa PROSA, depois têm direito a requerer subsídio de desemprego. Sendo beneficiárias de subsídio de desemprego podem, perfeitamente, ser integrados no CTT's. O CTT's não é mais do que uma colocação temporária de trabalhadores subsidiados, em que os subsidiados continuam a receber o seu subsídio de desemprego e a entidade empregadora paga apenas a diferença para a categoria que ele for desempenhar, bem como a Segurança Social, a diferença da taxa social única, sobre a diferença e subsídio de férias e de natal será por inteiro. Porquê? Porque estes trabalhadores tem os mesmos direitos e deveres de qualquer funcionário da entidade acolhedora. São promotores deste programa a Administração Pública Regional, Local e Central, as IPSS's, Associações, Cooperativas. Também as empresas públicas podem ser promotoras deste programa. Portanto, já falei o que é que eles recebiam...

Depois temos um muito similar que é o berço de emprego, mas com outro objetivo, que é a substituição de trabalhadora grávida. Este sim, ou seja, as regras são as mesmas,

⁷ Texto revisto pela oradora.

vai receber a diferença para o lugar que vai ocupar da trabalhadora que está em maternidade; subsídio de férias e natal, também, por inteiro, à proporção do tempo que estiver na entidade, que poderá estar 5 meses ou 7. Se a entidade... se a trabalhadora grávida, depois, requerer o subsídio de maternidade pelos 4 meses... eu disse 5, peço desculpa, são 6... a pessoa que está lá ao abrigo do programa pode estar lá 6 meses. Se ela requerer os 5, então ela pode estar lá 7 meses. Ou seja, pode entrar um mês antes, já para preparar. Um mês antes da data provável do parto. Está sempre assegurado o trabalho. Também é uma forma de inserir as pessoas e estão ocupadas. O objetivo também é esse. Este, sim, podem ser empresas privadas. Se tiver uma trabalhadora grávida, se essa tiver efetiva, ok, tudo bem, fazer candidatura normal, se não tiver, se tiver um contrato a termo certo, tem que se comprometer que depois vai prorrogar o contrato.

Depois temos o programa FIOS que já foi falado de manhã, que é para inserir os beneficiários de RSI. São promotores a Administração Pública Regional, Local e Central, as IPSS's e Associações e Cooperativas desde que não tenham fins lucrativos. O único custo para a entidade é um seguro de acidentes pessoal. Depois é dado o apoio de 75 euros para alimentação e 25 euros para o transporte, é suportado pelo Fundo Regional do Emprego.

Qual é o pequeno senão das entidades não requererem tanta vez este programa? Estas pessoas só podem fazer 4 horas diárias e 2 dias da semana tem que ser para formação. A tal formação que falávamos está assegurada. As pessoas não são colocadas para lá e olha, agora faz! Não, as pessoas têm que ter formação. Pode ser no âmbito de contexto de trabalho, como pode ser formação académica.

Depois temos o Programa RECUPERAR. São abrangidas todas as pessoas inscritas nas agências de emprego, que não estejam a receber subsídio de desemprego. É uma forma que o Governo Regional encontrou de combater a pobreza e de colocar o pão na mesa a muitas famílias e temos o exemplo, em janeiro abriram as candidaturas ao programa e na Região foram colocados mais de 2 500 pessoas, que vai ajudar muitos utentes e muitas famílias. Também são promotores a Administração Pública Regional e Local, Central não, Cooperativas e Associações sem fins lucrativos.

Os apoios, portanto, a retribuição que os ocupados recebem, varia conforme o nível de escolaridade. Até ao 11.º ano é o salário mínimo. Se tiver o 12.º ano, esse valor é majorado em 25%. Se tiver licenciatura ou mais, esse valor é majorado em 50%. Novamente é tudo suportado pelo Fundo Regional do Emprego, a entidade tem como custo o seguro e o pagamento da taxa social única e o seguro contra acidentes de

trabalho. Somente. Estas pessoas estão... a duração são seis meses e há uma prorrogação tácita, só se a entidade manifestar intenção contrária, é que não acontecerá. Se não será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, 12 meses de ocupação que possivelmente poderão ser prorrogados. Este programa teve o seu início em 2013, durou 2 anos. As pessoas que entraram em 2013 estão com uma duração de 2 anos. Agora os que entraram em 2014 também já se fizeram as prorrogações, saiu o despacho do Sr. Vice-Presidente a permitir que este programa fosse prorrogado por mais 1 ano, ou seja, as pessoas automaticamente a saírem daqui tem o direito a requererem o seu subsídio de desemprego, porque para o efeito basta trabalharem 270 dias.

Depois temos aqui os programas de criação de emprego e apoio à contratação.

Temos a criação do próprio emprego. Cada vez mais a solução passa por aí. Já não há empregos para a vida. Já não há tanta oferta que possa absorver, as pessoas têm que ser um bocadinho mais ativas. Sei que é difícil. É difícil investir. As pessoas têm medo de arriscar, mas às vezes o não ter nada, às vezes, é mais fácil arriscar, porque se calhar já não tem assim tanto a perder. Para estarem desempregadas... olha vamos encontrar um caminho, vamos encontrar uma saída. O CPE, portanto, não é mais do que a pessoa que está a receber subsídio de desemprego requerê-lo pela sua totalidade para criar o seu próprio emprego. Claro que nunca vamos estar aqui a falar de um investimento de milhões, mas é uma alternativa e já temos aqui 3 casos recentes e com sucesso, que estão a correr bem. Além de... este CPE, houve uma adaptação e as pessoas além de receberem o seu subsídio de desemprego pela totalidade ainda recebem um prémio de 3 000 euros a fundo perdido, para investirem no seu negócio, pode ser em custos fixos, ou lá aquilo que entenderem. Portanto, as pessoas deste programa têm mesmo é que aplicarem o dinheiro das prestações do subsídio de desemprego no investimento a que se propuserem. Isso tem mesmo que acontecer. Portanto, não podem, depois, pelo período de 3 anos trabalhar para outra entidade, têm que desenvolver o negócio a que se propuseram, sob pena de terem que devolver o montante das prestações. Claro que o projeto tem que ser viável, porque ninguém quer que daqui a 2 ou 3 anos a pessoa esteja pior do que está hoje em dia: desempregada e com dívidas, isso não queremos. Por isso tem que se assegurar que realmente é viável. É uma salvaguarda, claro que não podem ir abrir atividade às finanças antes do projeto estar aprovado, porque já tivemos umas situações um bocadinho complicadas e depois tem de ir para as Finanças anular... uma complicação.

Portanto, já falei que há o prémio a fundo perdido de 3 000 euros. Se a pessoa vir que não são suficientes esses 3 000 euros, podem requerer o prémio dos 2 000 euros. Esse

sim, depois é reembolsável, mas sem os juros. Se contratar pessoas inscritas na agência de emprego, esses valores são majorados em 50%.

Depois temos o célebre microcrédito, que tem sido, também, uma grande ajuda. Cá está, também são negócios pequenos, porque o montante máximo são 20 000 euros, mas também tem ajudado muitas pessoas a saírem da sua situação de desemprego. Porque Às vezes é suficiente, a aquisição de um equipamento é mais do que suficiente para a pessoa “ganhar asas” e começar a desenvolver a sua atividade... e só uma salvaguarda, é para desempregados, trabalhadores precários, ou seja, aqueles que recebem menos que o salário mínimo regional, mas essas pessoas não podem ter acesso ao crédito pelas vias normais, porque aqui o governo não é concorrente da banca. Se a pessoa consegue, olha requer o empréstimo, ótimo. Agora, estando desempregado, com as restrições, hoje em dia da banca, não vão ter crédito de certeza, mas nós pedimos sempre uma declaração de uma instituição bancária em como realmente a pessoa não tem acesso ao crédito. Só assim é que pode avançar com o microcrédito. Ele foi alterado, e além dos destinatários que já referi, os desempregados, trabalhadores precários, também se podem candidatar empresários, sociedades comerciais, desde que tenham menos de 3 trabalhadores e um volume de negócios inferior a 150 000 euros anuais. Também se podem candidatar, só que estes aqui só mesmo para imobilizado, não há cá rendas, não há cá custos fixos, é só mesmo para investimento. Se bem que poderia ser uma ajuda a fundo maneio que as empresas bem que precisavam, nesta ordem, com esta dimensão estão um pouco fragilizadas. Novamente, tem que ser uma criação de emprego a tempo inteiro. Tem que se dedicar ao projeto a tempo inteiro, mas este, ao contrário do outro, não há penalização se a pessoa depois encontrar mais um trabalho. Este não tem penalização. Tem que ser viável, cá está. O valor tem que ser aplicado ao investimento proposto e, novamente, a empresa não pode estar constituída à data da candidatura. Após a candidatura poderá, este não tem que ser após a aprovação. Se... não pode é entrar na data da candidatura: entra a candidatura, é analisado, porque... O microcrédito é feito da seguinte forma: é dirigido pela Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade, em parceria com a Direção Regional do Emprego e com o Instituto de Ação Social. As pessoas fazem uma intenção de candidatura, que é entregue à Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade e nós depois marcamos uma entrevista para aferir se a pessoa tem ou não os requisitos. A pessoa tendo os requisitos então é encaminhada para a agência de microcrédito. Esta sim, vai trabalhar com o utente, vai fazer o estudo de viabilidade económica, que vai ir à comissão de seleção e este também é que vai ir para o banco. Quem dá sempre a última palavra é o banco.

O apoio... qual é a grande vantagem? É que o empréstimo é sem juros, o primeiro ano é de carência. Portanto, investimentos mínimos de 1 000, máximo de 20 000 euros. O Governo Regional é avalista em 75% da operação. Anteriormente era o inverso, era 25. Não, aumentou-se para 75%. Às vezes os bancos não gostam de correr riscos e pedem mais um avalista para os outros 25%. Não é isso que se pretende. Não é esta a política do microcrédito, só que infelizmente o Governo não pode obrigar o banco a não pedir esta fiança. Eles não pedem sempre, mas algumas vezes lá pedem e lá se vai um bocadinho a essência. Claro que se a pessoa tem um avalista credível, não precisa de nós para nada, a não ser para não pagar o juro. Mas se não, não precisa de nós para nada. Por isso. Mas, pronto, acredito que com o tempo se chegue lá. E tem uma grande vantagem: é acumulável com a criação do próprio emprego. Ou seja, se aquele dinheiro não bastar, ainda há o micro crédito. Por isso, há essa vantagem.

Depois temos aqui o programa INTEGRA, que se calhar muitos de vós já ouviram falar. Portanto, este é um programa que visa promover a contratação, pode ser com ou sem termo. Se for com termo, tem que ter uma duração mínima de 12 meses e o utente tem que estar inscrito na Agência de Emprego, a receber subsidia ou não, não interessa, basta estar inscrito há pelo menos 90 dias. As entidades que se candidatam a este programa, depois recebem um apoio durante estes 12 meses para ter lá este funcionário.

Temos o INTEGRA +, que são empresas que têm já quadro de pessoal, no ano anterior, a 31 de Janeiro. Portanto, no mês de Janeiro do ano anterior à candidatura. E temos, também, o START UP, qualquer empresa que se acabe de iniciar, não está impedida de se candidatar ao programa INTEGRA, vai contar os trabalhadores que ele tem no mês anterior à data da candidatura. Por quê? Estamos a falar de criação de emprego. Nós não queremos que eles vão buscar pessoas ao Centro de Emprego e depois despeçam as que já estão. Por isso tem que ser sempre acrescido. Podem ser promotores empresas privadas, cooperativas, empresas públicas e entidades sem fins lucrativos. Aqui só não entra a Administração Pública Regional, Local e Central. Há outros programas de apoio. Os valores do apoio: se a pessoa tiver inscrita há menos de 12 meses, a entidade empregadora vai receber 350 euros por mês, durante 12 meses, não subsidiamos férias, nem natal, está bem. O subsídio de férias e de natal é suportado por inteiro pela entidade. Não tem qualquer apoio. Se a pessoa tiver inscrita há mais de 12 meses, 12 ou mais, a entidade vai receber 450 euros de apoio. Se a pessoa tiver mais de 50 anos, todos estes valores são majorados em 20%.

O apoio é muito bom, temos tido muitas candidaturas. Felizmente está a aumentar, ou seja, quer dizer que as empresas já estão com alguma capacidade de contratação, por que, ok é um apoio, mas não deixam de ter custos. Vão ter que pagar o salário mínimo regional, pelo menos. Vão ter que pagar a taxa social única e vão ter que pagar os subsídios. E atenção, esse apoio é dado à empresa, ou seja, a empresa não vai pagar aqui diferenças, não. Paga por inteiro e depois o apoio é dado à empresa. Portanto, a candidatura, depois é formalizada *on-line*, sempre depois da contratação.

Depois temos os estágios profissionais, que é o nosso Programa Estagiar L e T, que tem ajudado a inserir muitos jovens no mercado de trabalho. Portanto, jovens até aos 30 anos, à data da candidatura, devia ir um bocadinho mais além, mas pronto é só até aos 30. Portanto, são os titulares de cursos superiores e tecnológicos. Entidades promotoras, as empresas privadas, cooperativas, empresas públicas, entidades sem fins lucrativos, Administração Pública Central, Regional e Local. Só as juntas de freguesia é que estão fora. Por quê? Porque elas não têm quadro de pessoal, pelo que os jovens não podem ir para lá à mercê de ninguém. Tem que ter alguém para os orientar, se não já não era estágio. Daí as juntas de freguesia não estarem incluídas aqui. Recebem como compensação, se for Estagiar L, 720 euros/mês, se for T, o salário mínimo, 530,25. As candidaturas são formalizadas no mês de Agosto, primeira fase, para o estágio ter o seu início a 1 de Outubro. Ou então em Novembro, para ter o seu início a 2 de Janeiro. Estes estágios aqui, o L aqui em Santa Maria pode durar 2 anos, tem um mês de descanso, a ser prorrogados. Claro que na prorrogação já vai ter um custo acrescido para a entidade. É uma forma de os responsabilizar. Por quê? Não queremos que as empresas entrem num ciclo vicioso, vão por só estagiários, só estagiários e cá está aquelas vagas todas congeladas. Não é isso que se pretende. É mesmo dar oportunidade ao jovem para ser inserido no mercado de trabalho. Apenas e tem o custo, numa primeira fase, do subsidio de alimentação e o seguro contra acidentes de trabalho. Então na prorrogação são os 25% do valor da bolsa, subsidio de alimentação, o seguro e com a obrigação de contratarem metade ou mais dos estagiários que estão na entidade. Incluídos na entidade, na mesma fase de candidatura, sob pena, de não cumprirem, não poderão depois se candidatar novamente. Ficam impedidos durante um x tempo de se candidatarem.

E para esta obrigação ainda á um programa de incentivo à inserção do Estagiar L e T. O Governo obriga, mas também ajuda. Este programa também tem a duração mínima de 12 meses, pode ser também por tempo indeterminado e acumular aqui dois apoios. Não é da minha tutela, mas acho que devo falar nele, porque também há aqui um apoio para isenção de pagamento da taxa social única para jovens até aos 30 anos. Uma

entidade que faça um contrato com um jovem, por tempo indeterminado, beneficia de uma isenção durante 3 anos da taxa social única e estes valores podem ser acumulados, tal como no INTEGRA. A mesma coisa. Tivemos uma fase que não poderia ser, não era possível acumular os dois apoios, mas agora já o é e é uma grande ajuda para as empresas. Porque muitas empresas queixam-se que o grande custo, realmente, é a taxa social única e realmente quando chega ali o mês de férias e natal é tudo a dobrar e isto não é fácil. E então há essa possibilidade.

Portanto, cá está, as entidades promotoras são as privadas, cooperativas, empresas públicas, entidades sem fins lucrativos. Administração Pública Regional e Local não podem. Por quê? Não podem contratar sem concurso. Fazem a prorrogação e claro que estão dispensados de contratar porque não tem como. Não há possibilidade. Os apoios do PIIIE são 500 euros para o L, nos primeiros 6 meses e 250 nos restantes 5, ou seja, contratam por 12, mas recebem apoio por 11. O T 350 nos primeiros 6 meses e 250 nos últimos 5. Estes apoios podem ser todos majorados em 50% e acreditem que nos primeiros 6 meses ficam os ordenados pagos, naturalmente, apenas tem a taxa social única, se contratarem 3 meses antes do fim da prorrogação do estágio, ou seja, aqueles que prorrogaram agora em Março, se contratarem as pessoas até 30 ou 31 de Maio, e ao mesmo tempo se submeterem a candidatura tem o apoio majorado em 50%. Outra vez a candidatura é *on-line*, no site do Estagiar.

Muito obrigada.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

ORADORA

VITÓRIA FURTADO

Completo o mestrado em psicologia clínica pela Universidade do Minho em 2008. É coordenadora e psicóloga do Centro Paroquial de Bem Estar Social desde Outubro de 2008, desenvolvendo a sua atividade principalmente nas seguintes Valências: Unidade de Vida Apoiada Vila Azálea, que acompanha mulheres com experiência de doença mental; o centro de convívio de idosos; o Projeto Terra de Pão – Horta Social - e o Projeto S. Lucas – Plano de Resposta à Pobreza de S. José, constituído de raiz em 2011.

No âmbito do Plano S. Lucas colaborou na organização de 7 eventos de angariação de fundos; na promoção de 7 campanhas de angariação de brinquedos e roupa; e na dinamização de 9 eventos formativos destinados às famílias em desvantagem socioeconómica.

Até à data esteve igualmente envolvida na coordenação de 9 seminários, incluindo os realizados por ocasião do evento anual *Roteiro de Saúde Mental da Região Autónoma dos Açores*, que visa unir os serviços que trabalham na área na comemoração do dia Mundial da Saúde Mental, a 10 de Outubro.

É formadora e, desde 2011, membro do Serviço Diocesano para a Pastoral Social dos Açores

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

CONFERÊNCIA VII

ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA⁸

Muito boa tarde a todos e a todas.

Antes de mais eu gostaria de agradecer aqui o convite à entidade organizadora: à Câmara Municipal de Vila do Porto e a toda a comissão que presidiu à organização deste evento cujo tema é tão atual e muito pertinente e realmente felicitar todos os outros oradores pela qualidade das intervenções.

O desafio que me foi colocado hoje foi falar sobre estratégias de fortalecimento de famílias em situação de pobreza. Como devem reparar pelo meu sotaque, sou micaelense, se não me perceberem alguma palavra peço para me interromperem, por favor.

Antes de começar a falar sobre a minha experiência com famílias em situação de pobreza, gostaria de contextualizar a instituição onde eu trabalho que é o Centro Paroquial de Bem-estar Social de São José, que é uma IPSS, inaugurada em 1957 e sediada na freguesia de São José, em Ponta Delgada.

Portanto, a missão e visão do Centro Paroquial de São José, de facto, é contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, através da disponibilização de várias valências diferenciadas. Nós neste momento temos um público-alvo bastante abrangente, desde população sénior, população infantojuvenil, população mulheres com experiência de saúde mental e atendemos, de facto, à população mais fragilizada e nesse contexto vou falar hoje sobre o Plano de São Lucas, que é um projeto integrado de resposta à pobreza na paróquia de São José e o projeto Terra de Pão – Horta Social.

Portanto, nós técnicos, normalmente na nossa prática, tendencialmente, pela nossa formação de base, tendemos a ser mais objetivos, a estarmos mais fechados a outros tipos de orientações. No entanto devido ao meu percurso, eu tenho contato, também, com algumas pessoas ligadas à igreja, e sendo o Centro Paroquial, também, uma instituição que de certa forma também tem como linhas orientadoras alguns pressupostos da doutrina social da igreja, gostaria de enquadrar o projeto que vos vou apresentar, seguindo um pouco esta linha de pensamento.

⁸ Texto revisto pela adora.

E isso, por quê? Quando nós pensamos em ajudar famílias em situação de pobreza pensamos automaticamente no termo caridade. Não é? Todos nós pensamos automaticamente neste termo. E de facto a prática da caridade é tão antiga como a igreja, não é? E aqui a Dra. Vânia falava há pouco, e muito bem, que existe o Estado e existem outras organizações da sociedade civil, mas também existem os movimentos ligados à igreja e importa, também, contextualizar. E de facto, temos aqui as Misericórdias que tem um longo trabalho feito nesta área, temos as Conferências Vicentinas ou as Conferências de São Vicente de Paulo e há pouco, na hora do almoço, estava a conversar com as colegas e perguntei se existem Conferências Vicentinas aqui em Santa Maria. Não existem. Só para compreender o contexto.

Portanto, no meio de tantas instituições que servem o bem comum, próximas, então, das populações carenciadas, contam-se aquelas da igreja católica, e para Bento XVI importa que a orientação dessas instituições seja clara e isso por quê? Porque há muitos autores que sugerem, agora na Europa, que as instituições não-governamentais tem assumido um papel fundamental no apoio às comunidades e à população mais fragilizada. Muitas vezes o Estado não consegue dar resposta a tudo, como disse a Dra. Vânia, e é importante que as instituições de solidariedade social tenham uma missão clara e objetiva face à prática da caridade e da intervenção social.

Portanto, à luz, então, desta teoria dos fundamentos de ação social cristã é a paróquia que é a base do exercício da ação social. A paróquia é a localização, a zona onde nós nos encontramos. Portanto, e onde nós nos encontramos, quem lidera os serviços, quem compõe os serviços são as pessoas. São as pessoas que fazem parte destes serviços. E neste sentido, quando há um problema é muito importante, primeiro, identificarmos a raiz das causas deste mesmo problema. É importante clarificar claro do que é que está na base daquele problema, daquela situação e neste contexto promovermos a proximidade das pessoas. Portanto, envolver todos os que estão à volta na nossa zona, nessa identificação de necessidades, para que possamos, depois, tentar articular da melhor maneira possível todos os agentes envolvidos.

Em setembro do ano passado eu fiz a apresentação do Plano São Lucas em 5 minutos, num congresso nacional em Fátima e realmente estava um pouco intimidado atendendo à dimensão do evento e pelo fato de ser das ilhas. No entanto a receção ao projeto foi muito boa e as pessoas comentaram, “afinal a luz vem das ilhas, porque é um meio mais pequeno e as pessoas ali conseguem articular melhor”. Nem sempre é assim, mas acho que devíamos trabalhar nesse sentido de articulação.

O Projeto de São Lucas foi um projeto que nasceu no dia de São Lucas, no dia 18 de outubro. Surgiu numa reunião que o pároco que preside aqui a direção do Centro Paroquial de São José, que é o Padre Duarte Melo, reuniu alguns agentes, algumas entidades na igreja, convocou o Centro Paroquial do qual eu faço parte e lançou-nos um desafio: o desafio de nós pensarmos sobre as consequências da crise socioeconómica, sobre o que é que estava a acontecer, porque verificamos, um aumento exponencial de pedidos de ajuda nessa altura. A quem é que chegavam esses pedidos: à Conferência Vicentina de São José, que é um movimento, que provavelmente já ouviram falar, normalmente composto tradicionalmente por pessoas mais idosas, senhoras que são reformadas e mais disponíveis e que fazem o bem comum. Quem necessitava expunha a estas senhoras as suas dificuldades e com muito boa vontade as mesmas davam e ajudavam através dos donativos que eram cedidos à paróquia. Mas o que é que nós percebemos: cada vez mais chegavam mais pedidos a essa conferência vicentina, vindos de várias zonas da ilha de São Miguel e nós verificamos que era necessário constituir um projeto para darmos resposta a todas essas necessidades destas pessoas. Mas como? Através da criação de um gabinete para que as pessoas soubessem onde se deviam deslocar, portanto, fisicamente, a este gabinete e dinamizar toda a intervenção e a articulação local.

O público-alvo são estas mesmas famílias, as crianças que as compõem e ainda muitos agregados têm à sua responsabilidade pessoas idosas e coordena todos os voluntários que estão ligados ao projeto.

A Conferência Vicentina de São José, por sua vez, é detentora e a responsável por recolher os donativos referentes que os paroquianos fazem à igreja. Os donativos para os pobres. Muitas empresas, através do mecenato, também dão donativos, portanto é a Conferência Vicentina que gere esses bens para a constituição de cabazes alimentares que são, de facto, entregues mensalmente.

São Lucas é uma união entre esses três movimentos base: Conferência Vicentina, Centro Paroquial e Voluntários, mas não consegue funcionar sem algumas parcerias que se foram instituindo ao longo destes anos, desde 2011. Portanto, nós temos a colaborar de forma muito estreita connosco a Cáritas Açores e São Miguel, a Junta de Freguesia tem sido um parceiro fundamental, bem como o Banco Alimentar, o Instituto do Bom Pastor, os Escuteiros de São José, Câmara Municipal também, portanto são várias as entidades que colaboram connosco.

Não trouxe aqui um exemplar da ficha social, porque acho que se alguma colega estiver interessada em saber mais pormenores nós depois podemos comunicar. Portanto, é

fundamental a avaliação das famílias, porque antes o que é que acontecia com a Conferência Vicentina? Porque antes as pessoas ao pedirem ajuda bastavam se dirigirem lá e apelarem “ao bom coração” dos membros da Conferência Vicentina, mas de fato não existia uma avaliação técnica que comprovasse a veracidade do que as pessoas transmitiam e algumas vezes eram dados os apoios sem haver uma avaliação. Então em comum qual foi a estratégia concebida? Criamos uma base de dados, essa base de dados é atualizada todos os meses. Portanto, existe uma Assistente Social, que dedica uma manhã por semana a este projeto e sempre que possível são realizadas visitas domiciliárias às casas das pessoas para também compreender outras questões que não são possíveis de ser verificadas em contexto de atendimento, no gabinete.

Portanto, como já referi anteriormente, o projeto garante o apoio em bens essenciais de primeira necessidade. Para as famílias que têm mais necessidade são acionado dois apoios: o nosso cabaz e o cabaz do banco alimentar. Numa reunião que nós tivemos deliberamos que se o Banco Alimentar, por razões óbvias, dão alimentos não perecíveis, como enlatados, massa arroz, etc., nós vamos dar outro tipo de resposta. As famílias vão estar sempre a comer massa com atum eternamente? Não. Então, já que o Banco Alimentar dá esse apoio, vamos então complementar o nosso apoio com alimentos mais frescos e então os donativos são convertidos para a compra de iogurtes, ovos, frangos, legumes, fruta, porque a maioria das nossas famílias também tem menores a seu cargo. Tentamos evitar a duplicação de apoios, se não é mais do mesmo e fazemos todos a mesma coisa.

Outro aspeto que eu queria trazer aqui, que às vezes não é do conhecimento de algumas ilhas, acho que São Miguel já está muito inteirado com esse apoio e também a ilha Terceira, mas julgo que as restantes ilhas desconhecem a existência de um fundo solidário. A Cáritas Açores tem um fundo solidário que, anualmente, a Cáritas Portuguesa envia para os Açores que de facto pode ser acionado no apoio a famílias carenciadas. E o nosso projeto faz isso: quando nós temos, por exemplo, famílias que nos chegam e pedem óculos ou pedem, por exemplo, próteses dentárias, etc..., na área da saúde, o que nós fazemos é, preenchemos esse formulário, submetemos à Cáritas Açores e a Cáritas Açores pode, de facto, nos apoiar com parte desta verba. Isso funciona muito bem, uma Assistente Social cá poderá submeter esse tipo de pedidos.

Depois, sempre que há necessidade de roupa, nós encaminhamos para os serviços certos porque, também, eu acho que é importante a própria entidade reconhecer que tem limites. Nós não podemos querer dar os alimentos, dar a roupa, dar os medicamentos... quer dizer as entidades tem os seus limites. Então vamos trabalhar

dentro do possível, em articulação, encaminhando para os serviços de acordo com as necessidades de cada família.

Portanto, de facto é importante termos consciência e refletirmos um pouco sobre a nossa ação, não é? E Alfredo Bruto da Costa diz-nos que se a intervenção se limitar a tratar da privação, ou seja, da privação no sentido da fome, do vestir, etc., a pessoa permanecerá indefinitivamente dependente da ajuda que recebe. Os contextos tem mais recursos que os próprios membros reconhecem. E, assim, a participação em organizações como a igreja, redes de vizinhança, amigos entre outras, são muito importantes e também contribuem para o bem-estar nas pessoas. Portanto, não nos podemos cingir às funções básicas, porque o Ser Humano é muito mais complexo do que isso.

Trago-vos aqui a pirâmide de necessidades de *Maslow*, que é um psicólogo muito conhecido na altura pela teoria que criou, que nos diz que de fato o Ser Humano tem várias necessidades: necessidades fisiológicas, de segurança, de amor, relacionamentos e sociais, de autoestima e de realização pessoal. Felizmente, há outros autores que já vieram depois e disseram 'muito bem, sim senhor, mas atenção, uma pessoa para se sentir realizada não precisa de atingir essas etapas como se fosse uma escadinha. Não. A pessoa pode ter, por exemplo, uma casa menos boa, ter uma casa degradada, mas se a pessoa tiver uma boa autoestima, uma boa rede social e se estiver integrada na comunidade pode sentir-se realizada. Pode não ter a casa dos seus sonhos ou não ter a mesa mais variada possível, não é? Logo não vamos ter uma perspetiva reducionista e pensar que as pessoas só precisam de alimentos, necessitam também se sentirem parte de uma comunidade. As pessoas com necessidades socioeconómicas têm sonhos e expectativas como todos nós e isso é preciso ter em atenção.

Muito bem. Então quais são as ações do projeto? Por exemplo no Centro Paroquial temos várias valências, mas por enquanto eu sou a única técnica efetiva na área social. Felizmente temos recorrido muito aos programas que a Dra. Graça falou, que têm sido uma ajuda extremamente preciosa e nós às vezes queremos chegar a tudo, mas claro que nós não conseguimos chegar a tudo e é importante percebermos que na comunidade e à nossa volta existem pessoas que também se interessam e existem pessoas que gostavam de se voluntariar e às vezes não sabem como. Ou então, querem voluntariar-se e não sabem onde se devem dirigir ou a quem. Por vezes as instituições não se organizam para receber voluntários. E porquê? Porque dá trabalho gerir voluntários. E há certas instituições que pensam: "Lá vem aquele senhor chato outra

vez a querer colaborar”. A verdade é que por vezes não é fácil corresponder às expectativas e “cada cabeça sua sentença”. Mas se existir da parte das organizações recetividade, boa gestão do tempo e paciência, são recursos extremamente importantes. Então nós com boa vontade, nós todos... todo periodicamente reunimos com esses voluntários que estão interessados em estarem connosco. Se as pessoas se dirigiram à nossa instituição para nós é um reconhecimento de que alguma coisa estamos a fazer bem. Por exemplo no início do projeto os voluntários, depois de receberem formação, visitavam idosos em casa. Como se falou esta manhã, a este respeito sou da opinião que é muito importante contextualizar e proporcionar formação às pessoas que contactam com pessoas idosas nas suas casas, por que se não correremos o risco de as pessoas invadirem a intimidade dos idosos e aí podemos sempre ter aqui problemas maiores.

Anualmente temos um plano de formação. Convidamos pessoas externas para de fato virem dar formação às nossas famílias em várias áreas, porque o projeto dá os alimentos, como disse, mas fazer massa com atum todos os dias não é assim muito simpático. Então proporcionamos *workshops* de economia doméstica, *workshops* de culinária para que as famílias possam ter alguma criatividade nos alimentos que lhes são concedidos.

Portanto, um dos aspetos centrais na dinâmica do nosso projeto é que nós serviços não somos, digamos assim, os detentores do saber. Ou, nós serviços estamos aqui em cima (no topo da hierarquia) e as famílias estão aqui em baixo, não é? Nós é que sabemos o que é que é melhor para eles? A filosofia do nosso projeto não é esta. Portanto, nós quando desenvolvemos eventos de angariação de fundos as famílias são também integradas, portanto, se olharem para as fotografias no *slide* ninguém percebe quem é a família e quem é que é voluntário. Estão ali as famílias, estão unidas, se elas, também são pessoas, também podem ser voluntárias, não é? E realmente, ao cooperarem connosco criam-se aqui redes de suporte extremamente importantes entre voluntários e famílias que realmente ultrapassam a intervenção técnica.

Só para vos dar um exemplo muito breve, estamos a acompanhar um senhor das nossas famílias que há bem pouco tempo decidiu emigrar para o Canadá para dar um futuro melhor à sua família. E uma das nossas voluntárias que estavam disse ‘olha, mas eu conheço uma pessoa no Canadá, uma pessoa que até tem um apartamento disponível’, trocaram ali contatos e a pessoa neste momento já está lá, está acolhida pela pessoa que a voluntária conhece. São recursos muito importantes. Se calhar eu enquanto técnica não tenho esses recursos, mas o voluntário tem e cria-se aqui uma

rede de partilha. Isso é um exemplo de que os recursos podem ser imateriais. E podem não depender apenas de questões financeiras.

Sempre que possível, tentamos envolver escolas de formação profissional nos eventos de angariação de fundos, entre outros. E quanto maior é a satisfação e integração perante uma comunidade, quer seja os voluntários, nós técnicos, as famílias, maiores serão os benefícios para todos nós.

No início deste ano tivemos uma proposta dos escuteiros marítimos de São José que se propuseram a uma vez por mês a fazerem uma atividade com as famílias, com as crianças das famílias em situação de pobreza, o que tem sido extremamente gratificante. É um trabalho meritório, de facto. Por quê? Porque aquelas crianças enquanto estão naquela atividade mensal não estão a pensar nos problemas de escola, nos problemas de casa, porque as crianças são o nosso futuro. Às vezes não conseguimos remediar algumas coisas com as famílias, mas as crianças estão ainda naquela fase em que é possível trabalhar e mudar mentalidades.

Portanto, então as políticas ou a intervenção tem de ser assentes numa abordagem compreensiva, na promoção de todo o sistema familiar. Nesse sentido, e portanto eu venho da área da psicologia e nós sabemos, se pensarmos um pouco na nossa experiencia pessoal se acordássemos amanhã e não tivéssemos nenhum objetivo de vida, a coisa não ia correr assim muito bem, não é? Isso por quê? Quando as pessoas estão desocupadas tem maior propensão para desenvolver problemas de saúde mental. A pessoa fica deprimida, o próprio facto de ausência de recurso ao emprego, que é fundamental, muitas vezes as famílias por não terem um emprego é que, de facto, desenvolvem uma série de patologias no seu sistema familiar. Por quê? Sentem-se excluídas, deixam de ter possibilidade de pagar para ir a um evento cultural. Se calhar nós podemos pagar e a família fica excluída dessa possibilidade ou a família quer ir pedir uma segunda opinião médica, mas não pode, porque tem de esperar um ano, por exemplo, para uma consulta. Portanto, a família fica automaticamente excluída de uma série de dimensões. Não é só a parte da comida. Fica excluída socialmente de uma série de áreas. Nós, também, para tentamos dar uma outra resposta e surgiu a ideia por parte de um dos voluntários da paróquia em fazermos uma horta social. Tinha lá um senhor que tinha um terreno abandonado e disse 'muito bem, eu cedo o terreno e vocês trabalham aqui connosco'. Pronto. Nem toda a gente tem aptidão para a área de agricultura, mas agarramos quem tinha esse potencial e neste momento temos uma senhora à frente da horta que arrastou para lá o marido, o filho, o tio, o vizinho, é uma mulher de valor que diz 'ó senhora, enquanto eles estão ali eles não estão fazendo

outras coisas. Estão ali a cavar terra, estão sossegadinhos, eu sei o que é que eles estão a fazer’.

E realmente, foi de facto essa perspetiva dessa senhora, também, que acaba por ser inspiradora para nós porque ela viu aquela atividade diária, como uma forma, de facto, de ocupar toda a família e não levar os filhos por outros caminhos menos saudáveis. Sempre que nós podemos, também, no contexto das nossas valências, e digo isto porque acho que as instituições particulares de solidariedade social e entidades públicas podem ter um papel extremamente importante e é preciso sensibilizar essas empresas para a necessidade de promoverem o programa FIOS, inserir essas pessoas numa atividade socialmente útil, isso faz toda a diferença, no desenvolvimento das pessoas.

Temos aqui algumas imagens da nossa horta. É tudo mérito deles, eu não percebo nada da agricultura, mas pronto, gosto muito e vou acompanhando, mas eles é que tem todo o mérito.

Desde 2011 denotamos, felizmente, uma melhoria geral da qualidade de vida das nossas famílias. Também com isto, ao trabalharmos esses conceitos de eles estarem envolvidos nas atividades da paróquia e em tudo o que nós fazemos, inconscientemente também estamos a trabalhar a diminuição de conflitos entre a família e evitamos o isolamento social das mesmas. Portanto, tivemos mais de 3 autonomizações, mais de 100 encaminhamentos, nós neste momento temos 37 famílias acompanhadas por nós, iniciamos com 50.

Portanto, a nível local sentimos uma melhoria na comunidade e na paróquia. Não foi sempre fácil unir os serviços. Há de facto divergências, mas nós temos de ser persistentes e pensar no bem-comum. Se pesarmos na balança o que é que é mais importante: o bem-estar dessas famílias ou é uma quezila entre instituições? Isso implica muito trabalho. São mudanças que muitas vezes só se vêm em dois anos, em três anos, etc., mas com persistência nós chegamos lá. Por que, nós técnicos, que estamos no terreno temos o dever de, lentamente, irmos mudando as mentalidades. Se calhar o que a Dra. Vânia disse há pouco, já nota diferença em 5 anos, que fará em 10, 15 anos. Nós também temos esse dever.

Trouxe-vos aqui um exemplo do que saiu na comunicação social, em que, de facto, esta senhora, a Raquel, digo o seu nome porque ela permitiu, ela deu livremente a entrevista, e portanto, a questão da autorização da cedência de dados está assegurada, e essa senhora, de facto, durante 3 anos foi acompanhada por nós e mesmo com a nossa ajuda ela ia poupando todos os meses o que nós achamos extraordinário. E ela após 3 anos

veio ter connosco e disse 'olhem, eu já não preciso da vossa ajuda, eu consegui montar um negócio por conta própria. Montei um gabinete de estética' e nesse momento ela está felicíssima porque ela tem os seus clientes, nós lá do Centro vamos muitas vezes fazer as unhas, para dar incentivo à senhora, e é um exemplo fantástico de que ela foi ter connosco e disse 'podem ceder os alimentos que me davam e o apoio que me davam a outra pessoa, porque eu já consegui alcançar o meu sonho' e isso para nós foi muito gratificante ver essa evolução.

Portanto, no meu entender, quais são as pistas para o fortalecimento das famílias. Em primeiro lugar, humanidade nas relações. Como disse a Dra. Vânia e muito bem, hoje podemos ser nós que estamos a ajudar, mas nunca sabemos o futuro no outro lado, como o outro senhor que foi apresentado no filme, tinha um mestrado extremamente significativo e o senhor está no desemprego. E, portanto, é importante, sem dúvida, não decidir pelas pessoas. Vamos pensar que aquela senhora que eu dei o exemplo há pouco tinha esse sonho de abrir um gabinete de estética, mas não, nós achávamos que ela deveria ir era para limpezas, não é? Não podemos tornar as nossas referências as referências das pessoas. E isso é muito importante. E ter respeito pelos valores e quadros de referência da pessoa. O que eu acho que é bom para aquela família poderá ser diferente. Ela pode achar que aquilo não é bom para ela. Nós, de facto, também não podemos incentivar ideias irrealistas. Se a pessoa quer ser Presidente da República, não vamos incentivar e dizer 'sim, sim, tu és capaz', até poderia conseguir, mas também é importante corrigir as expectativas, aproximar os sonhos e expectativas da pessoa à realidade para que também as pessoas possam ter um futuro condigno.

É importante trabalhar em equipa. Abrir as instituições umas às outras. Comunicar os resultados do trabalho que é realizado e realizar, se for preciso algumas reuniões. O ideal é de 3 em 3 meses reunir com os núcleos x, y e z. Partilhar perceber o que é que é feito.

Estratégias, então, no fortalecimento de projetos de intervenção. É muito importante limitar um território de intervenção. A Conferência Vicentina de São José recebia pedidos do Nordeste, das Sete Cidades, da Candelária, das Capelas, de não sei quê. Pronto. E se nós fossemos ter a ideia de que íamos conseguir ajudar todas aquelas famílias, era impossível. Portanto, delimitamos o território de intervenção: é a paróquia de São José, bem delimitado. Tudo o que nos chegam fora desta zona de intervenção, nós encaminhamos para as zonas deles. Isso também obriga as próprias paróquias, neste caso, a organizarem-se. Darem resposta às pessoas que lá vivem. Portanto,

também temos que exigir este olhar e esta capacidade das pessoas também se movimentarem.

Avaliar os pedidos é extremamente importante e criar processos, até para podermos acompanhar a evolução da família. Articular e coordenar as entidades locais, porque muitas famílias iam pedir à Junta de Freguesia de São José, iam pedir ao Centro Paroquial de São José, iam pedir à Conferência Vicentina, às irmãs, pedir ali ou aqui. A gente trabalha todos ao pé uns dos outros, mas não sabíamos se aquela família era apoiada pelo vizinho do lado ou não. Neste momento temos uma base de dados, de vez em quando, em situações ou épocas significativas sentamo-nos todos e fazemos um ponto de situação: cruzamos os dados. 'Estou a apoiar essa família', 'nós não estamos', 'vamos aqui rentabilizar', 'em que é que vocês apoiam'. Trocamos aqui algumas informações.

Muito bem. Informar e envolver quem colabora. Quando nós temos voluntários à nossa responsabilidade nós temos que ter um espírito de liderança partilhada, todos são importantes, a opinião de todos conta e daí amadurecemos as ideias nas tomadas de decisão.

E principalmente envolver as famílias nas ações do projeto, porque se não isto não funciona. Por quê? Porque somos nós a trabalhar para as famílias. Nós a trabalhar para as famílias e não saímos deste registo. É importante que as famílias também colaborem no seu processo de autonomização. Se não nós voltamos àquela hierarquia que nós sabemos e elas estão aqui em cima e nós estamos aqui em baixo. Tem que ser uma colaboração mais paralela. Isso na minha perspetiva, claro.

Então o *empowerment*, que é o fortalecimento das famílias para além de recursos físicos e financeiros que sabemos que neste momento são escassos. Envolve também e principalmente aspetos relacionais e de natureza psicossocial, ou seja, capacidades humanas e recursos imateriais, ou seja, ideias, saberes, conhecimentos, contatos, partilhas, etc. Porque os nossos voluntários, ao trabalharem lado a lado com as famílias estabelecem ali redes de suporte social que o técnico sozinho não consegue fazer. Às vezes tem um pedido de ajuda ou precisa de alguma coisa, já tem os contatos com os voluntários e ligam 'olha, a minha filha... assim... assim e asado'. Nós temos, por exemplo, uma médica que é nossa voluntária que fez um protocolo com o oftalmologista do Hospital e aquele oftalmologista, uma vez por mês concebe consultas de oftalmologia gratuitas às nossas famílias. São recursos que eu não tenho, mas que se nós conseguirmos ir buscar à comunidade pessoas que estejam interessadas em colaborar, conseguimos articular todos esses recursos.

Portanto, trago-vos aqui um vídeo, só para mostrar um pouco esta ideia.

O que esse vídeo no fundo representa é que a árvore representa aqui um problema, uma dificuldade e que às vezes sozinhos não conseguimos resolver ou ultrapassar esse obstáculo, mas se reunirmos um conjunto de pessoas, unidos somos mais fortes: é essa mensagem de facto.

E como nos diz o Papa Francisco: pensar global para um agir local, trabalhe no que é pequeno, no que está próximo, mas sempre com uma perspetiva mais ampla.

Pronto, e se quiserem ficar com os nossos contatos.

Muito obrigada.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

PAINEL III

BOAS PRÁTICAS DE COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

(PERÍODO DA TARDE)

MODERADORA

NÉLIA FIGUEIREDO

ORADORES

JÕÃO BATISTA

LIONS CLUBE VILA DO PORTO SANTA MARIA

PAULO RESENDES

CLUBE *MOTARD* DE SANTA MARIA

CRISTINA MOREIRA

GRUPO SÉNIOR DE SANTA MARIA

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

ORADOR

JOÃO BATISTA

Membro fundados dos *Lions* Clube de Vila do Porto.

Ao longo dos 25 anos que está no *Lions* Clube já desempenhou inúmeras funções.

Já desempenhou funções de Presidente da Divisão Açores, estando a representar o *Lions* Clube da Ribeira Grande, Nordeste, Ponta Delgada e Vila do Porto.

Atual Presidente dos *Lions* Clube de Vila do Porto.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

CONFERÊNCIA VIII

LIONS CLUBE VILA DO PORTO SANTA MARIA⁹

Caros ouvintes, eu não sou uma pessoa que tenha muitos dotes orais. Mal consigo transpor para o papel aquilo que às vezes nos vai na cabeça, de modo que... e às vezes eu pergunto, depois de tudo o que foi dito aqui, o que é que eu estou aqui fazendo?

Vou falar nas práticas levadas a efeito pelos Lions Clube de Santa Maria... e assim vou passar aqui à leitura.

O assunto que envolve este seminário é bastante complexo e revestido de diversas razões que nos levam a refletir sobre a razão do porque de tanta pobreza e exclusão social. Assim, depois do que temos ouvido ao longo deste seminário, chego à conclusão que é quase impossível conotar este cliché: pobres, sempre existiram e existirão. Muitos são os excluídos e outros tantos os que se excluem. Mas em abono da verdade não se pode, nem se deve, cruzar os braços, porque muito embora não se possa eliminar esta situação, poder-se-á minimizá-la. O Ser Humano é assim, tem fraquezas. Uns de espírito, outras de saúde e outras que não podemos impedir, mas que existem. Uns, mesmo que se dê tudo, sempre precisaram de auxílio. Cabe àqueles que tem a felicidade de se abastarem a si próprios o dever cívico, social e moral de ajudar quem mais precisa.

Estou aqui na qualidade de atual Presidente do Lions Clube de Santa Maria e por isso gostaria de elucidar um pouco os presentes sobre o aparecimento do Lionismo. Os seus objetivos que são criar, promover, interessar-se ativamente pelo bem-estar cívico, cultural, social e moral da comunidade. Unir e encorajar, tendo como código de ética, honrar, lutar, decidir, cultivar e estar sempre pronto para ajudar o próximo, consolar o aflito, socorrer o necessitado e amparar o humilde, pelos quais os cerca de 1 milhão e 400 mil sócios se regem.

Há cerca de 100 anos o empresário americano Melvin Jones em conjunto com outros empresários de Chicago decidiram organizar uma associação, não caritativa, mas sim de solidariedade. E digo aqui não caritativa porque eles entenderam... os Lions começaram na América, a América tem vários tipos de religiões e então como queriam o máximo de pessoas para fazer parte desta associação disseram não há religião no nosso clube. Puseram de parte e isso veio a refletir-se durante estes anos, onde depois

⁹ Texto conforme o discurso oral.

foram formados todos esses clubes e tem... existem várias religiões. Mas sim a parte da solidariedade. Ser solidário com aqueles que precisam. Este foi o princípio que os guiou. E portanto, com a finalidade de trabalhar e auxiliar, usando os seus conhecimentos, as suas influencias na sociedade e as suas possibilidades financeiras em beneficio dos que mais necessitavam na sua comunidade, nascendo, assim, o primeiro Lions Clube, não de origem, em 1925, ao Lions Clube Internacional. Por primeiro havia o Lions Clube na América, mas em 1925 foram formados os primeiros clubes no Canadá e então passou a ser o Lions Clube Internacional com a implementação no Canadá de novos clubes Lions e assim ao longo dos anos o Lionismo foi-se estendendo pelo Mundo até ao número atual de 46 mil clubes, chegando, também, aqui aos Açores em 1979, com a formação do Lions Clube de São Miguel.

Existem atualmente 9 clubes ativos nos Açores, distribuídos por várias ilhas, sendo o de Santa Maria, no âmbito do quadro social atual, o segundo maior a nível Açores, e o quarto a nível do distrito múltiplo 115 – centro sul.

Por conseguinte, a nossa ação neste Concelho, apesar das dificuldades de vária ordem, tem refletido um bom resultado que nos estimula a continuar, existindo um espirito de interajuda com que tentamos dar cumprimento aos objetivos do Lionismo internacional.

Num meio pequeno como o nosso, não foi fácil instalar uma Associação deste género, mas lutando contra muitas dificuldades, tais como os meios financeiros e principalmente a aceitação por parte da população, que aos olhos de muitos, fazemos parte de uma elite que não existe. Apesar de tudo, não desistimos e aqui estamos à quase 25 anos, completados à bem pouco tempo e congratulamos com o reconhecimento por parte do Governo Regional do nosso trabalho.

Num meio grande o campo de trabalho é mais vasto e diversificado e os meios materiais e financeiros mais escassos. Poderá ser mais trabalhoso, mas por outro lado mais fácil de gerir. Mas nós, imbuídos da melhor boa vontade, organizamos o nosso clube e preparamos o nosso campo de trabalho e esse foi o de ajudar os mais necessitados, com distribuição de cabazes no natal e páscoa, apoio à cultura, promovendo todos os anos o cartaz sobre a paz, que mereceu uma menção honrosa a nível nacional, à vivência com a terceira idade, sempre que possível, apoio ao rastreio do colesterol, diabetes e visão e ajudas diversas que nos foram sendo solicitadas, tais como compra de óculos, cadeiras de rodas, ajudas a estudantes, aquisição de medicamentos, apoios a estadias no continente para tratamentos, enfim, em tudo o que podermos ajudar. Mais recentemente participamos num campo mais melindroso, como o apoio à dependência,

dos vários tipos de vícios e exclusão social, colaborando em parceria com a Câmara Municipal e o Centro de Saúde de Vila do Porto.

Mas, nada disto se consegue fazer sem trabalho e sem um espírito de sacrifício. Para que seja possível a angariação de fundos, uma vez que as quotas dos sócios não cobrem nem a vigésima parte dos encargos do clube. Muitos da nossa sociedade mariense pensão que os convívios levados a efeito pelos Lions Clube de Santa Maria, envolvendo alguns sorteios e bingos, cujos prémios são oferecidos pelos nossos estimados comerciantes, que não nos tem faltado e a quem estamos sempre muito agradecidos, se destinam ao bem-estar do clube, mas não é assim, porque as confeções das comidas, a doçaria dos mesmos, o embelezamento das salas, os trabalhos apresentados na loja das rendas pelo natal, a participação em alguns eventos sociais são fruto do trabalho de todos os nossos companheiros e companheiras, a expensas suas e também com a participação das entidades... desculpe... perdi-me aqui... com expensas suas e também com a participação das entidades oficiais da ilha o que torna mais suave os custos para o clube.

Temos contado sempre com a imprescindível colaboração da Câmara Municipal, que compreendendo a importância de um clube desta natureza, desde o início tem ajudado com a atribuição de subsídios, não esquecendo os Serviços Florestais, os Serviços de Desenvolvimento Agrário, a Divisão da Secretaria da Habitação e Turismo, passando pelas entidades bancárias e outros que sempre tem dado a sua preciosa colaboração quando a solicitamos.

Todo este trabalho se converte a favor de quem mais precisa, quer sejam pobres, excluídos socialmente, idosos, doentes necessitados, etc. É com dedicação e zelo que o nosso clube tem trabalhado e dar-nos-ia grande satisfação se pudéssemos fazer mais e melhor.

Não falta campo de trabalho e muito boas práticas de combate à pobreza e à exclusão social, mas somos um clube com poucos recursos financeiros, sem possibilidade de avançar muito mais, no entanto gostaria de deixar aqui expresso que os Lions Clube de Santa Maria, com a ajuda das entidades oficiais da ilha, procurará continuar a existir e a incentivar os mais jovens a darem continuidade pois acho que não tem sido mau, nem pouca a nossa prestação na sociedade mariense e como diz o velho ditado 'miolinhos é pão'. Junto com as outras associações e instituições existentes na nossa ilha, soma alguma coisa em prol dos mais desfavorecidos.

E para terminar, digo que estou ciente que se a humanidade fosse, de um modo geral, mais altruísta, hoje não estaríamos aqui para debater este tema.

Com saudações lionísticas, faço votos para que este seminário seja uma mais-valia para os mais desfavorecidos.

Um bem-haja.

ORADOR

PAULO RESENDES

Membro fundador do Clube Motard de Santa Maria.

Atual Presidente da Assembleia Geral do Clube Motard de Santa Maria.

Colaborador e participante em muitos dos eventos promovidos pela associação.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

CONFERÊNCIA IX

CLUBE MOTARD DE SANTA MARIA¹⁰

Antes de mais quero-vos dizer boa tarde.

Não gosto muito de estar sentado, mas hoje tenho de estar por razões físicas, por isso não vim de manhã... o desporto... o tal desporto.

Eu antes de mais quero agradecer à Câmara Municipal o facto de nos ter convidado, de alguma forma valoriza aquilo que temos feito ao longo destes 12 anos. É sinónimo que as entidades competentes recolhessem algo daquilo que nós temos feito. Mas eu, antes de começar aqui a minha apresentação, quero deixar aqui uma impressão, que estava a dizer aqui à dra. Parece-me, isto é uma impressão pessoal, estou aqui há 12 anos e temos feito: se as entidades não tivessem, por vezes, menos de costas voltadas, como o João disse e muito bem, julgo eu que o trabalho final de todas as associações seria mais produtivo.

Passo agora á apresentação.

Eu quero fazer aqui um ressalvo. Eu tive a preocupação... nós utilizamos muitas imagens. Estas imagens são poucas pessoas que aqui estão, e nós não fazemos conta de as publicitar em lado nenhum. Quando as publicitamos, não aparecem faces, porque nós achamos que não é benéfica. É política do clube não fazer publicidade da pouca sorte dos outros. Por isso apresentarei algumas imagens, algumas delas, inclusive, pedi autorização para as apresentar.

Óbvio, que muitos de vós perguntam, que faz aqui um Clube *Motard*? É uma observação de todos vós e eu tenho a noção, tem aqui mais um elemento, tenho a noção que de facto, esse tipo de entidades, os Clubes Motares, muitos infelizmente intitulados de motoqueiros, nós temos tentado ao longo dos anos demonstrar que não somos motoqueiros somos *motards*. Tem de facto uma imagem menos positiva. Eu assumo isso, assumo que esta imagem foi criada em algum local e que se calhar, infelizmente, não é fácil de tirar esse rótulo desse tipo de associações. Localmente, temos tentado da forma mais simples possível demonstrar que somos pessoas como todas as outras, temos um *hobbie*, que é andar de mota e acima de tudo conviver uns com os outros e

¹⁰ Texto conforme o discurso oral.

fazemos isso com muita frequência, que é ajudar o próximo e... vamos perceber porque é que eu estou a dizer...

Ou seja, muitas das vezes são-nos colocadas questões: por quê os *motards* darem sangue? Por quê os *motards* entregarem cabazes de natal? Por quê os *motards* entregarem brinquedos? O por quê dos *motards* organizarem eventos com crianças com deficiência? O por quê dos *motards* organizarem eventos para crianças? Levar crianças ao circo? Isso não tem nada a ver com os *motards*. Ou seja, isto tudo para perceber que a Associação foi formada à 12 anos atrás e à 12 anos atrás, como qualquer associação tem um estatuto, e o estatuto tem um objeto social. Posso-vos dizer que em novembro de 2013 alteramos o nosso estatuto e alteramos, também, o nosso objeto social, porque nós já tínhamos muitas atividades de cariz social e solidário e entendemos que deveria estar expresso lá no estatuto, a razão de ser e de tudo o que está ali escrito, realço a parte final: *sempre desligado de qualquer contexto político e junto da população em geral, de atividades de cariz social e cultural, somando, obviamente, de atividades de moto turismo*. Ou seja, nós neste momento somos uma atividade vocacionada para o moto turismo, mas também desviamos a nossa ação para fins de cariz social. Não nos queremos sobrepor a ninguém, mas temos essas ação no nosso dia-a-dia.

Por que a alteração de estatutos? É simples, se pensarem que é uma ilha muito pequena com 90 km quadrados, se agente se cingir só ao facto de andar de mota, dávamos um par de voltas e víamos a ilha. Acho que é facilmente perceptível, por isso entendemos, e quem idealizou a associação, eu também fazia parte desses membros, que... o porque de não organizarem eventos desse género. São pessoas. São pessoas que tem famílias, tem amigos, tem filhos, tudo isso e amanhã poderei ser eu. Essa é uma boa forma de olhar o próximo, de olhar o nosso futuro, por isso entendemos ao longo dos anos.

Se falar muito depressa, digam-me que eu às vezes...

Tem sido essa a nossa política, além das atividades de moto turismo, também fazer atos solidários.

Tem 12 anos. É uma associação, que por ano, faz uma média de 20/21 eventos. Posso aqui dizer que somos muito poucos: somos cerca de 117 sócios e sócios ativos são poucos e claro é sempre os mesmos e é normal que o cansaço às vezes se apodera, como há pocadinho a dra. Vitória disse, ser voluntário sempre, sempre, sempre também cansa. Nesta perspetiva, não é fácil cativas as pessoas e às vezes... à porque é muitas atividades e às vezes não é fácil cativar, mas felizmente temos conseguido ao longos

destes 12 anos e temos mais de 250 eventos realizados, muitos eventos de cariz social (mais de 50%) o que ... posso começar aqui por alguns muito simples: natal... é óbvio que todos nós entendemos... eu podia colocar aqui mais fotos, mas a dra. Cristina limitou muito o tempo e eu tenho de reduzir aqui. Ou seja, por exemplo, um acto que nós fazemos no natal, pode parecer algo irrisório o natal, mas dar um brinquedo a uma criança com dificuldades económicas, vocês não imaginam... falo assim com alguma emoção porque é de facto uma situação muito interessante de ver. Porque nós chegamos lá um grupo de 20 a 30 pessoas de moto, com os nossos chapéus de pai natal, o barrete, as crianças ficam de facto delirantes e isso acho que... um sorriso de uma criança é mais do que muita coisa e para nós dá-nos uma grande alegria fazer esse tipo de atividade, entre muitas outras, mas esta por exemplo... aqui está um pouco de nós... não em desprimor das outras, mas enche-nos a alma.

A ida ao Centro, ao CAO. A Nádia, a nossa colega, de facto é especialista nesta matéria e ela sabe como nós... é de facto algo... basta ver... temos exemplos de sorrisos que estas crianças fazem e eles uns meses antes já estão a perguntar, quando é que vamos andar com os *motards*? É sinal que nos recebem bem e gostam da nossa presença lá e eu sei que às vezes foge um pouco da pobreza e muito mais, mas são atos que nós fazemos e acho que essas pessoas, para mim não são mais do que eu, são pessoas que aqui estão com algumas dificuldades na vida, nomeadamente físicas e psicológicas, mas que se nós promovermos algo eles agradecem, bem como outro cidadão qualquer: agradecem. Essas imagens ficam-nos na retina. E é interessante ver, posso-vos dizer que a associação tem dois sócios, honorários, fazem parte do nosso clube que nos aparecem em todos os eventos da associação. Em todos. Estão demasiado envolvidos nas atividades. É sinónimo que é uma atividade que os cativa.

Fizemos, também, em 2012 uma coisa, que se calhar é muito estranha para alguns: um jantar do espírito santo *motard*. Isso não tem muita lógica. De facto não tem, mas o fundamento foi promover, como veem ali algumas das imagens, foi promover uma refeição quente, num dia para aquele público-alvo. Foi o nosso objetivo. A seguir a população também lá foi, mas foi essencialmente o objetivo: fornecer a família, naquele dia... os nossos orçamentos são muito reduzidos, como devem saber, e tentamos com alguns apoios e felizmente... naquele dia darmos aquela refeição quente àquelas pessoas.

Dois outros exemplos. Para aquele senhor que ali está, conhecido de todos vós, aquele meio de transporte foi uma alegria. Foi uma alegria durante algum tempo e infelizmente já não o pode conduzir. Foi devolvido, porque ele achou por bem não deixar à família e

devolveu à Associação. Mas para aquele senhor foi algo... toda a gente o conhece, é uma figura pública aqui da terra. Para ele foi...

Outro ato, que eu não quis deixar de marcar presença, foi levar 12 crianças ao circo. Não imaginam o que foi chegar à casa das pessoas e dizer 'tu queres ir?'. Quando nós perguntamos, 'tu queres ir?' a criança ao entrar... foi uma sensação espetacular, posso-vos dizer que foi algo que nos deu bastante gozo... entre muitos, mas este foi algo muito interessante que posso aqui salientar.

Outras imagens que também aqui estão... infelizmente por infelicidades da vida, temos sócios que tem dificuldades ou doenças e nós por vezes fazemos questão de marcar presença naqueles momentos que precisam. Um ombro amigo em determinadas alturas é muito importante, por isso fazemos questão de fazer esse tipo de visitas às pessoas e acho que elas aceitam bem.

Outro ato que se desenquadra do tema, mas acho que... para toda a população... são as doações de sangue. Posso-vos dizer que no dia 31 vem cá uma equipa do serviço de sangue de Ponta Delgada. Já demonstraram o interesse de voltar ainda mais uma vez. Pode parecer uma coisa muito simples, mas não é muito simples e vou-vos explicar porquê. Os custos que tem. Se eles viessem cá só fazer 6 recolhas, não se justificava. Nós temos um trabalho de logística atrás disso... se não tiver, posso-vos dizer, que são encontros de 80 pessoas registadas... ou seja, justifica sempre, mas não é uma forma de... eles vão ao Nordeste e fazem 10 recolhas, num sítio qualquer fazer 11 recolhas, 15 recolhas. Não podem vir cá fazer isso. Vir cá tem que se justificar de alguma forma. Os recursos são parcos neste momento e tem que se justificar, por isso acho que é daqueles eventos, não é para nós em particular, mas para a população. Já tivemos casos particulares de pessoas que iam ser operadas e naquela sequência do *stock* estar em baixo tiveram já dadores para a doação. É uma ação que nós achamos que é de realce.

E nunca é demais salientar, há entidades deste âmbito... deste âmbito da solidariedade social que nos dão um apoio claro e claramente aqui, não em desprimor de mais ninguém, a Câmara Municipal é de facto uma entidade que ao longo dos anos nos tem apoiado em tudo o que nós necessitamos. Não é só uma questão financeira, porque eu acho que nesta questão da solidariedade social não é só o dinheiro que gere aquilo. Se houver boa vontade, se houver dedicação das entidades faz-se muita coisa... faz-se muita coisa e nesta perspetiva, a Câmara mesmo com algumas dificuldades, por vezes de tesouraria... tesouraria entre aspas, o dar dinheiro, tem-nos prestado um apoio 5

estrelas. Tenho que valorizar este trabalho, não é em desprimor dos outros, mas aquela entidade particular, tenho que a realçar.

Em qualquer sítio as Associações fazem-se de sócios. O Sr. João disse e muito bem, são os sócios que movimentam aquela casa. O nosso caso é igual. São os sócios que fazem algo para a Associação. São os sócios que dão a cara e assim á que valorizar a dinâmica destes 12 anos que eu julgo, é a minha opinião, tem sido uma dinâmica constante, com um renovar de sócios. Esses é que são os obreiros do nosso trabalho avaliado pelas pessoas.

Pronto, e da nossa parte não temos muito mais a vos dizer. Só mais uma vez, valorizar este tipo de trabalho. Valorizar a entidade organizadora que é a Câmara Municipal e esse tipo de ações de várias entidades seja, a curto prazo, o reflexo de um trabalho final mais produtivo. Não estou aqui a tentar dizer que se poderia fazer mais, mas acho que se poderia fazer o mesmo com melhores resultados.

Obrigada.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

ORADORA

CRISTINA MOREIRA

Licenciada em Educação Social pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, em 2008.

Frequentou cursos de formação relacionados com higiene e segurança no trabalho e primeiros socorros. Participou em diversos seminários e *workshops* relacionados com jovens, *bullying* e educação social.

Efetuiu o estágio curricular no âmbito da sua licenciatura na Esquadra Distrital da Polícia de Segurança Pública de Santarém, em 2006 e na Escola Secundária Ginestal Machado, em 2008.

Entre 2008 e 2010 desenvolveu funções de educadora social na Câmara Municipal de Vila do Porto, desenvolvendo atividades de animação e convívio com idosos, no âmbito do programa Estagiar L.

Desempenhou a função de Perfeita no Lar de Crianças e Jovens da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto em 2011.

De 2011 a 2014 desempenhou funções de animadora sociocultural na Sociedade de Desenvolvimento Municipal da Ilha de Santa Maria.

Desde Janeiro de 2015 desempenha funções de Educadora Social na Câmara Municipal de Vila do Porto.

Sócia da Associação Promotora da Educação Social desde 2012.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

CONFERÊNCIA X

GRUPO SÉNIOR DE SANTA MARIA¹¹

Antes de mais boa tarde, obrigada por estarem aqui. É com muito agrado que eu vejo aqui membros do grupo sénior e por isso gostaria de agradecer especialmente a sua presença.

A mim cabe-me falar sobre o Grupo Sénior de Santa Maria, que é um grupo de idosos da Câmara Municipal de idosos que é sem dúvida uma boa prática de combate à exclusão social, sendo assim, vou iniciar a minha apresentação com alguns conhecimentos teóricos sobre a temática da terceira idade.

O idoso, segundo a Organização Mundial de Saúde, é toda a pessoa que tenha mais de 65 anos. Em Portugal o índice de envelhecimento, que é calculado através da relação entre a população com menos de 14 anos de idade e o número de pessoas com mais de 65. O índice de envelhecimento tem vindo a aumentar no nosso país, e como se pode verificar neste gráfico, a Região Autónoma dos Açores não é exceção.

A nível Regional o índice de envelhecimento é de 73,26 por cento, ou seja, existem cerca de 73,26 idosos, para cada 100 jovens com menos de 14 anos. Podemos considerar isto preocupante, no entanto existem pelo menos 3 ilhas que ultrapassam os 100% o que indica que existem mais idosos do que jovens com menos de 14 anos.

No que diz respeito à Ilha de Santa Maria, o índice de envelhecimento é de 74,35 por cento. No entanto existem duas freguesias que se encontram acima da média (Almagreira e São Pedro) e outras duas (Santo Espírito e Santa Bárbara) que, na minha opinião são críticas em relação a este assunto. Isto deve-se, provavelmente ao facto das pessoas preferirem viver mais perto do local onde trabalham e como a maioria dos empregos situam-se na zona de Vila do Porto, a tendência é sair das freguesias rurais e fixarem-se em Vila do Porto ou perto (freguesias de São Pedro e Almagreira).

Em relação a previsões quanto ao índice de envelhecimento, em 2002 foi de 106%, em 2050 prevê-se que seja 243% e em 2060, 307%. Isto Claro, numa perspetiva um bocado pessimista, tendo em conta a evolução sofrida até agora. De qualquer das formas o que se tem verificado é que o número de idosos tem vindo a aumentar também devido ao

¹¹ Texto revisto pela oradora.

facto de viverem cada vez mais tempo (provavelmente devido aos constante avanços da medicina e o número de jovens não tem conseguido acompanhar esta evolução.

E porque são muitos e duram muito tempo, é necessário arranjar estratégias e políticas de intervenção social que envolvam todas estas pessoas de modo a evitar o isolamento, a solidão, a exclusão.

O envelhecimento é um processo inevitável, envelhece-se desde que se nasce, ninguém pode evitar envelhecer. Pode-se evitar ficar velho, mas não pode evitar envelhecer. Segundo alguns autores o envelhecimento pode ser visto de três dimensões: biológica, psicológica e sociológica.

A dimensão biológica, que tem a ver com o declínio físico, com a perda de capacidades, com aquilo que se vê, os cabelos brancos, as rugas.

A dimensão psicológica: A atenção... a diminuição das capacidades da atenção, do desempenho cognitivo, a memória, o processamento da informação.

A dimensão sociológica, que no fundo é aquela que se está aqui a falar quando se fala de exclusão social, está relacionada também com a reforma e tem a ver com a quebra dos laços, das redes de contactos, com a perda de papéis na sociedade. A partir de uma determinada idade, começam-se a perder os amigos, o conjugue, alguns até filhos perdem por morte e desta forma enfraquecem-se os laços familiares e de amizade. A reforma é olhada de forma muito negativa uma vez que os idosos sentem que já não tem um papel ativo na sociedade em que estão inseridos.

Quando todo este processo de envelhecimento biológico, psicológico e sociológico não é bem aceite e é visto apenas de forma negativa, leva a uma crise que pode levar, entre outras coisas a autoexclusão.

Agora falando mais explicitamente sobre o Grupo Sénior de Santa Maria, a sua criação foi uma estratégia para evitar o isolamento e a solidão por parte dos idosos da ilha de Santa Maria. Este projeto sofreu algumas alterações pelo meio, entre elas, uma interrupção de um ano, mas retomou a sua atividade no final do ano de 2011.

Como já referi anteriormente, o Grupo Sénior de Santa Maria é um grupo organizado pela Câmara Municipal e tem como principal objetivo o combate ao isolamento e à solidão que no fundo é o tema que se está aqui a falar.

Desenvolvem-se principalmente atividades lúdico-recreativas para e com os idosos inscritos, mas também atividades como ações de sensibilização e informação, ou

atividades intergeracionais. Para isso estabelecem-se parcerias com entidades e/ou Instituições Particulares de Solidariedade Social da ilha como a Polícia de Segurança Pública, a Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria, Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, onde os técnicos desenvolvem temas como saúde mental, alimentação saudável ou violência doméstica.

A valorização dos saberes e experiências dos idosos, bem como da nossa cultura é também um dos nossos objetivos principais. Apesar de, nós técnicos, termos adquiridos conhecimentos sobre vários assuntos, estes não passam de conhecimentos teóricos, enquanto que os idosos têm experiência de vida. Valorizar esses saberes, essas experiências, na nossa opinião, faz muito sentido.

Ao possibilitar o convívio entre pessoas com idades aproximadas incentivamos a conversa, o debate, a troca de opiniões sobre assuntos do nosso dia a dia. Tal como nós, que somos mais novos, temos determinadas conversas com os nossos semelhantes, os idosos não são exceção. Reestabelecem-se laços, muitas vezes amizades que vão além das quatro paredes dos convívios semanais.

No fundo o nosso grande objetivo é reintegrar, reinserir os idosos numa sociedade que eles julgam já não fazer parte e para isso promovemos o envelhecimento ativo através da participação nas festividades e atividades culturais da nossa ilha. Ao mesmo tempo que trabalhamos a auto estima e o sentido de pertença com os idosos, sensibilizamos também toda a população para o envelhecimento e o respeito pelas pessoas idosas.

Quantos somos? Neste momento somos 91, distribuídos desta forma por todas as freguesias. Uma coisa que, na minha opinião, é um bocado preocupante é o facto de Santa Barbara tendo o índice de envelhecimento que tem, ter um grupo tão pequeno. Na minha opinião é uma razão cultural! Temos também poucos membros da freguesia de Almagreira, esta resistência deve-se provavelmente devido ao facto de existir já um grupo promovido pela Casa do Povo. Mas, aqueles que tem interesse em participar, participam conjuntamente com os idosos da freguesia de São Pedro, na freguesia de São Pedro, porque tem a maioria dos elementos do grupo.

Agora vou apresentar aqui algumas fotografias. Dos arraiais, dos lanches convívio, dos aniversários, das atividades de estimulação cognitiva e sensorial, das visitas a outras instituições como por exemplo o Centro de Atividades Ocupacionais.

Há também aqui esta atividade da Bandeira Azul, onde se promoveu um convívio intergeracional onde se trocaram ideias sobre as energias renováveis e como foram e são ainda utilizadas no quotidiano.

Estas fotos, são de uma atividade do dia internacional da família em parceria com a PSP, a Unidade de Apoio ao Idoso, o Centro de Saúde e outras instituições. Durante uma manhã houve zumba, construção de cartazes onde se debateu o assunto família e como podemos ver pelo olhar de satisfação, esta é uma atividade bastante enriquecedora tanto para os jovens como para os mais velhos.

Fazem-se torneios de cartas, almoços fora, festejamos datas comemorativas como o São Martinho ou o dia da mulher, amigos ou amigas, o dia do idoso, jogamos o bingo, construímos maios, fazemos terapia do riso, malassadas e artesanato...

A angariação de fundos: que na minha opinião não é só fazer dinheiro. É apresentação e valorização de um trabalho, feito por uma pessoa individual ou por um grupo de pessoas. É uma forma de participação, para algumas senhoras, principalmente, participar nas atividades de angariação de fundos é a única forma de se sentirem bem numa festa, ao mesmo tempo que se sentem uteis.

Desde que trabalho com o Grupo Sénior já tive o gosto de acompanhar dois grupos: para Fátima, com 45 idosos e à ilha Graciosa com 65. E estas viagens são feitas com dinheiro também angariado por eles.

Inicialmente, quase todos os idosos oferecem alguma resistência à participação, no entanto, hoje podemos dizer que já faz parte das suas rotinas e que já sentem falta quando não há por algum motivo ou se vai de férias.

Mais do que ser eu a avaliar o trabalho do Grupo Sénior eu considerei engraçada a ideia de perguntar nos grupos em que é que o Grupo Sénior ou o grupo de convívio enriqueceu a vida daqueles com quem trabalho. As respostas foram estas: 'o encontro'; 'a distração'; 'o conversar'; 'o convívio'; 'o compromisso'; 'sair de casa'; 'arranjar-me'; 'é um passatempo'; 'sair da rotina'; 'mais liberdade'; 'conhecer pessoas'. Estas foram as respostas... que eu ouvi com mais frequência. Mas houve outras respostas que me chamaram especial atenção: 'tenho mais alegria de viver'; 'não me sinto tão sozinho'; 'aprende-se a conversar melhor'; 'É uma forma de conversar com alguém'; 'descobrir o nosso valor e o valor dos outros'; 'Não pensar nas dores nem nas tristezas'; 'Estamos sempre a contar com este bocadinho'; é um compromisso. 'só deus sabe o quanto senti a falta deste bocadinho nestes meses que estive doente'.

Eu sou educadora social e acabo por me sentir um agente de mudança, alguém que promove a inclusão social, porque quando falamos de pessoas isoladas, ao começarem a participar no grupo sénior assumiram a responsabilidade da participação e do

compromisso, influenciando deste modo os seus valores e os seus comportamentos no dia a dia.

Muitas vezes em reflexão ou discussão com as minhas colegas pergunto porque é que aqueles que mais necessitam são aqueles que normalmente oferecem maior resistência à mudança e às eventuais respostas. Mas este é o grande desafio....

E agora para terminar, deixo uma frase, que na minha opinião é muito rica e pode servir de mote para reflexão individual: “solidão não é estar só, é estar vazio”.

Muito obrigada.

Esta página foi propositadamente impressa em branco.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

EZEQUIEL ARAÚJO

VEREDOR DO PELOURO DA AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, DESPORTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Sim senhor. Boa tarde.

Chamava aqui a Cátia, aqui para o meu lado, a Leonor e a Cristina.

Em primeiro lugar gostava de agradecer a presença de todos. Agradecer, em especial, as brilhantes apresentações que foram feitas por todos os oradores e moderadores, também, muito experientes, que fizeram, também um trabalho excelente.

Portanto, a minha opinião pessoa e como elemento da Câmara Municipal é que em Santa Maria á muito para fazer, mas tem-se feito muito. Muito. Todas as instituições estão a trabalhar, digo eu, nessa área social, muito bem. Quer as Associações, quer, portanto, quer as entidades governamentais, como foi aqui apresentado, principalmente na área do emprego, os excelentes programas que o governo tem, digamos, apresentado como alternativa ao emprego para a vida. Porque isto é muito difícil. As Câmaras estão proibidas de admitir pessoal e toda a administração pública estiveram proibidas nesse sentido. Portanto, e á que arranjar alternativas e elas, felizmente, tem aparecido. Não há nada pior que uma pessoa estar em casa desempregada. Portanto, é preferível estar ocupado, é um estímulo para a pessoa. Nós vemos ali na Camara e, felizmente, honra seja feita, que o nosso Presidente aproveita tudo e todos. Às vezes vejo eu vejo-os... estava na rua e passo.... fulano tal está ali... pessoas que às vezes na sociedade são, infelizmente, postas de lado, mas ele aproveita tudo, acredita em todos, admite todos. É mérito dele. Dele, como pessoa, é a forma dele estar.

Portanto, quero também agradecer, portanto quem montou... estão aqui ao meu lado por causa disso. Este ano está aqui reforçado com a Cátia. O ano passado a Cristina e a Leonor foram as mentoras, digamos, de se fazer esse seminário. Este ano, muito bem aqui, ajudadas pela dra. Cátia. Quero agradecer em nome do Município o trabalho que fizeram e quero, também, agradecer a todos os presentes e a todos os que tem responsabilidade nesta área que continuem a trabalhar. Estão todos a trabalhar muito bem.

Isto nunca acaba, não é? Como foi digo aqui em diversas apresentações. Quero também agradecer à dra. Vitória que veio também mostrar o exemplo... um exemplo da sua instituição. Disponibilizou-se a vir. Veio no voo do meio-dia e vai agora às 19. O ano

passado tivemos cá o dr. Pedro Gomes, que foi um convidado de fora. Mantivemos, também, esse figurino que foi vir sempre alguém de fora transmitir a experiência e dizer que na prata da casa temos excelentes, neste momento, quadros a trabalhar e que podem ser a vir potenciados na área social.

É isso que queria dizer. Boa tarde a todos!

SEMINÁRIO FAMÍLIA (S) – POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: PRÁTICAS E DESAFIOS

ATAS

Maio 2015

2016